

CELSO RUSSOMANNO
PREFEITO 2017•2020

DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO

PARA FAZER O SERVIÇO PÚBLICO DE SÃO PAULO FUNCIONAR DE VERDADE

“NÓS VAMOS CUIDAR DA CIDADE DE SÃO PAULO
COM O OLHAR DE QUEM USA
O SERVIÇO PÚBLICO, E NÃO DE QUEM OFERECE”

Celso Russomanno



ÍNDICE

04

*Uma gestão voltada à
qualidade do serviço público*

07

*Diretrizes e desafios para
fazer São Paulo funcionar*

09

*Diretrizes para os
Desafios na Cultura*

13

*Diretrizes para lidar com
os desafios demográficos*

17

*Diretrizes para os desafios
no Desenvolvimento
Humano*

19

*Diretrizes para os
desafios na Pobreza e
Desigualdade Social*

25

*Diretrizes para os desafios
na Educação*

31

*Diretrizes para os
desafios na Saúde*

39

*Diretrizes para os
desafios na Segurança*

43

*Diretrizes para os desafios
na Mobilidade Urbana*

47

*Diretrizes para os desafios
no Desenvolvimento
Econômico, na
Competitividade e no Emprego*

53

*O Desafio de uma
São Paulo inteligente
e inovadora*

Diretrizes do Programa de Governo Para Fazer São Paulo Funcionar 57

Diretrizes para fazer a Saúde de São Paulo funcionar 58

Diretrizes para fazer a Educação de São Paulo funcionar 61

Diretrizes para fazer a Segurança Pública de São Paulo funcionar 63

*Diretrizes para fazer o Desenvolvimento Econômico e a
Geração de Emprego de São Paulo funcionarem* 64

Diretrizes para fazer a Mobilidade de São Paulo funcionar 66

Diretrizes do Programa de Governo para Fazer São Paulo funcionar 67



UMA GESTÃO VOLTADA À QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO

Os moradores de São Paulo vêm se ressentindo, ao longo dos anos, da péssima qualidade dos serviços públicos e da falta de soluções para as suas demandas. Os administradores entram e saem e não resolvem os mesmos velhos problemas. Faltam vagas nas creches, a população continua sendo transportada em ônibus montados sobre chassis de caminhões, faltam remédios de uso continuado e o atendimento é ruim nos postos de saúde. Grande parte do problema se deve à falta de estímulo ao funcionalismo público, especialmente no setor da saúde: a prefeitura contrata profissionais de organizações privadas com salário maior que o do pessoal de carreira. É princípio básico da administração pública que aqueles que desempenham as mesmas funções recebam igual remuneração. O funcionalismo municipal vem sendo desprestigiado ao longo dos últimos anos, com falta de equipamentos e equipamentos precários, e isso repercute diretamente na queda da qualidade dos serviços. A população de São Paulo paga impostos caros e pouco retorno vê. A política em relação aos usuários de drogas foi muito criticada durante a atual gestão. A falta de assistência aos desamparados nos termos da Constituição Federal agrava o problema da segurança pública. Além dos usuários de drogas, a crise econômica aumentou sobremaneira o número de moradores de rua na cidade de São Paulo e nada foi feito no sentido de dar a essas pessoas condições mínimas de vida. Ninguém mais aguenta problemas de corrupção.

O dinheiro arrecadado com os impostos se esvai por inúmeras brechas do sistema, na burocracia e na incorreta gestão dos equipamentos e recursos públicos. São Paulo e os paulistanos não aguentam mais o descaso e o desrespeito nessa relação do poder público com o povo. As manifestações de milhões de pessoas na Avenida Paulista refletem muito bem o sentimento do paulistano, de indignação. Como não se indignar com um governo que deixa o seu cidadão perder a vida no corredor de um hospital por não ter médico para fazer o atendimento? Como não se exaltar com um gestor que tem mais de R\$ 12 bilhões para serem investidos na educação e não consegue, nem ao menos, disponibilizar vagas para nossas crianças nas creches do município? Esses números nos fazem chegar à seguinte conclusão: se temos dinheiro, mas não temos vagas em creche, o que falta em São Paulo é uma coisa chamada gestão. Falta compromisso com a qualidade dos serviços públicos oferecidos ao cidadão. A nossa saúde é precária; a educação, defasada; a sensação de insegurança é cada vez maior; o transporte público é ineficiente, e a mobilidade

de urbana, conturbada. O Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP) estima que, na média, os paulistanos perdem 240 mil horas por ano no trânsito. Quando se contabiliza o que as pessoas deixam de produzir, retidas no trânsito, como fez o relatório State of the World's Cities, da Organização das Nações Unidas (ONU), chegamos à cifra de R\$ 40 bilhões, só em São Paulo. A inteligência financeira determina a transformação de parte dessas perdas bilionárias em investimentos para a solução desses problemas. O artigo 6º da Constituição Federal determina que um mínimo de direitos sociais seja assegurado pelo poder público aos cidadãos, que pagam seus impostos na legítima expectativa de uma contrapartida. Todos têm direito à educação, à saúde, ao trabalho, a moradia, ao transporte, ao lazer e à segurança, pelo menos. Esse é o ponto de partida para uma vida digna. A depreciação da qualidade de vida dos paulistanos decorre, em grande parte, da falta de mobilidade urbana, como apontam os dados acima. Reduzir as idas e vindas dos bairros para o centro é uma necessidade. A geração de empregos nos bairros vai permitir que os paulistanos trabalhem perto de casa, o que vai baixar o gasto em transporte e diminuir os deslocamentos. A mudança não é fácil, leva tempo e não vamos prometer soluções mirabolantes como fizeram prefeitos anteriores, solucionar todas essas questões da noite para o dia. Começar a mudança da nossa cidade, entretanto, já passou da hora. Se começarmos agora, certamente teremos uma cidade muito melhor e com mais qualidade de vida daqui a dez anos. Daremos esses primeiros passos e conduziremos nossa gestão por critérios estritamente técnicos, deixando de lado os apadrinhamentos políticos que foram a realidade dos últimos anos. Ao longo dos últimos 20 anos tenho atuado em defesa do consumidor, lutando pelos seus direitos. Esse tem sido o meu papel em Brasília e em São Paulo, atendendo diretamente mais de 350 mil pessoas e indiretamente uma quantidade ainda maior, na propositura e no acompanhamento de ações coletivas e com participação decisiva nos processos legislativos do Código Brasileiro de Trânsito, Estatuto do Idoso, Lei Geral das Pessoas com Deficiência e dos Serviços Públicos, dentre outras inúmeras leis relevantes para nossa sociedade. Percorri longa estrada na vida pública. O início de tudo partiu de convite do meu saudoso padrinho, Mário Covas, um homem que construiu sua história lutando pela democracia e que sempre conduziu a política pelo prisma da ética e da honestidade, uma referência para a vida pública brasileira. Pretendo resgatar a credibilidade da administração pública e farei isso através de muito trabalho

e de trabalho sério. A cidade de São Paulo precisa de um prefeito zelador, que mantenha contato direto com a população e ouça diuturnamente suas reivindicações e seus problemas. Fizemos isso ao longo dos últimos vinte anos e conhecemos os principais problemas que afligem os mais pobres. Os paulistanos estão cansados de burocratas de gabinete, que só conhecem a cidade e mantêm contato com a população mais pobre em período eleitoral. A população não suporta mais quem pede voto durante a campanha e depois some. Sempre mantive contato próximo com a população e com meus eleitores.

O lixo na cidade de São Paulo é uma questão das mais sérias. Prefeitos já criaram taxas e não resolveram o problema. Na última campanha o atual gestor prometeu ampliar sensivelmente o número de ecopontos e a abrangência da coleta seletiva, mas quase nada foi feito. Já passou da hora de implementar na cidade de São Paulo as determinações da Lei da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, especialmente quanto à logística reversa, que deve ser exigida de todos os fornecedores de produtos e serviços. Nossa meta será resgatar a credibilidade dos administradores públicos e não faremos isso privatizando importantes equipamentos urbanos que, se melhor explorados, podem servir ao lazer da população paulistana e garantir sua manutenção. Temos grandes desafios pela frente na cidade de São Paulo, mas, ao mesmo tempo, temos, também, o projeto mais audacioso que essa prefeitura já teve. Sabem por que? Porque a maior obra da nossa gestão é fazer tudo aquilo que São Paulo já tem funcionar de verdade! E não é pouca coisa: são 1.095 equipamentos de Saúde; 3.535 escolas; 43.332 ônibus para o transporte público; uma rede metroferroviária com 335 quilômetros de extensão e 26 milhões de viagens por dia; e 6.100 guardas civis metropolitanos, para cuidar dos próprios públicos e também atender a 12 milhões de pessoas. É um grande desafio fazer tudo isso funcionar na nossa cidade, e esse é o papel de um verdadeiro prefeito. Outro importante papel do chefe do Executivo é trabalhar para diminuir a desigualdade. Falamos isso, porque acreditamos no trabalho que busca soluções por meio de um olhar regionalizado, que respeita as questões culturais, sociais, geográficas e a vocação econômica de cada localidade. Entendemos necessário descentralizar o desenvolvimento. Isso significa equipar cada região de nossa cidade com tudo aquilo que ela precisa, para que, quem mora ali, tenha qualidade de vida e não precise procurar atendimento para suas necessidades em outro lugar. Fazendo o desenvolvimento chegar aos bairros, inclusive nas regiões periféricas, vamos diminuir, consideravelmente, a desigualdade social. São Paulo precisa expressar qualidade de vida e inclusão social, atributos que nos posicionem como um grande centro irradiador de hiperatividade econômica, cultural, educacional, social, ambiental,

esportiva, de entretenimento, lazer, tudo para que possamos proporcionar aos nossos habitantes e visitantes – todos contribuintes, eleitores e cidadãos – Saúde, Educação, Segurança, Mobilidade, Sustentabilidade, enfim, dignidade. Outro grande desafio da nossa gestão será gerenciar os efeitos da crise econômica nacional, que prejudicou Estados e municípios pelo País, inclusive o nosso. A atual Administração Municipal já sinalizou que devemos ter uma redução de 56% nos investimentos da Prefeitura de São Paulo em 2017. Se tal planejamento se confirmar na aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), em dezembro, teremos dificuldades financeiras para colocar as metas em prática. Mas nós vamos trabalhar dia e noite para reverter essa situação, e se não houver recursos públicos suficientes, nós vamos buscar alternativas para realizar as obras de infraestrutura, porque São Paulo não pode parar. Precisamos sim, construir novas unidades habitacionais e, também, creches, pois temos, atualmente, mais de 106 mil crianças na fila de espera, aguardando uma vaga. Só quem conhece os problemas de São Paulo, quem conhece todos os cantos dessa cidade e quem conhece as necessidades do povo paulistano é capaz de promover tantas mudanças. Temos certeza que, com muito esforço e dedicação, somos capazes de promover as mudanças que São Paulo e sua população tanto necessitam, através de medidas que promovam o desenvolvimento sustentável e melhorem nossa qualidade de vida. Aqui, apresentamos as diretrizes do nosso Programa e Governo e durante o período da campanha apresentaremos nosso plano completo com as propostas e soluções. São propostas amplas que contam com a colaboração e a participação ativa da população em todas as regiões, bairros e cantos da cidade, para que ao final possamos ter o melhor programa de governo da história de São Paulo. Tanto as diretrizes que apresentamos nesse documento quanto as propostas que serão incluídas em nosso programa de governo são fundamentadas nos valores e princípios da equidade, justiça e confiança social; na transparência; na sustentabilidade; no equilíbrio territorial e regional; na eficiência e eficácia administrativa e principalmente na qualidade dos serviços públicos e na governabilidade democrática. Temos uma grande missão: fazer o sistema público de São Paulo funcionar de verdade, com qualidade. Da Educação à Saúde; da Cultura ao Esporte; da Mobilidade Urbana à Segurança e ao desenvolvimento sobre os pilares da sustentabilidade. Nós faremos um governo sem nenhum tipo de exclusão, para pessoas de todas as raças, de todas as crenças, de todas as idades, de todas as classes e de todas as regiões da cidade de São Paulo.

**E se tem uma coisa que São Paulo sabe,
é que a gente resolve! Obrigado!**

Celso Russomanno



DIRETRIZES
E DESAFIOS
PARA FAZER
**SÃO PAULO
FUNCIONAR**





DIRETRIZES PARA OS DESAFIOS NA CULTURA

Nosso desafio é através da cultura fazer a economia criativa de São Paulo funcionar

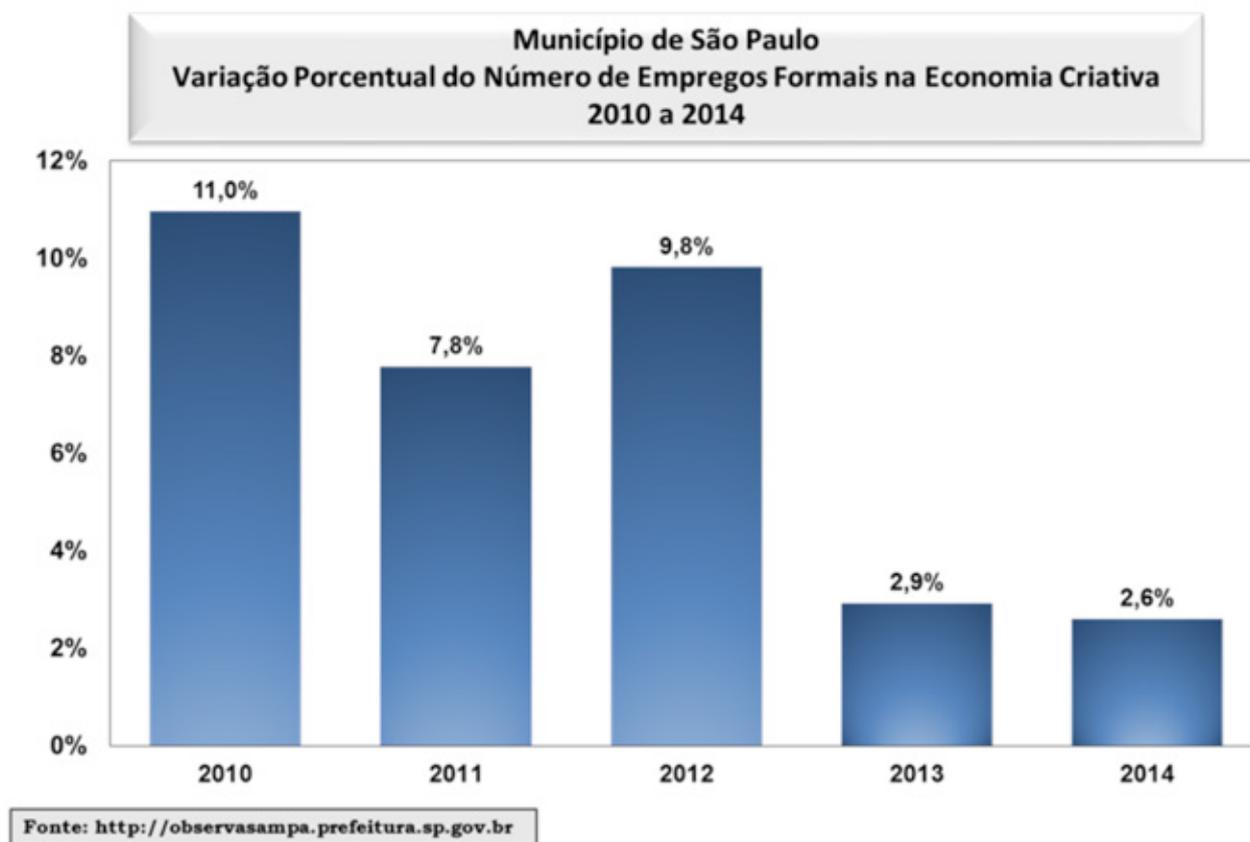
Com seus quase 12 milhões de habitantes, o município de São Paulo tem contornos e características demográficas de um país e isso se reflete diretamente – e de forma mais acentuada do que em outros setores – na Cultura. A relevância das artes se faz sentir na profusão de manifestações, grupos, coletivos, eventos, equipamentos culturais que se espalham pela cidade. Pouco se avançou no sentido de atender o município territorialmente, e ainda falta ativar essas redes que ligam as periferias, os bairros, as microrregiões e o centro da cidade.

Nosso desafio é, de maneira eficiente, promover, conectar, expandir e incluir artistas, prestadores de serviços, comerciantes, fabricantes, ou seja, todos aqueles que movimentam a cadeia produtiva da Cultura, falamos da Economia Criativa. Esse novo conceito que se consolida no mundo todo, traz em si a semente da transformação que se deseja para São Paulo, tornando-a efetivamente uma CIDADE CRIATIVA de referência mundial em arte, trazendo o mundo e o próprio Brasil para dentro de São Paulo, com intercâmbios entre os polos artísticos nacionais, tais como Salvador, Recife, Belo Horizonte, Belém e Fortaleza. A Cidade Criativa é uma teia que se expande e se reconfigura todo o tempo.

Segundo estudo da Federação das Indústrias do Esta-

do do Rio de Janeiro (Firjan), que mapeou a influência da economia criativa no Brasil e seu crescimento entre 2004 e 2013, mostra que o setor ganha cada vez mais importância; o número de empresas criativas no País cresceu 69% em uma década, passando de 148 mil em 2004 para 251 mil em 2013; o número de funcionários subiu 90%, saltando de 470 mil para 892,5 mil neste mesmo período. Pelo lado da produção, a Firjam estima que a economia criativa brasileira gera um Produto Interno Bruto equivalente a R\$ 126 bilhões, correspondendo a 2,6% do total produzido no Brasil em 2013 e a 2,1% em 2004. O mesmo estudo assinala que São Paulo é um dos estados brasileiros onde a indústria criativa tem maior relevância na estrutura de sua economia. Em 2014, o setor gerava no Estado 349 mil empregos, 2,5% do total de empregos formais, em 2004 eram 2,0%.

No município de São Paulo, levantamentos realizados pela Prefeitura Municipal, mostram que a economia criativa responde com 3,47% dos empregos totais e movimenta, em média, R\$ 40 bilhões por ano na cidade. São números que revelam a importância da cadeia produtiva deste setor da economia municipal na geração de emprego e renda, de um número crescente de empresas e profissionais que atuam nas áreas da música, artes visuais, moda, design arquitetura, gastronomia, games, tecnologia da informação e demais atividades criativas da cidade.



Apesar da importância das atividades da economia criativa na economia da cidade, chama atenção o fato que entre 2013 e 2014 a taxa média de crescimento do emprego formal neste setor no município de São Paulo foi de 2,7%, valor muito menor ao registrado entre 2010 e 2012, que foi de 9,52%. Esta desaceleração na dinâmica do crescimento das indústrias criativas nos impõe o grande desafio de melhorar e ampliar as políticas de promoção e incentivo deste importante segmento produtivo e social. Desafio que vamos assumir com políticas públicas municipais que façam São Paulo ser reconhecida nacional e internacionalmente como uma Cidade Criativa.

Temos acumulado a experiência e capacidade para dar esse salto e ser vanguarda tanto na prática da Economia Criativa (que faz gerar emprego, renda, obras de arte, capacitação profissional, comércio nacional e internacional e etc) como na transformação da cultura como um eixo transversal que deve permear todas as áreas do poder público. Temos que posicionar definitivamente São Paulo como Cidade Criativa. Em nosso governo, a Cultura vai ser o que deve ser: um direito social dos paulistanos e elemento essencial de inclusão e de equidade social. Para conseguir esse propósito, um dos grandes desafios que teremos de enfrentar é a descentralização da cultura. A periferia paulistana é tem forte produção cultural, mas não há promoção estruturada por parte do poder público para incentivar seu desenvolvi-

mento. Ao mesmo tempo, os moradores da periferia não têm acesso a atividades culturais de qualquer tipo, cuja difusão é restrita à região central da cidade. Dentro de um modelo de escola aberta, transformaremos as unidades escolares da rede municipal de educação em centros comunitários para promoção e difusão cultural, com atividades de teatro, música, pintura, dança, artesanato e demais manifestações culturais, voltadas a atender a própria comunidade escolar e as famílias vizinhas.

A cultura como direito social e como elemento de inclusão e equidade exige que seja tratada de forma transversal nos processos de gestão institucional, permeando todas as áreas do poder público e todas as políticas públicas municipais. Como um fio condutor, que passa por todas as secretarias e unidades organizativas da Administração Municipal, para propor soluções e firmar parcerias que tornem assuntos supostamente distantes e sem qualquer ligação com a cultura, mais humanizados, flexíveis e abertos a soluções inovadoras. É ativando a criatividade que se consegue isso. Áreas da gestão municipal como educação, esportes, meio ambiente, direitos humanos, entre as principais, são historicamente parceiras da cultura, mas se se deseja a Cidade Criativa, essa mesma cultura (por meio de seus agentes criativos, os artistas, produtores e pensadores) tem de ser incluída nas políticas públicas de geração de emprego e renda, segurança cidadã, moderni-



zação institucional, urbanização, mobilidade urbana, saúde, e em tudo o mais.

A cultura atravessa todas as áreas do saber humano. Está na essência da vida, pois é provado que o homem não vive sem poder criar e toda criação é algum tipo de arte. Quando se busca “atravessar” a administração pública com a cultura, o objetivo é o efeito multiplicador das ações. Cada decisão tomada levando em consideração os hábitos culturais da população, impacta no poder mobilizador das comunidades, que se veem representadas e reconhecidas nesses atos. A cultura mostra o novo e o diferente. Apresenta opções, por isso sua importância em abordar todas as áreas. Por exemplo: a consciência ambiental, o

respeito às leis do trânsito, a eliminação de preconceitos, o autocuidado e outros valores comportamentais podem ser melhorados através do teatro, cinema, exposições artísticas e outras formas de expressão cultural.

Para São Paulo ser uma Cidade Criativa, onde se valoriza a cultura como um elemento essencial de inclusão e equidade social, não é preciso destruir o que já se construiu ao longo da história, mas sim usar a imaginação e transformar o que existe em algo muito melhor. E a principal mudança que vamos promover será a da introdução da cultura da qualidade na Administração Pública Municipal e com essa cultura da qualidade fazer os serviços públicos de São Paulo funcionar.





DIRETRIZES PARA LIDAR COM OS DESAFIOS DEMOGRÁFICOS

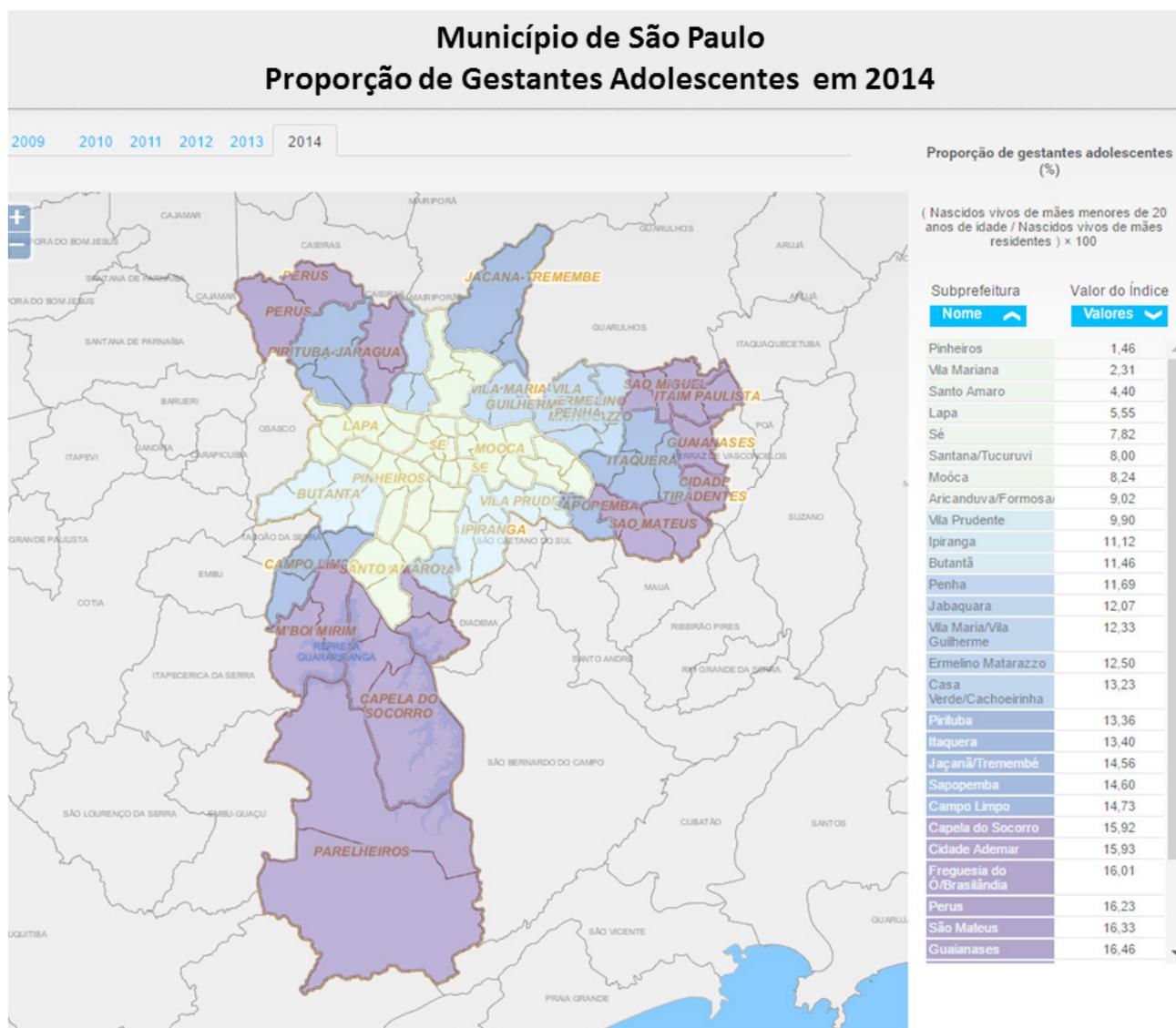
Nosso maior desafio é preparar os serviços públicos para enfrentar as transformações demográficas que São Paulo está vivendo.

Hoje, nossa cidade é uma das 10 maiores metrópoles urbanas do mundo. O grau de urbanização atinge 99,1% e a população alcança quase 12 milhões de habitantes (IBGE, 2015), representando, assim 5,8% da população do país e 27% da população do Estado. Localizada na região Sudeste do Brasil, sua área total é de 1.521,110 km², 0,6% do território do Estado de São Paulo e densidade demográfica de 7.868 habitantes por km²; os paulistanos se declaram 60,6% de cor branca; 30,5% de cor parda; 6,5% de cor negra; 2,2% de cor amarela e 0,12% de população indígena (IBGE, Censo 2010).

A razão de gênero, que mostra a relação do número de homens para cada grupo de 100 mulheres, aumentou de 89,9 em 2010 para 90,53 em 2016, o que indica que, embora o número de mulheres predomine sobre o de homens, há mostras de mudanças na composição por gênero da população. Mesmo com grande índice populacional, a população paulistana segue a tendência nacional de declínio da taxa de crescimento. No período 2010-2016, a população de São Paulo cresceu a uma taxa anual de 0,57%, ficando, assim abaixo da média da Região Metropolitana (0,76%), do Estado (0,85%) e do Brasil (1,3%). O principal motivo para a redução do nível de crescimento popula-

cional em São Paulo é a queda na taxa de fecundidade, ou seja, o fato de que as mulheres estão tendo cada vez menos filhos. Enquanto no ano 2000 a taxa de fecundidade geral foi 66,23 (por mil mulheres entre 15 e 49 anos), esse índice caiu para 53,66 em 2016. Assim, menos crianças nascem hoje na cidade: em 2000 a taxa de natalidade foi 19,9 por mil habitantes, e em 2014 caiu para 15,4 por mil habitantes. Por outro lado, a porcentagem de mães adolescentes (com menos de 18 anos) manteve-se praticamente inalterada no período 2011-2016, de 6,04% (2011) para 6,05% (2016). Mas o grande problema é a ocorrência da gravidez em crianças e adolescentes de 10 a 14 anos.

A gravidez precoce tem consequências sociais e de saúde importantes, especialmente quando acontece nos setores sociais mais vulneráveis da cidade. O desafio implica gerar políticas estruturais para tratar essa questão. Além disso, 13,2% das gestantes são menores de 20 anos de idade. Nas Subprefeituras de Parelheiros, Cidade Tiradentes, Itaim Paulista, São Miguel, M'Boi Mirim, Guaianases, São Mateus, Perus, Freguesia do Ó/Brasilândia, Cidade Adermar e Capela do Socorro a porcentagem de mães menores de 20 anos de idade varia entre 15,92% e 19,58%, segundo dados de 2014 disponíveis no Observatório Sampa da Prefeitura de São Paulo (ObservaSampa).

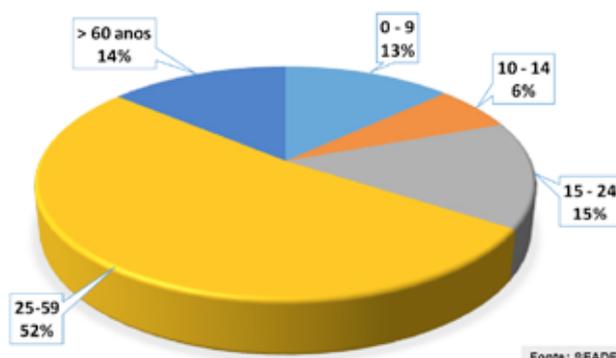


Fonte: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>

A desaceleração do crescimento da população, causada pela menor fertilidade, é associada ao envelhecimento da população que mora em São Paulo. O índice de envelhecimento na cidade, que é a proporção de pessoas de 60 e mais anos por 100 pessoas de 0 a 14 anos, vem apresentando um crescimento contínuo: em 2010 foi 57,28% e em 2016 cresceu para 71,78% (SEADE); um crescimento de 25,3% no período. Esse resultado no último ano está acima da Região Metropolitana (63,2%) e do Estado (69,78%).

Assim, no ano 2000, os idosos representavam 9,3% da população total da cidade, hoje representam 13,9%. Em valores absolutos, o contingente passou de 971.466 para 1.619.760 no período. Do mesmo modo, diminuiu a proporção de crianças e jovens, tendência que deve acentuar nos próximos anos. A população entre zero e 14 anos de idade, que era 24,9% em 2000, hoje é 19,4%. E na faixa entre 15 e 29 anos, no mesmo período, passou de 28,4% para 23,2%.

SÃO PAULO: DISTRIBUIÇÃO % DA POPULAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE, 2016



Outro fator que contribui para o envelhecimento dos paulistanos é o aumento da expectativa de vida. Entre 2000 e 2012, nossa população ganhou, em média, quase quatro anos e meio de esperança de vida. Segundo dados do SEADE, a expectativa de vida ao nascer da população atingiu 76,07 anos em 2012. O envelhecimento da população paulistana é um grande desafio para o qual temos de nos preparar, especialmente no sistema previdenciário e em políticas de Saúde, Saúde Ocupacional e de Educação para que eles possam acompanhar os avanços tecnológicos.

Mas temos também uma grande oportunidade se considerarmos o fenômeno do bônus demográfico. Com a diminuição da taxa de natalidade e as melhorias na saúde das pessoas, o número de pessoas em idade de trabalhar vem aumentando fortemente. A população em idade produtiva (de 15 a 64 anos) aumentou de 68,7% para 71,2% no período 2000-2016. Para tirar proveito desse bônus demográfico, é necessário investir bastante em educação, pois é fundamental qualificar a população economicamente ativa que trabalha e gera renda na cidade. Porém um desafio maior refere-se às grandes desigualdades ou inequidades que persistem no interior do território, que são manifestadas nas diferenças tanto na estrutura demográfica quanto no índice de expectativa de vida. No caso do índi-

ce de envelhecimento, este é mais acentuado nas regiões com maiores níveis de renda, como Consolação, Alto de Pinheiros, Jardim Paulista, Vila Mariana, Pinheiros, Moema ou Perdizes, entre outros, que apresentam um valor superior a 1, o que significa que há mais população maior de 60 anos em relação à população menor de 15 anos.

Entretanto as regiões em piores condições sociais, como Anhanguera, Jardim Ângela, Parelheiros, Cidade Tiradentes, Grajaú, Iguatemi e Lajeado apresentam índices de envelhecimento muito baixos. Isso significa que a proporção de crianças e adolescentes menores de 15 anos ainda é muito mais alta que de idosos, fenômeno explicado pelas altas taxas de natalidade e a menor expectativa de vida. Por exemplo, a diferença de expectativa de vida da população de Pinheiros (81,74 anos) e Parelheiros (71,58 anos) atinge uma década. Em relação à natalidade, nas localidades de Alto de Pinheiros, Consolação, Saúde, Pinheiros, Jardim Paulista e Perdizes a taxa de natalidade situa-se entre 8 e 10 nascidos vivos por mil habitantes, enquanto nas regiões de Sé, Brás e Barra Funda atinge índices altos entre 22,0 e 25,6 nascidos vivos por mil habitantes. O grande desafio é compreender todas essas dinâmicas distintas entre regiões, o que implica em planejamento e gestão de políticas sociais e econômicas diferenciais.



¹ O bônus demográfico ou janela de oportunidade é um período da transição demográfica em que o percentual da população economicamente ativa (pessoas de 15 a 64 anos) é superior do que a parcela dependente da população (crianças e idosos).





DIRETRIZES PARA OS DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

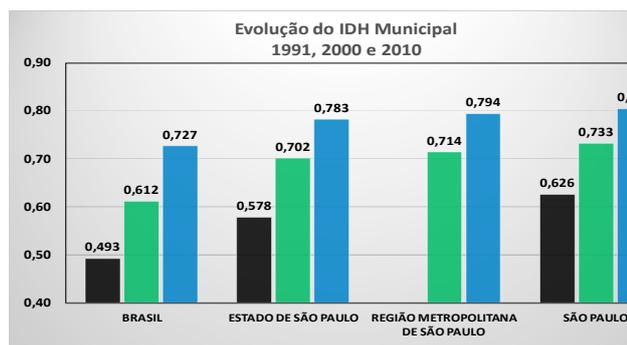
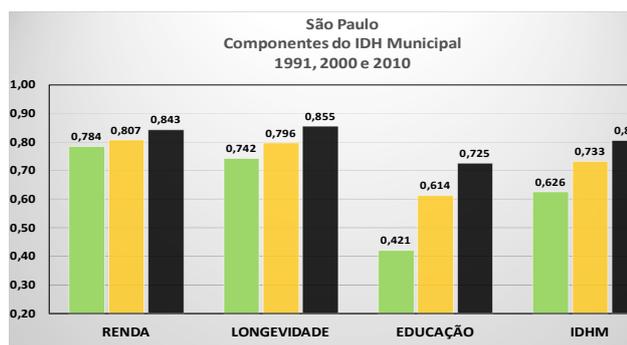
Nosso desafio é focalizar o desenvolvimento humano sustentável como o propósito central das políticas públicas municipais

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD, a cidade de São Paulo se localiza na faixa de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) muito alto, com um resultado de 0,805, embora superado na Região Metropolitana pelos municípios de São Caetano do Sul (0,862), Santo André (0,815) e Santana de Parnaíba (0,814). No Brasil, a cidade ocupa a 30ª posição entre os 5.565 municípios do país, sendo que nas três primeiras posições estão São Caetano do Sul, Águas de São Pedro e Florianópolis.

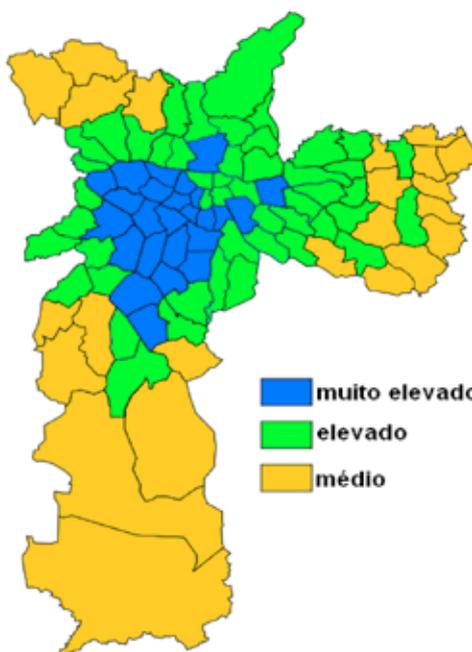
O componente de educação do IDH tem melhorado nos últimos 20 anos ao passar de 0,421, em 1991, para 0,725 em 2010. Assim a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade é 3,18%, índice abaixo da média do Estado (4,32%) e do Brasil (9,91%); a expectativa de anos de estudo na cidade (número médio de anos de estudo aos 18 anos de idade) é 10,11 anos, superior ao do País (9,5), mas inferior ao do Estado (10,3). E, por último, em 2010 a escolaridade da população de 18 a 24 anos com pelo menos

Ensino Fundamental completo atingiu 82,19%, e 20,63% da população de 25 anos e mais possui pelo menos Ensino Superior completo. O componente de renda atingiu 0,843, resultado superior ao do Brasil (0,739), Estado de São Paulo (0,789) e a Região Metropolitana (0,812). A renda per capita média na capital paulista foi R\$1.516,21, acima do Estado (R\$1.084,46) e do Brasil (R\$793,87).

No entanto, apesar do IDH muito alto ou superior, há subprefeituras da cidade, como Parelheiros, que alcança apenas um IDH médio (0,680), e um pouco mais de 50% atinge um IDH alto, como Casa Verde, Vila Maria/Vila Guilherme, Pirituba/Jaraguá, Vila Prudente, Campo Limpo, Ermelino Matarazzo, Jaçanã/Tremembé, Freguesia do Ó/Brasilândia, Cidade Ademar, Itaquera, Capela do Socorro, São Miguel Paulista, São Mateus, Perus, Itaim Paulista, M'Boi Mirim, Guaianases e Cidade Tiradentes. Esses resultados mostram a absoluta desigualdade na metrópole em relação ao nível de desenvolvimento humano nas áreas da Educação, Saúde e renda.



São Paulo: IDH por Distritos, 2010



Fonte: SEADE





DIRETRIZES PARA OS DESAFIOS NA POBREZA E NA DESIGUALDADE SOCIAL

Nosso principal desafio é fazer que a riqueza e oportunidades de São Paulo cheguem todas suas regiões e bairros.

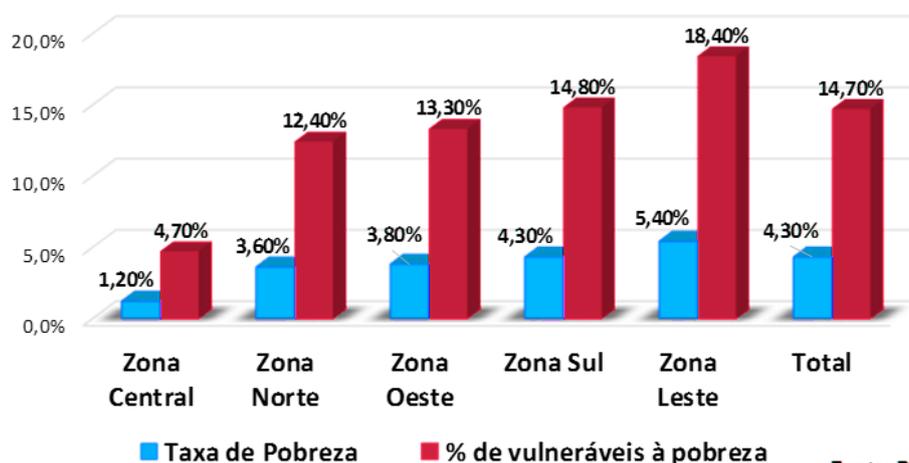
Enquanto nos últimos 25 anos a cidade tem reduzido de forma geral e significativa os níveis de pobreza, ainda existe uma parte da população que é pobre e vulnerável, com dificuldades de acesso a bens e serviços públicos e sem plena inclusão nos processos de desenvolvimento social e econômico da cidade, refletindo, assim, as desigualdades de renda de qualidade de vida entre os cidadãos e famílias que moram nos distintos distritos.

A taxa de pobreza na cidade tem sido reduzida ao longo do tempo, de quase 6,3% em 1991 para 4,3% em 2010, e a taxa de extrema pobreza passou de quase 1,6% para 0,92% no igual período (Censo 2010). Mas um grande desafio é a existência de população vulnerável à pobreza. Estima-se que 14,7% da população seja vulnerável a essa situação, o que se traduz em pouco mais de 1.640 mil pessoas. De for-

ma preocupante, 8,61% de nossas crianças estão em situação de pobreza, 1,84% está em extrema pobreza e 26,54% são vulneráveis à pobreza.

Por outro lado, a população em geral mais pobre e com maior risco de ingressar na faixa de pobreza e miséria são as das Zonas Leste e Sul com índices acima da média total da cidade, embora as Zonas Oeste e Norte tenham indicadores de pobreza também significativos. Assim uma parte dos paulistanos não satisfaz suas necessidades vitais básicas, de Educação, Saúde e Habitação. O panorama atual de desaceleração econômica e desemprego no Brasil com certeza tem agravado ainda mais essa situação de pobreza, pobreza extrema e vulnerabilidade das famílias em São Paulo. No final de junho de 2016, a taxa de desemprego na cidade bateu 17,2%. Isso nos permite inferir que no último ano mais famílias paulistanas ingressaram na linha de pobreza.

São Paulo: Taxa de Pobreza e Vulnerabilidade à Pobreza, Censo 2010 (IBGE)



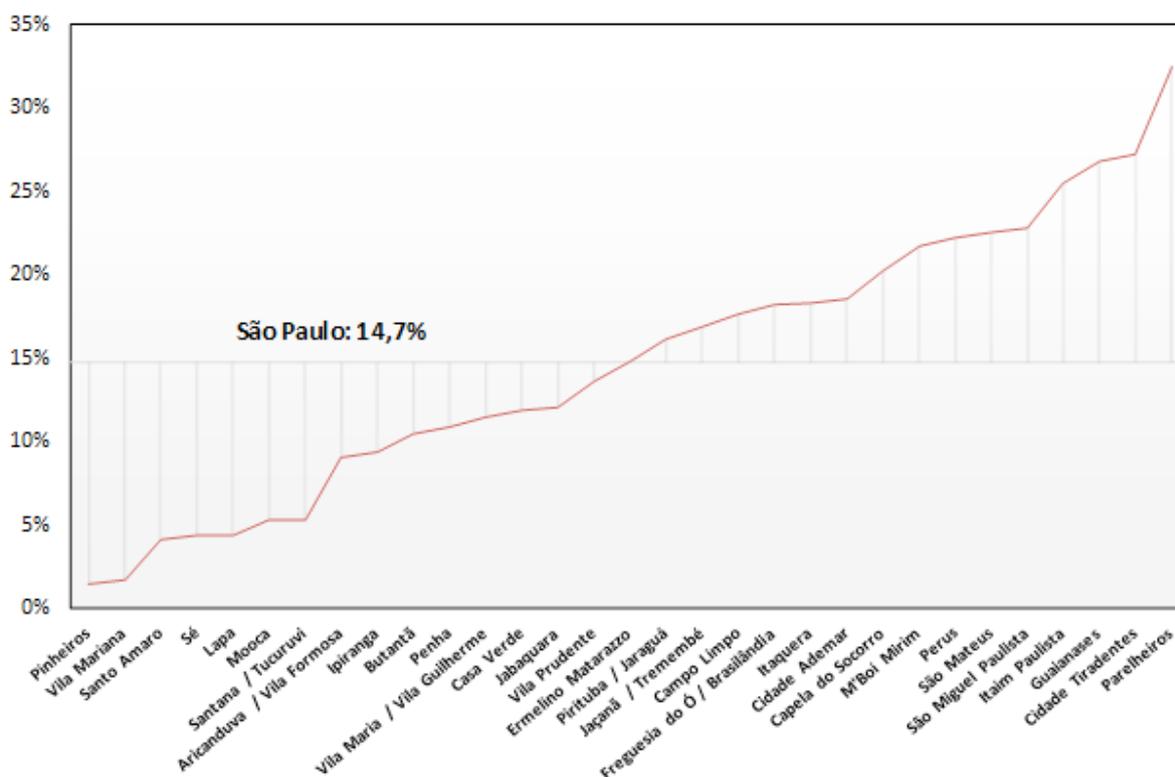
As localidades com maiores riscos de vulnerabilidade à pobreza e exclusão social são Parelheiros, Cidade Tiradentes, Guaianases, Itaim Paulista, São Miguel Paulista, São Mateus, Perus, M'Boi Mirim, Capela do Socorro, Cidade Ademar, Itaquera, Freguesia do Ó/Brasilândia, Campo Limpo, Jaçanã/Tremembé, Pirituba/Jaraguá e Ermelino Matarazzo. Suas taxas de vulnerabilidade à pobreza variam entre 14,73% e 32,4%, muito acima da média do município (14,7%).

Entretanto localidades como Pinheiros, Vila Mariana, Santo Amaro, Sé e Lapa têm indicadores muito abaixo da

média, entre 1,44% e 4,34%. Essas diferenças entre regiões mostram a marcante desigualdade territorial. Há uma diferença abismal de quase 31 pontos percentuais entre a localidade menos vulnerável e a mais vulnerável à pobreza: Pinheiros (1,44%) e Parelheiros (32,4%).

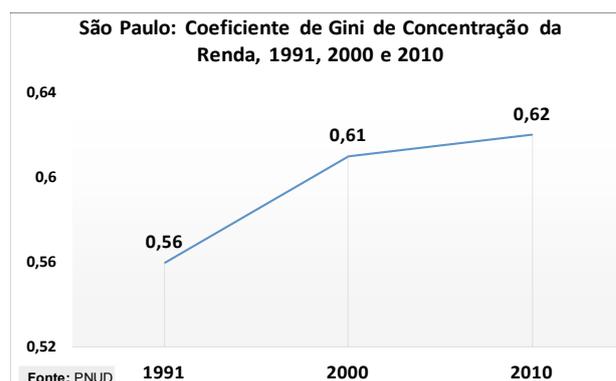
Nosso desafio é gerar mecanismos de inclusão ativa através de políticas públicas que ampliem as oportunidades para o acesso a uma melhor qualidade de vida, com particular ênfase para as populações e regiões mais necessitadas e vulneráveis, e em favor da superação da pobreza e do desenvolvimento humano de todos os paulistanos.

São Paulo: Taxa de Vulnerabilidade à Pobreza por Subprefeituras, 2010



Fonte: PNUD

Infelizmente, o Coeficiente de Gini da cidade aumentou de forma substancial entre os anos 1991, 2000 e 2010 (PNUD), o que mostra um incremento na concentração da renda e, portanto, um agravamento na desigualdade em termos de rendimento. A cidade de São Paulo é mais desigual que o Estado (0,56) e a Região Metropolitana (0,60). No ranking do Gini no Estado de São Paulo, a cidade aparece em 4º lugar maior concentração da renda entre 645 municípios e em 2º lugar entre os municípios da Região Metropolitana, depois de Santana de Parnaíba (0,67).



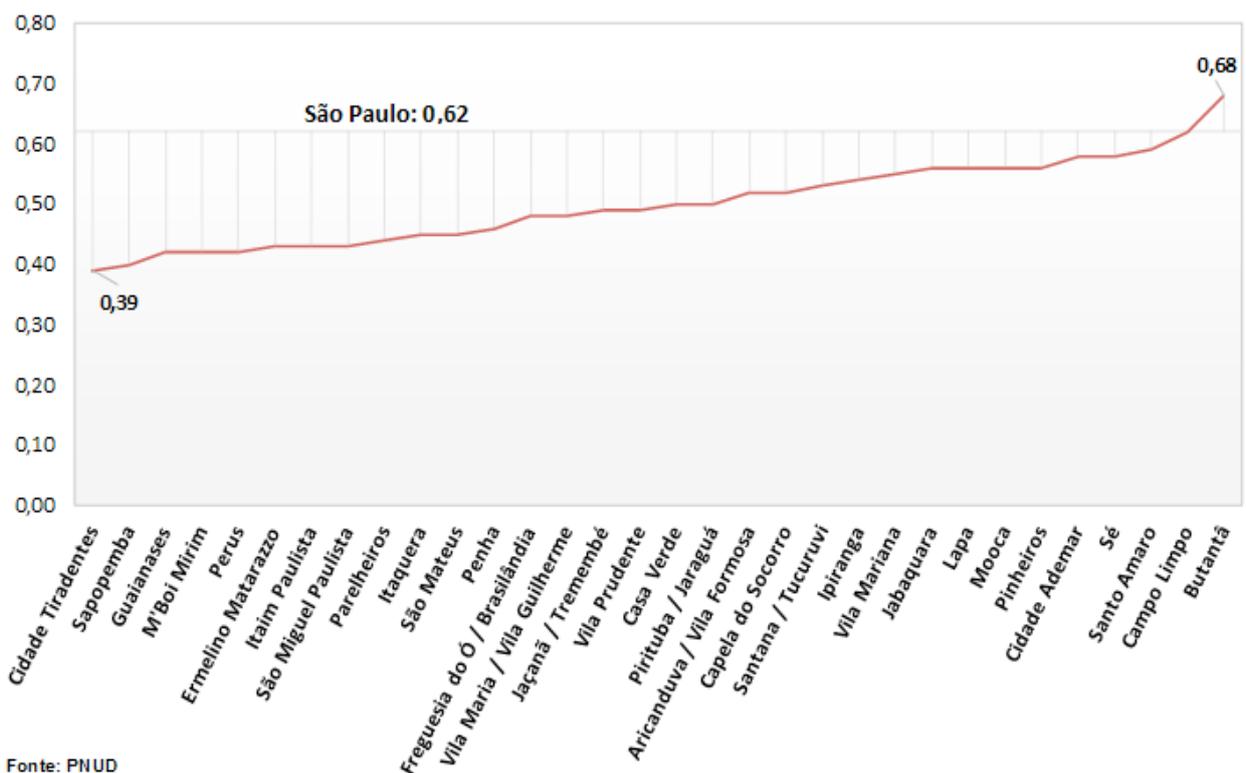
Fonte: PNUD



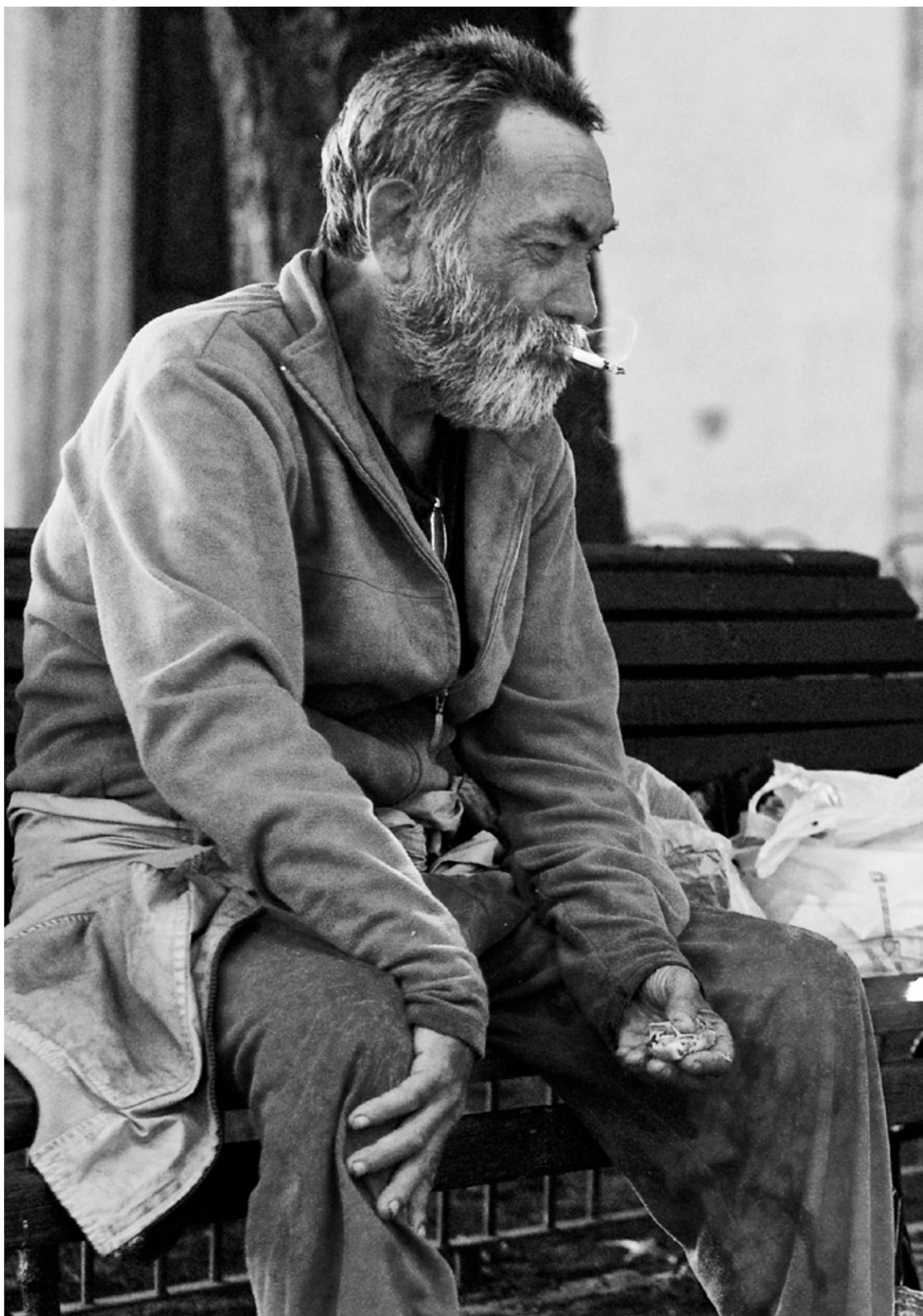
Com relação às subprefeituras, situações extremas são observadas. O maior índice de desigualdade está em Butantã, com um Gini de 0,68, acima do valor médio obtido na cidade, e a menor desigualdade está em Cidade Tiradentes com 0,39. Butantã é uma subprefeitura bastante particular, porque nela há distritos com rendas baixas,

como Rio Pequeno e Raposo Tavares, e distritos com rendas mais elevadas, como Vila Sônia, Morumbi e Butantã. As subprefeituras de Santo Amaro, Sé e Cidade Ademar mostram índices de Gini também altos, entre 0,58 e 0,59. Em contraste, Sapopemba, Guaianases, M'Boi Mirim e Perus aparecem com Gini que variam entre 0,40 e 0,42.

São Paulo: Coeficiente de GINI de Concentração da Renda por Subprefeitura, 2010

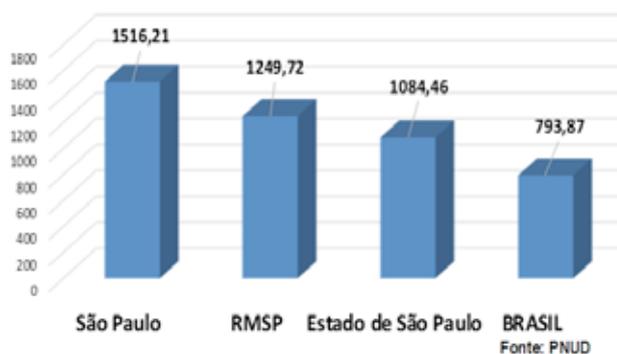


Fonte: PNUD

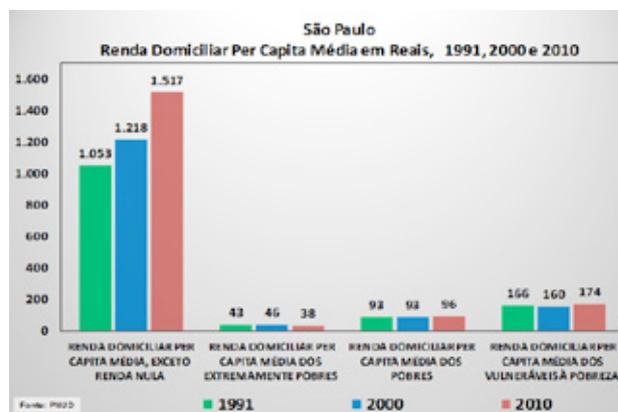


Segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, na cidade há um aumento da participação dos 10% com maiores rendimentos (população mais rica da cidade), ao passar de 44,6% em 1991 para 52,17% em 2010. No mesmo período, diminuiu a participação da renda apropriada pelos 20% mais pobres, de 3,23% para 2,69%, respectivamente. Por outro lado, como já foi dito antes, em 2010, a renda domiciliar per capita média dos paulistanos foi R\$1.516,21, um valor acima da Região Metropolitana de São Paulo (R\$ 1.249,72), do Estado (R\$1.084,46) e do País (R\$ 793,87). Em São Caetano do Sul essa renda média chega a R\$ 2.044,00. No entanto a renda domiciliar per capita média, na nossa cidade, dos extremamente pobres é de apenas R\$ 38,00, dos pobres atinge R\$ 96,00 e dos vulneráveis à pobreza, R\$ 174,00.

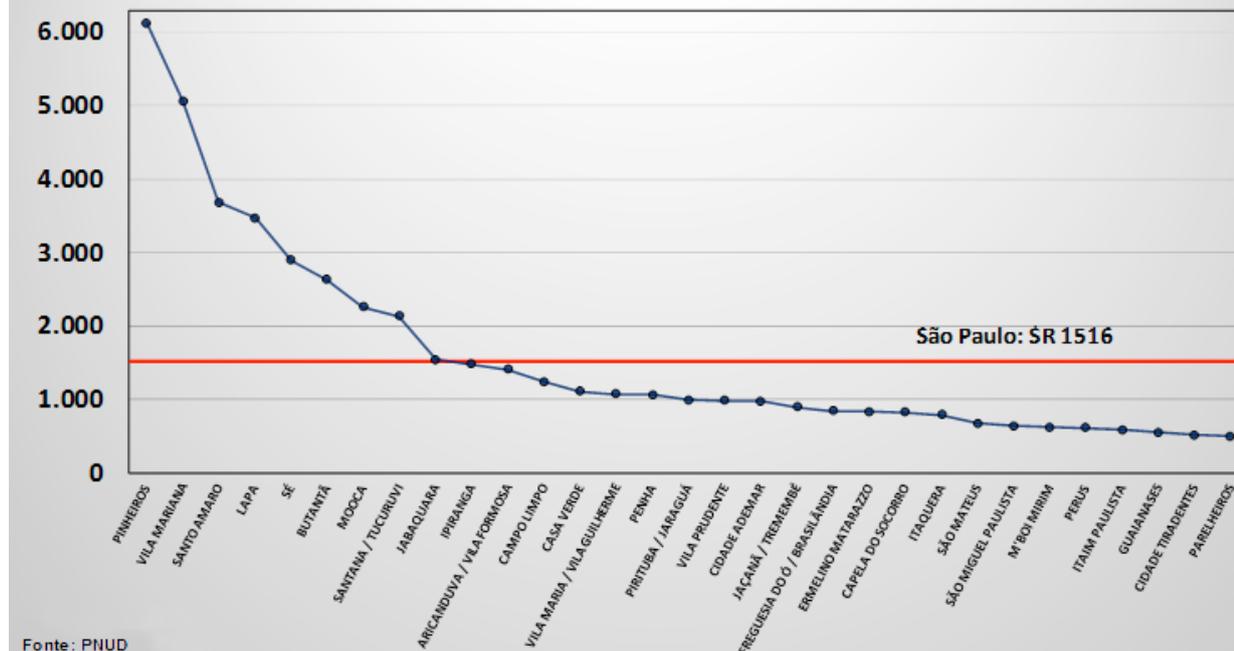
Renda Domiciliar per capita da População, 2010



Também há desigualdades profundas entre as regiões da cidade em relação à renda domiciliar per capita média. Segundo dados do PNUD de 2010, as Subprefeituras da Cidade Tiradentes, Perus, Sapopemba, Guaianases, Itaim Paulista, M'Boi Mirim, Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Pareheiros, Pirituba/Jaraguá, Vila Prudente, Cidade Ademar, Jaçanã/Tremembé, Freguesia do Ó/Brasilândia, Capela do Socorro, Itaquerá e São Mateus não chegam a mil reais de renda per capita média. Enquanto Pinheiros, Vila Mariana, Santo Amaro, Lapa, Sé, Butantã, Mooca e Santana/Tucuruvi obtêm rendimentos domiciliares per capita que variam entre 2.100 e 6.125 reais, rendas muito acima da média da cidade (R\$1.516,21).



Município de São Paulo Renda Média Domiciliar Per Capita por Localidade, 2010



² O Coeficiente de Gini como medida de desigualdade busca captar numa escala de 0 a 1 o grau de concentração de renda, onde zero significa a perfeita igualdade na distribuição, e 1 a máxima concentração.





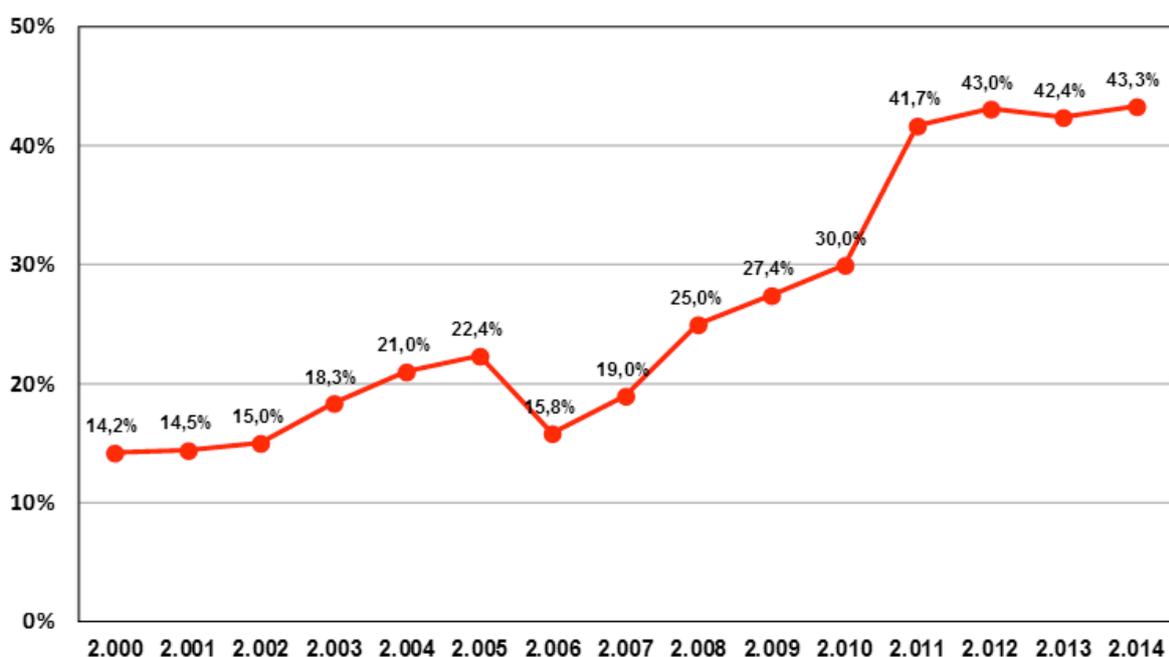
DIRETRIZES PARA OS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO

Nosso maior desafio é melhorar a qualidade da educação pública de São Paulo e resolver a demanda reprimida das creches.

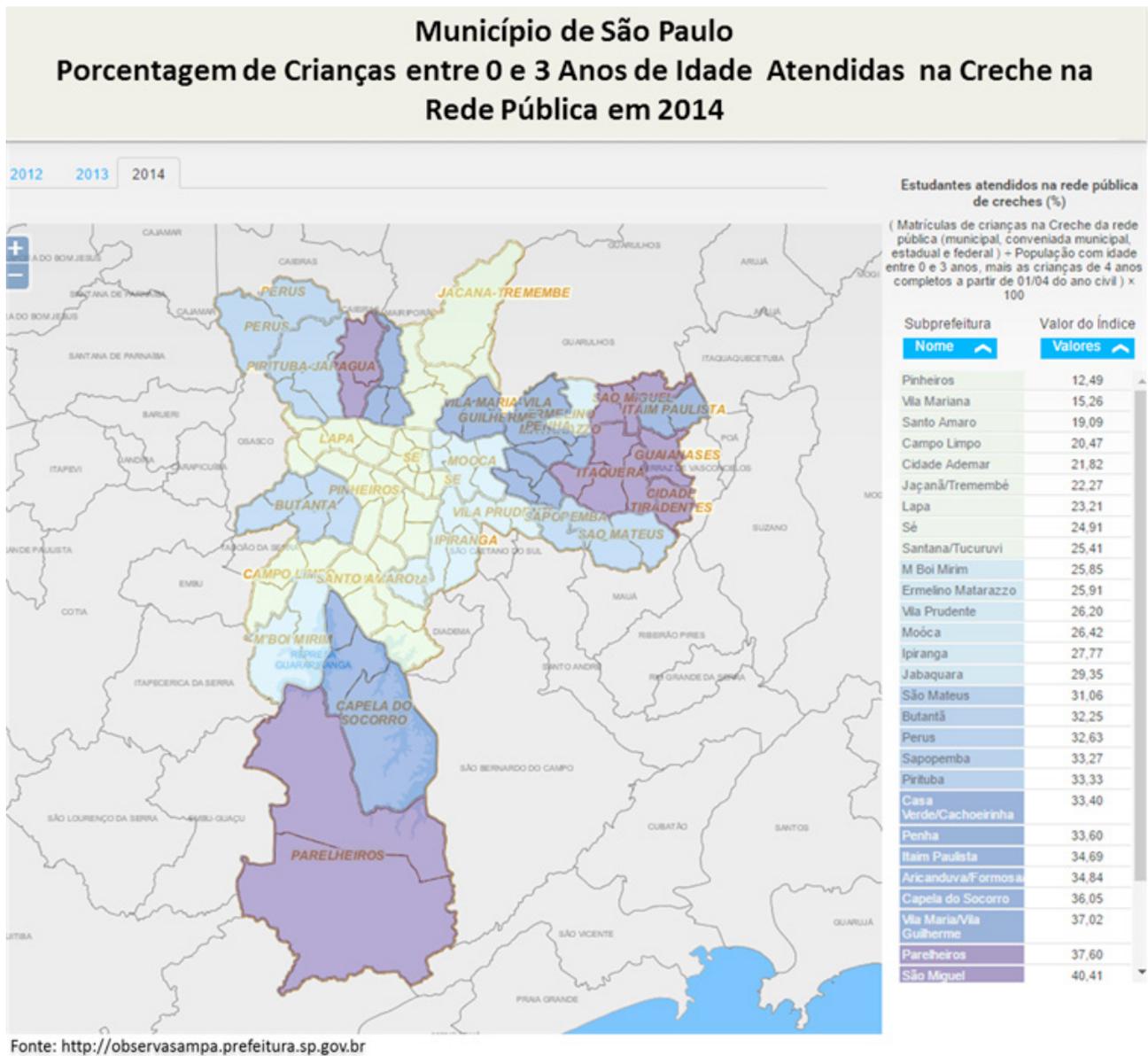
A base sólida do progresso da sociedade está na Educação ao longo da vida, e não há nenhum país ou região que conseguiu tornar-se desenvolvido com sucesso sem superar os obstáculos existentes para atingir esse objetivo. Para avançar, precisamos investir mais na qualidade do ensino, aumentar a cobertura da Educação e valorizar os professores, especialmente nas regiões da cidade mais vulneráveis e com maiores necessidades. Temos um grande desafio na nossa cidade: a Educação Infantil. As crianças até 5 (cinco) anos de idade têm direito assegurado ao atendimento em creche e pré-escola, nos termos do inciso IV do artigo 208 da Constituição Federal.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, os municípios são responsáveis pela oferta e a gestão da Educação Infantil. Mas em São Paulo há um grave problema de acesso à creche, evidenciado por um déficit de vagas, especialmente nas regiões mais carentes. Segundo cálculos realizados a partir de dados do Censo Escolar (MDE), a taxa bruta de atendimento na creche permanece no mesmo patamar de 43% no período 2012-2014. Assim, em 2014, quase 370 mil crianças estavam fora do sistema escolar. Nem mesmo alcançamos a meta de cobertura de 50% na creche definida no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Calcula-se que na fila de espera de matrícula haja mais de 106 mil crianças, o que significa demanda não atendida de 31%.

São Paulo: Evolução da Taxa Bruta de Atendimento na Creche, 2000 a 2014



Fonte: Cálculos a partir da população e da matrícula do Censo Escolar (MDE)



Em 2014, a rede municipal paulistana tinha 57.367 crianças matriculadas nas creches;



Em 2014, a rede municipal paulistana tinha 57.367 crianças matriculadas nas creches; na rede particular, um total de 224.431 crianças, e nas redes Estadual e Federal são 433 crianças matriculadas. Assim a maior parte da matrícula na creche está na rede privada, com quase 80% do atendimento, enquanto a rede municipal é responsável apenas por 20%. Segundo dados do SEADE de 2014, a rede municipal tem maior participação em Ponte Rasa, Brás, Jardim Ângela, Vila Curuçá, São Domingos, Rio Pequeno e São Rafael; a rede privada tem 100% de participação em Água Rasa, Alto de Pinheiros, Barra Funda, Belém, Carrão, Itaim Bibi, Jaguará, Marsilac, Mooca, Morumbi, Perdizes, Santa Cecília e Saúde.



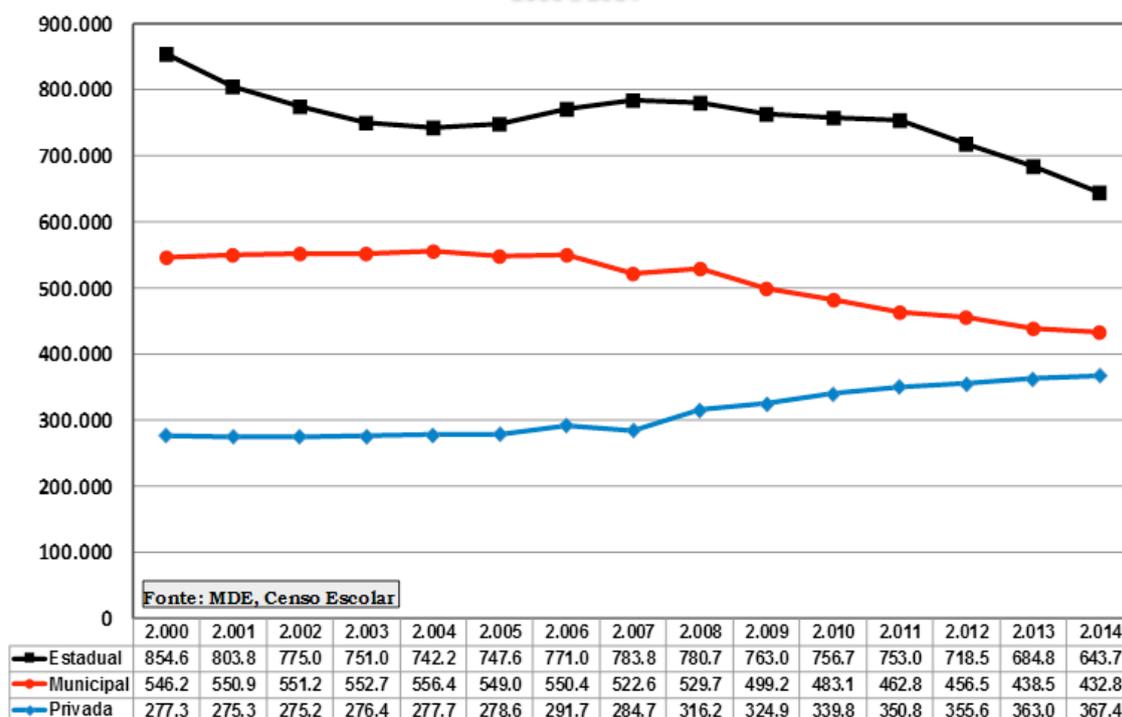
Um dos grandes desafios do nosso governo será aumentar a cobertura na creche, especialmente naqueles distritos que mais precisam e que mais dependem dos serviços municipais de educação. As maiores discrepâncias sociais e de educação em São Paulo se evidenciam na taxa de cobertura da creche, que vem diminuindo à medida que nos afastamos da região central da cidade. Segundo informações do Censo Escolar 2014 (SEADE), os distritos com menos de 30% de atendimento de creche são: Brás, Iguatemi, Pedreira, Liberdade, Vila Curuçá, Cidade Ademar, Capão Redondo, Jardim Ângela, São Lucas, São Domingos, Marsilac, Vila Andrade, Cursino e Tremembé. No outro extremo, os distritos de Butantã, Santo Amaro, Guaianases, Pinheiros, Campo Belo e Tatuapé possuem taxas de atendimento superiores a 70%. Em 2014, 99,4% dos docentes de creche das redes pública e conveniada e 93% da rede privada, possuíam Ensino Superior ou Magistério Completo (dados do SEADE). Na creche da rede pública e conveniada há, em média, 8,83 alunos por profissional e na rede privada, exceto conveniadas, há 4,84 alunos por profissional.

Na pré-escola, em 2014, foram matriculadas 286.777 crianças entre 4 e 5 anos de idade, sendo que 70% estavam na rede pública municipal e 30% na rede privada. Segundo dados do Censo Escolar 2014 (MEC/INEP), no município há no total 4.210 escolas de Educação Infantil de ensino regular, das quais 3.304 são da rede privada (78,5%), 898

pertencem à rede municipal (21,3%), 7 são da rede estadual (0,12%) e uma escola pertence a rede federal. A alta demanda não atendida por vagas nas creches dos distritos mais carentes implica a necessidade de construir novas unidades na rede pública municipal. A atual administração municipal não tem cumprido com as metas de construir 65 novas escolas de Educação Infantil para atender a crianças na Pré-Escola e das 243 unidades de creches que prometeu, apenas prevê entregar 147 no final do mandato (dados da Prefeitura Municipal de São Paulo).

O artigo 208A da Constituição Brasileira estabelece que o Ensino Fundamental, como direito público subjetivo, é obrigatório e gratuito e deve ser oferecido pelo Poder Público. No período 2000-2015, a matrícula da rede pública municipal em Ensino Fundamental tem diminuído 25%, pois passou de 546.200 a 409.506 alunos matriculados durante o período referido. Esse fato é explicado pela diminuição da população entre 6 e 14 anos, que em 15 anos tem caído em média quase 14%. Vale a pena mencionar que só 1,5% dos matriculados na rede municipal são de tempo integral. Em 2015, a matrícula da rede municipal em anos iniciais soma 238.508 alunos e anos finais totaliza 170.998 alunos. Em 2014, a rede estadual tem matriculado mais de 643 mil alunos e a rede privada, um pouco mais de 367 mil alunos. Dessa forma, a rede estadual é responsável por 44,5% da matrícula em Ensino Fundamental; a rede municipal, por 30,1% e a rede privada, por 25,4%.

Município de São Paulo
Evolução da Matrícula no Ensino Fundamental Segundo Rede
2000 a 2014



Ensino Fundamental, dos quais 954 alunos estavam matriculados na rede municipal, 237 na rede estadual e 1.807 na rede particular. De acordo com dados do INEP 2014, na rede pública municipal foram matriculados na educação especial (alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos) 337 alunos na Creche, 2.045 alunos na Pré-Escola e 11.212 no Ensino Fundamental. Segundo participação da matrícula, a rede municipal é responsável por 37,4% da matrícula em creches, 84,3% da matrícula na Pré-Escola e 47,0% da matrícula em Ensino Fundamental. Todas essas informações evidenciam o desafio para o nosso governo de oferecer educação de qualidade para crianças, adolescentes e jovens com necessidades especiais através da implementação de políticas públicas inclusivas, de forma a estabelecer igualdade no acesso à escola, preferencial-

mente na rede regular de ensino. Mas também devemos trabalhar para melhorar as condições de muitas escolas que hoje não têm estrutura adequada, o que impacta na inclusão e na falta de acessibilidade para crianças, adolescentes e jovens com deficiência.

Para avançar e superar os problemas na qualidade do ensino público de nossa cidade, é essencial investir na qualidade do trabalho dos professores tanto em relação à sua formação quanto em relação às condições salariais. Mas também, na atualidade temos outro grande desafio: há uma grande rotatividade de professores nas escolas localizadas nos distritos mais pobres e vulneráveis socialmente. Precisamos estimular que profissionais da educação com melhor formação e mais experiência fiquem nesses locais.

Município de São Paulo: Matrículas na Educação Especial por Distritos e Rede 2014 - Fonte: SEADE

Localidades	Matrículas na Educação Especial	Matrículas na Educação Especial Rede Pública	Matrículas na Educação Especial Rede Estadual	Matrículas na Educação Especial Rede Municipal	Matrículas na Educação Especial Rede Particular
Alto de Pinheiros	3	3	3	-	-
Brasilândia	7	7	7	-	-
Butantã	24	7	7	-	17
Cachoeirinha	112	112	-	112	-
Cambuci	95	-	-	-	95
Campo Belo	57	-	-	-	57
Capão Redondo	21	21	15	6	-
Cidade Dutra	17	8	8	-	9
Consolação	7	-	-	-	7
Cursino	87	-	-	-	87
Ermelino Matarazzo	51	-	-	-	51
Grajaú	38	38	38	-	-
Guaianases	6	6	6	-	-
Ipiranga	54	25	25	-	29
Itaim Bibi	19	-	-	-	19
Itaim Paulista	19	-	-	-	19
Jaguari	5	5	5	-	-
Jaçanã	143	85	14	71	58
Lapa	23	23	23	-	-
Liberdade	221	221	-	221	-
Mandaqui	12	12	12	-	-
Moema	125	-	-	-	125
Mooça	245	245	-	245	-
Parelheiros	72	6	6	-	66
Pinheiros	3	3	3	-	-
Pirituba	108	108	-	108	-
Raposo Tavares	5	5	5	-	-
Rio Pequeno	1	1	1	-	-
Sacomã	12	12	12	-	-
Santana	42	-	-	-	42
Santo Amaro	231	231	-	231	-
São Domingos	11	11	11	-	-
São Rafael	10	10	10	-	-
Saúde	9	9	9	-	-
Socorro	11	11	11	-	-
Tatuapé	592	-	-	-	592
Tucuruvi	189	-	-	-	189
Vila Guilherme	197	-	-	-	197
Vila Jacuí	40	-	-	-	40
Vila Leopoldina	6	-	-	-	6
Vila Mariana	147	4	4	-	143
Vila Matilde	185	-	-	-	185
Vila Prudente	36	5	5	-	31
Vila Sônia	9	9	9	-	-



DIRETRIZES PARA OS DESAFIOS NA SAÚDE



Nosso maior desafio é implementar certificação de qualidade em cada unidade de saúde, fazer tudo o que já existe funcionar de verdade.

A insatisfação com a qualidade dos serviços do sistema de Saúde está entre as maiores reclamações dos moradores de São Paulo. A gestão desenvolvida pela administração atual da Prefeitura de São Paulo na área de Saúde tornou-se motivo de preocupação, indignação e de denúncias “em série” oferecidas pela população desassistida. Preocupação, porque falta ao paulistano não só a qualidade de atendimento necessária, mas também a cobertura suficiente dos serviços oferecidos para satisfazer de forma plena as necessidades da população. Podemos citar a falta de medicamentos básicos nas unidades de saúde, frequentemente denunciada pelos meios de comunicação, e a falta de médicos para atender a população, que está ocorrendo por diversos fatores, que serão elencados no decorrer deste documento. Indignação, porque foi prometido pela gestão atual uma série de novas unidades e melhor gestão na saúde, mas o que observamos são obras inacabadas, “puxadinhos” de novas unidades com novos nomes e um declínio preocupante no número de médicos. E, tudo, culminando em denúncias de toda ordem, desespero de pacientes e familiares pela falta de atendimento; o Ministério Público constatando aumento considerável de irregularidades na gestão da saúde e, sobretudo, uma prefeitura imóvel no gabinete, longe daqueles que estão sofrendo nas filas.

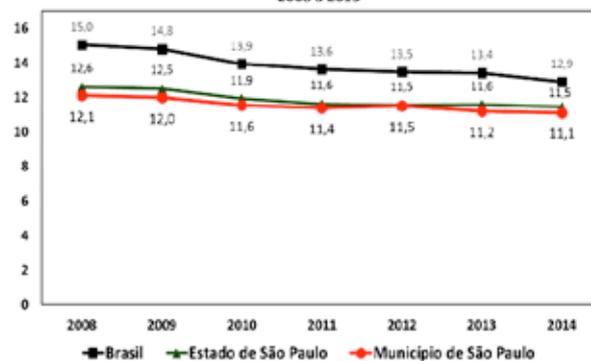
Os paulistanos merecem serviços de Saúde Pública dignos, com atendimentos de qualidade em todos os níveis. Para tanto, em nosso governo, a saúde será priorizada com a finalidade de resgatá-la da situação caótica e calamitosa em que se encontra hoje. Esta é uma tarefa complexa que requer planejamento e a participação ativa de todos os setores da sociedade, especialmente daqueles que de forma direta e/ou indireta participam do funcionamento do sistema. Nosso principal objetivo será fazer com que a Saúde funcione de forma eficiente e resolutiva, adotando adequado sistema de gestão e organização, terminando as obras inacabadas, aumentando o número de leitos hospitalares, contratando o número de médicos necessário, bem como dos demais profissionais da Saúde, garantindo a disponibilidade de exames, remédios, procedimentos e programas do Sistema

Único de Saúde (SUS) em todos os níveis da Saúde municipal. Assim sendo é urgente uma mudança de rumo, não só nos aspectos técnicos e gerenciais, que deixam a desejar, mas um novo paradigma humano, de um prefeito que esteja com as pessoas e que tenha o objetivo de resolver os vários “gargalos” no atendimento à saúde.

A análise do comportamento das taxas de mortalidade infantil e materna em São Paulo revela de maneira cristalina as deficiências do sistema municipal de Saúde e seu impacto na qualidade de vida de nossa população, especialmente daquela que se encontra em piores condições socioeconômicas e que mora nas regiões menos privilegiadas da cidade. A situação é muito mais crítica quando comparados os níveis dos indicadores da Saúde de São Paulo com os alcançados por outras cidades e regiões do estado e do País que possuem menores índices de desenvolvimento e de capacidade financeira.

A taxa de mortalidade infantil será o foco da preocupação de nosso Plano de Governo, pois revela as grandes desigualdades nas condições de vida dos paulistanos bem como as deficiências do sistema público de saúde e da qualidade dos serviços de saneamento básico e de assistência social em geral. A redução da mortalidade infantil foi apontada como uma das oito prioridades a serem alcançadas pela Organização das Nações Unidas nos chamados.

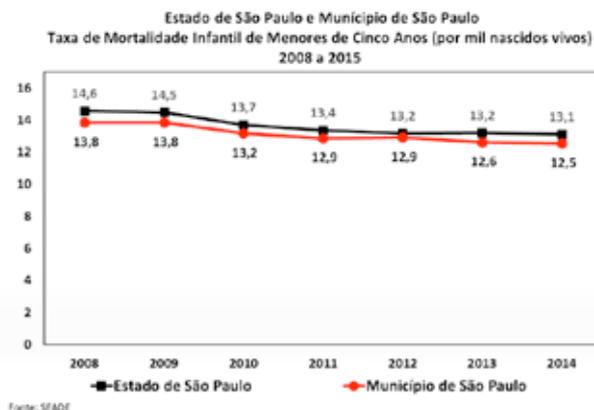
Brasil, Estado de São Paulo e Município de São Paulo
Taxa de Mortalidade Infantil de Menores de Um Ano (por mil nascidos vivos)
2008 a 2015



Fonte: DATASUS

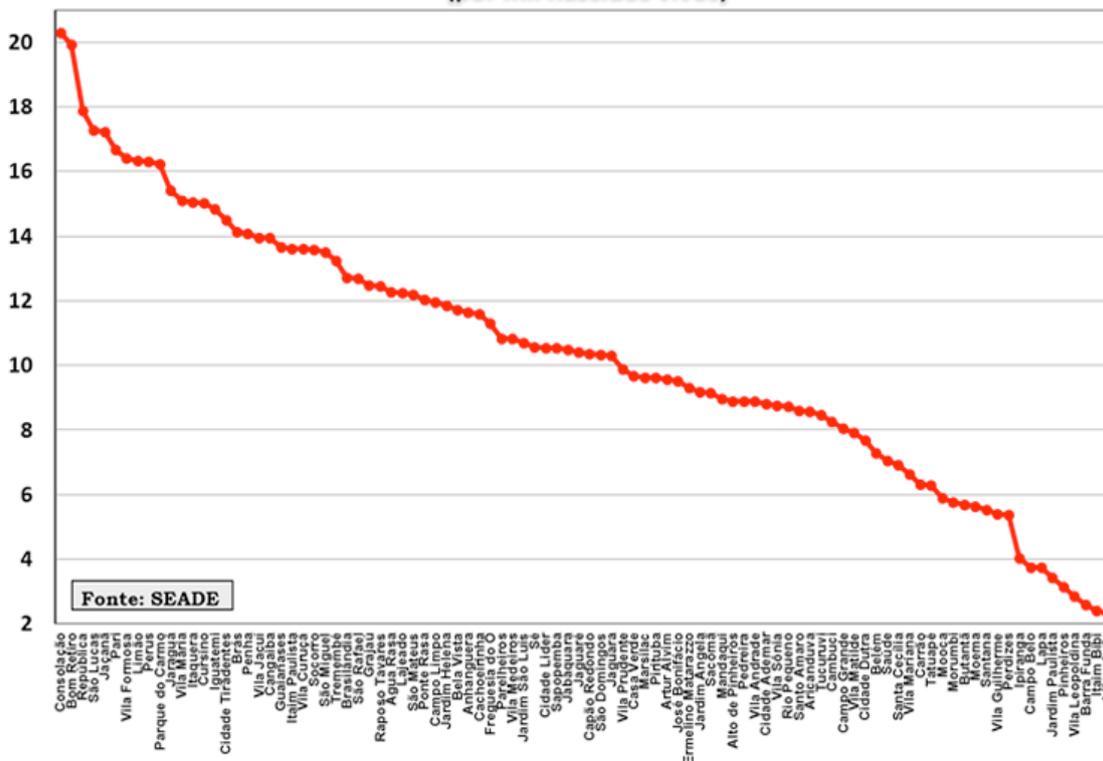
Objetivos do Milênio. Nosso governo incluirá em suas metas o compromisso de aprofundar o alcance desses propósitos globais pelo desenvolvimento, sugerido na Declaração do Milênio do ano 2000. De acordo com as informações do Datasus, no Brasil a taxa de mortalidade infantil por mil caiu de 15,0 para 12,9 entre 2008 e 2014, o que representou uma queda de 14,2% nestes sete anos. No caso do estado de São Paulo, a mortalidade infantil apresentou uma queda um pouco menos acentuada neste mesmo período, passou de 12,6 em 2008 para 11,5 em 2014, redução de 9,0%. No município de São Paulo se observa redução quase da mesma intensidade que o Estado, de 12,1 para 11,1.

As informações anteriores mostram claramente que a taxa de mortalidade infantil no município de São Paulo é relativamente alta para seus padrões de desenvolvimento econômico e de capacidade de financiamento e capacidade orçamentária. Efetivamente, mesmo com tendência



a queda, os níveis de mortalidade de menores de um ano de São Paulo ainda se mantêm acima de 175 municípios do Estado de São Paulo e de 9 municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Município de São Paulo
Taxa de Mortalidade Infantil de Menores de Um Ano de Idade Segundo Distritos, 2014
(por mil nascidos vivos)



Desde 2008, segundo da Fundação SEADE, a taxa de mortalidade infantil de crianças menores de cinco anos de idade também está mantida em níveis relativamente elevados, permanecendo praticamente inalterada entre 2011 e 2014 em valores que oscilam entre 12,9 e 12,5 crianças por mil nascidos vivos. Neste indicador, em 2014,

a cidade de São Paulo foi superada por 183 municípios do Estado, locais que não contam com o grau de desenvolvimento da capital e nem com a capacidade de arrecadação da Administração Municipal. No contexto metropolitano, São Paulo também foi superada por 13 municípios, ficando muito longe de Guararema e São Caetano do Sul, os

quais alcançaram os menores valores, 6,9 e 8,1 respectivamente. Estes resultados reafirmam a posição de São Paulo como uma cidade onde ainda existe um elevado risco de morte infantil.

A situação da mortalidade infantil é muito mais grave quando se analisa as regiões que compõem a cidade de São Paulo, reflexo indiscutível das grandes desigualdades sociais e da falta de cobertura e qualidade dos serviços de Saúde Pública. Efetivamente, em geral, os menores riscos

de morte infantil se registram nos distritos com os maiores níveis de renda per capita e menores índices de pobreza, como Liberdade, Itaim Bibi, Jardim Paulista, Moema e Morumbi. Nestes territórios as taxas de mortalidade infantil de crianças de menos de um ano em 2014 estiveram abaixo de 5 por mil nascidos vivos. No outro extremo, em distritos reconhecidos por apresentar condições socioeconômicas menos favoráveis, como Bom Retiro, São Lucas, Jaçanã, Pari, Parque do Carmo, Perus e Jaraguá as taxas de mortalidade infantil em 2014 superaram 15,0 pontos.

Município de São Paulo
Óbitos por causas evitáveis em menores de 5 anos
2008 a 2014

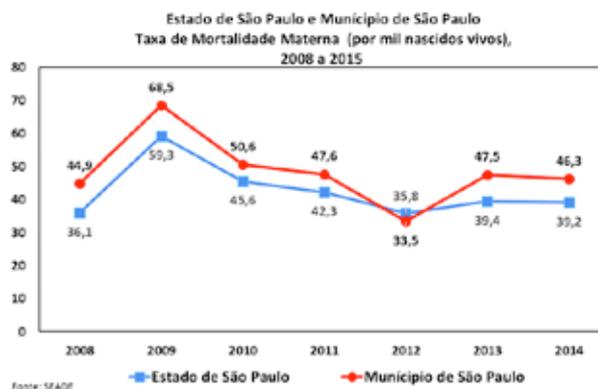
Causas evitáveis	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1. Causas evitáveis	1.562	1.599	1.499	1.485	1.502	1.404	1.434
1.1. Reduzível pelas ações de imunização	2	-	1	5	10	12	11
1.2. Reduzível pela atenção gestação parto feto recém nascido	1.104	1.139	1.080	1.064	1.117	1.024	1.045
1.3. Reduzível pela ações diagnóstico e tratamento adequado	317	300	283	279	234	224	235
1.4. Reduzível pelas ações promoção à saúde	139	160	135	137	141	144	143
2. Causas mal definidas	125	130	132	114	110	133	104
3. Demais causas (não claramente evitáveis)	750	698	672	693	690	672	710
Total	2.437	2.427	2.303	2.292	2.302	2.209	2.248

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM



A situação da mortalidade infantil é muito mais grave quando se analisa as distintas regiões que compõem a cidade de São Paulo, reflexo indiscutível das grandes desigualdades sociais.

O comportamento da mortalidade infantil, segundo os diferentes distritos, mostra claramente que a desigualdade social e as iniquidades sociais em São Paulo têm um lado territorial, fenômeno acentuado pelas graves deficiências na prestação de serviços públicos básicos como a saúde. Precisamente, as graves deficiências do Sistema de Saúde Municipal de São Paulo são claramente evidenciáveis se levarmos em consideração que, de acordo com informação do Ministério da Saúde, 64% dos óbitos infantis ocorridos na cidade em 2014 deveu-se a causas evitáveis e perfeitamente reduzíveis, como uma melhor atenção à gestação e ao parto, com ações adequadas de diagnóstico e tratamento e serviços de promoção e atenção básica à saúde de nossas gestantes. Esta porcentagem tem se mantido praticamente inalterada de 2008 para a atualidade mos-



trando a ineficácia e a ineficiência da gestão na área da Saúde por parte da presente Administração Municipal.

De acordo com a informação da Fundação Seade, entre 2008 e 2014, exceto em 2012, o comportamento da taxa de mortalidade materna em São Paulo tem se mantido acima da registrada no conjunto em municípios do Estado e com uma leve tendência de aumento nos últimos três anos. Com efeito, o valor deste indicador em São Paulo passou de 33,5 em 2012 a 46,3 em 2014, um crescimento de 13 pontos. Em contrapartida, no Estado se manteve praticamente inalterado com um valor médio de 38,1. Em termos absolutos, também pode ser observada a tendência de agravamento da mortalidade materna na cidade de São Paulo. Efetivamente, de 60 óbitos maternos em 2012 seguiu-se a 79 e 75 em 2013 e 2014, respectivamente. Vale ressaltar que em 2014 em 18 municípios da Região Metropolitana não se registrou nenhum óbito materno e 29 municípios registraram taxas abaixo das observadas em São Paulo.

As informações preliminares deste documento são manifestações indiscutíveis das deficiências dos serviços do Sistema Municipal de Saúde e das insuficiências nos programas de atenção à saúde da mãe e da criança. A mortalidade materno-infantil é uma consequência direta do nível inadequado da assistência oferecida às gestantes gerada pela deficiente presença de profissionais da saúde no momento do parto e a inadequada prestação de serviços de atenção e acompanhamento na gravidez e no pós-parto. Por exemplo, o número de consultas realizadas durante o pré-natal está diretamente relacionado a melhores indicadores de saúde materno-infantil.

Desde o ano 2000, o Ministério da Saúde definiu como pré-natal adequado a realização de sete ou mais consultas, ressaltando que quanto maior o número de consultas pré-natais, menores são os riscos para a mãe e para a criança, com maior garantia da gestação e do parto seguro. Também, neste âmbito, são muito claras as deficiências do Sistema Municipal de Saúde de São Paulo. Efetivamente, de acordo com as informações da Secretaria Municipal de Saúde para 2015, 24% das gestantes não tiveram acesso ao número adequado de consultas de pré-natal, porcentagem que tem se mantido praticamente inalterada desde 2012 e que se encontra um pouco abaixo da registrada em 2008, quando foi de 26,7%. No total, entre 2012 e 2014, 130.041 gestantes não tiveram seus direitos a uma adequada atenção pré-natal, aumentando os fatores de riscos para elas e seus bebês.

No contexto da Região Metropolitana, São Paulo também ocupa uma posição desonrosa na atenção a suas mulheres gestantes. Dos 39 municípios da região, 13 superaram São Paulo na taxa média de cobertura do pré-natal em 2014. Por exemplo, cidades como Guararema (90,3%), Santana de Parnaíba (86,2%) e São Caetano do Sul (83,4%)

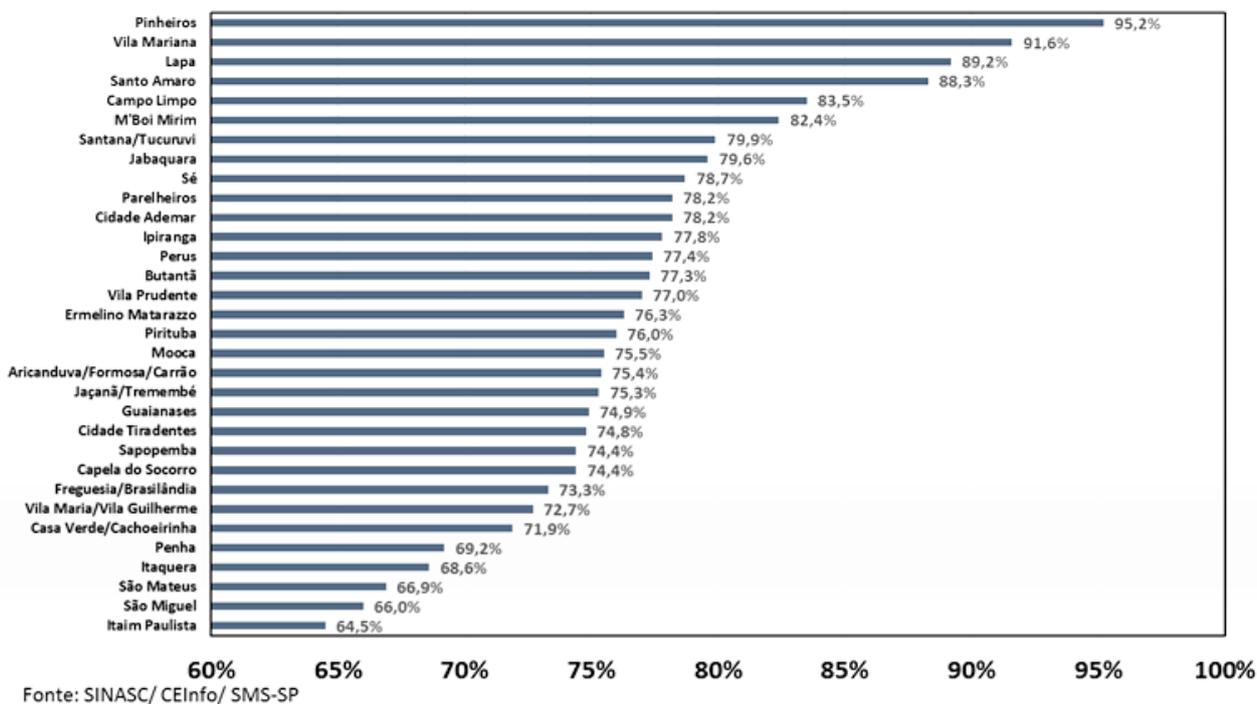
superaram de forma importante a cidade de São Paulo no cuidado a suas gestantes.

As diferenças regionais da cobertura no pré-natal mostram grandes desigualdades no acesso aos serviços de saúde por parte dos paulistanos que afetam majoritariamente a população de mais baixa renda, que precisamente é a de maior dependência do sistema público. De acordo com informações da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, as subprefeituras de maior nível de pobreza e vulnerabilidade social registram as menores taxas de cobertura do pré-natal completa. Entre elas se destacam as Subprefeituras de Itaim Paulista, São Miguel, São Mateus e Itaquera, onde a porcentagem de gestantes com pré-natal completo em 2015 esteve abaixo de 69,0%. Por outro lado, em subprefeituras com os maiores níveis de qualidade de vida da cidade, como Pinheiros, Vila Mariana, Lapa e Santo Amaro o nível de cobertura do pré-natal completo alcança o índice de 88,0%, chegando ao maior índice no caso de Pinheiros, com 95,2%.

As análises anteriores revelam a existência de profundas deficiências do Sistema Municipal de Saúde de São Paulo que se agrava nas regiões com menores níveis de desenvolvimento socioeconômico, trazendo sérias consequências na qualidade, oportunidade e cobertura dos programas e serviços assistenciais. As insuficiências da rede pública de Saúde de São Paulo podem ser sintetizadas pela disponibilidade de leitos e de médicos, pois são dois recursos fundamentais para que um sistema de saúde tenha uma mínima capacidade de atender as necessidades da população.



Município de São Paulo
Proporção de nascidos vivos com 7 e mais consultas de Pré-natal segundo Subprefeitura, 2015



Município de São Paulo
Quantidade de Médicos por Especialidade na Esfera Administrativa Municipal
2011 a 2015

Especialidade	2011/Dez	2012/Dez	2013/Dez	2014/Dez	2015/Out
Médico Anestesiologista	167	154	140	130	137
Médico Cirurgião Geral	143	108	114	119	134
Médico Clínico	1.738	1.737	1.748	1.697	1.737
Médico Generalista Alopata	3	5	7	8	8
Médico Ginecologista Obstetra	386	387	393	395	411
Médico da estratégia de Saúde da Família	744	733	808	882	907
Médico Pediatra	1.170	1.197	1.172	1.129	1.154
Médico psiquiatra	222	211	222	219	239
Médico em radiologia e diagnóstico por imagem	51	68	73	72	76
Médico sanitarista	63	58	50	54	52
Outras especialidades médicas	1.327	1.231	1.321	1.429	1.699
Total	6.014	5.889	6.048	6.134	6.554

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES

Segundo informações da Fundação Seade, a capital paulista apresentava em 2014 uma taxa de 1,31 leito hospitalar SUS para cada grupo de 1.000 habitantes. Este indicador mostra claramente que estamos muito longe da capacidade hospitalar ideal na medida em que o Ministério da Saúde estabelece uma meta de 2,5 a 3 leitos por 1000 habitantes, mostrando um déficit muito alto de pelo menos 16.372 leitos. Além do déficit de leitos, na rede hospitalar existente faltam equipamentos, pessoal e remédios, e boa parte da infraestrutura está sucateada.

A carência de médicos em São Paulo é a maior causa do déficit dos serviços de saúde, especialmente na periferia e na rede de assistência básica. As informações do Ministério da Saúde dão conta que a quantidade de médicos na rede municipal de São Paulo permaneceu praticamente estagnada durante os últimos três anos. Calcula-se que exista um déficit de quase 3 mil médicos na rede municipal de São Paulo. Vale ressaltar que boa parte do quadro de médicos e de profissionais da saúde da rede municipal é contratada por meio de Organizações Sociais (OSs), as quais têm apresentado inúmeros problemas de gestão.

A atual administração orgulha-se de ter lançado plano de carreira como instrumento que permitiria resolver o problema da falta de profissionais da Saúde. No entanto o referido plano constituiu-se num verdadeiro fracasso, uma vez que há uma estimativa de perda de 30% dos médicos até o final da gestão, em razão de aposentadoria, que se tornou interessante em razão das incorporações acrescidas. Para agravar o problema, os médicos jovens que ingressaram no serviço público municipal tiveram um aumento irrisório, o que fez com que os novos concursos públicos naufragassem de maneira contumaz. De acordo com um estudo divulgado em 2015 pelo Conselho de Medicina de São Paulo – Cremesp, dos 1.275 médicos convocados no concurso realizado em 2014 pela Prefeitura de São Paulo, 63,5% recusaram a vaga. Como resultado, serão perdidos até o fim da vigente gestão cerca de 1,5 mil médicos, sem direito à reposição. Há, ainda, disparidades graves: profissionais com a mesma atividade laboral, mas com salários distintos. Por exemplo, o médico que é servidor público recebe até metade do que recebe o médico da OSs, mesmo ambos trabalhando no mesmo ambiente. Está aí um flagrante desrespeito aos princípios trabalhistas.

Além das falhas no plano de carreira, o atual governo tem mostrado incapacidade para enfrentar os problemas de Saúde em todas as suas frentes. Temos o conjunto de promessas de inaugurações de novas unidades, que, praticamente, não saiu do papel só para citar um exemplo. 32 unidades da chamada “Rede Hora Certa”, voltadas para atendimento de consulta com especialista e para a realização de cirurgias e de procedimentos, tornaram-se um sonho distante. Além disso, outra parte dos projetos prometidos se transformou num “puxadinho” de demais propostas, como as chamadas “unidades modulares”, pejorativamente denominadas “unidades de lata” em eleições anteriores. Hoje, elas são abrigadas em carretas - Arena Móvel Rede Hora Certa. Resultado: neste momento, deveriam existir, em tese, 21 unidades. Contudo, do total, sete são modulares, nove são verdadeiramente novas, quatro são “puxadinhos” em hospitais e uma é gerida por entidade filantrópica. O pior ainda está por vir. Complementando o cenário, temos mais quatro modulares, quatro em implantação e sete inacabadas. Somando-se tudo, o número passa de 32 a 36. Entretanto o que há de novo, mesmo, e construído são só nove unidades.

Também foram prometidas 20 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Hoje, porém, segundo a Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2016, realizada pela Secretaria Municipal de Saúde, temos 13 UPAs inacabadas, seis que seriam reformadas por OSs e quatro a serem licitadas. Duas já estariam prontas: a UPA Campo Limpo (que já existia sob o nome AMA) e a UPA Santa Catarina - realmente nova. Resultado: do total das promessas, apenas uma unidade foi construída e está pronta.



De acordo com a mesma fonte, os três novos hospitais prometidos pela gestão atual não foram entregues; Em Parelheiros e Brasilândia estão no início das obras. Já a unidade hospitalar prevista para a Vila Matilde está em fase de processo licitatório. Em relação ao Hospital Sorocabana, foi prometida a reativação de 150 leitos: nada aconteceu. E quando o Hospital Santa Catarina foi adquirido pela municipalidade de uma empresa de convênio privado, foram prometidas sua reforma e reativação. No momento, os leitos de internação estão sendo implementados gradualmente.

Várias das reformas que foram prometidas para os Pronto-Socorros (PSs) isolados e para os Hospitais Municipais não foram realizadas. Quatro grandes hospitais de São Paulo (“Waldomiro de Paula” - Planalto, “José Soares Hungria” - Pirituba, “Arthur Ribeiro de Saboya” - Jabaquara e “Alípio Correa Neto” - Ermelino Matarazzo) aguardam reformas estruturais urgentes desde o início da gestão atual. Entretanto segundo informações divulgadas pela própria Secretaria Municipal de Saúde, o processo de licitação teria início em julho/2016. Foram prometidas 43 novas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), sendo que foram inauguradas apenas sete delas: 16 estão em obras; seis, em andamento; e 28, em fase de licitação. Resultado: só foram construídas sete novas unidades.

Dentre os programas de saúde a serem implantados, vale destacar o “Telessaúde”. O sistema abarcaria uma equipe de médicos consultores que apoiariam à distância os médicos dos postos no atendimento aos pacientes, além de um prontuário eletrônico-essencial na condução do tratamento oferecido na rede básica. O “Telessaúde”, que

deveria estar funcionando em todas as UBSs de São Paulo, que chegam a quase 260, além de encontrar-se ainda em fase “embrionária”, tem a previsão de implantação em 29 unidades. A situação do prontuário eletrônico é ainda mais grave, pois ainda não foi implantado em 93% das unidades, contrariando a meta da administração, que era de 100% de cobertura.

Considerando o fluxo de atendimento ao cidadão, verifica-se desorganização, bem como desinformação. Uma pessoa que é atendida numa determinada UBS, por exemplo, e que precisa de um exame, é agendada pelo sistema local de Saúde para ser submetida à análise num local, muitas vezes, distante de onde mora, sem contar o tempo de espera, que pode levar meses. Para o retorno com o médico, vai-se mais um longo tempo. Quando, finalmente, consegue marcar retorno, o paciente se vê frente a frente com um médico que se limita a prescrever remédios básicos e que mesmo sendo básicos, infelizmente estão frequentemente em falta.

Essa situação, rotineiramente, a imprensa divulga. Se forem precisos procedimentos ou internações, então, haverá mais demora, e o paciente terá de aguardar horas ou até dias para ser internado ou operado – muitas vezes, numa maca de PS. Se necessitar de atendimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), poderá não lograr êxito, em razão da diminuição do número de bases, de viaturas e de recursos humanos na gestão atual. Se necessitar de atendimento hospitalar mais especializado ou terciário, geralmente oferecido na cidade por meio de parceria entre a municipalidade e a Secretaria Estadual da Saúde, não haverá nem priorização – extinta por falta de vagas. Enfim, o paciente paulistano está realmente à deriva, tendo que aguardar dias, meses e, em alguns casos, até anos por procedimentos médicos que deveriam ser prioritários e rotineiros. No que tange à saúde mental, verifica-se a realização de ações descontextualizadas e divergentes, sem sinergia entre os diversos setores que deveriam estar envolvidos neste processo: Saúde, Assistência Social e Segurança Pública. Essa deficiência faz com que se torne ainda mais grave o estado das pessoas que se encontram em situação de rua e de vulnerabilidade social, bem como dependentes químicos.

Na questão da pessoa com deficiência, não há dúvida sobre o pouco ou quase ausente investimento por parte do Poder Executivo. Foi prometida, por exemplo, a “Rede de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência”, que incluiria a identificação e a prevenção de deficiências, além dos serviços de habilitação, de reabilitação e de especialidades odontológicas. Hoje, essas políticas públicas praticamente são inexistentes no município, não sendo compatíveis com o que este grupo e suas famílias necessitam.

Já os milhares de cães e gatos que são abandonados todos os dias nas ruas de São Paulo à própria sorte colocam em risco a saúde da população, como potenciais transmissores de uma série de doenças nocivas ao ser humano, deixando clara a necessidade de fortalecimento do Centro de Controle de Zoonoses. O setor, hoje, conta com poucos investimentos e tem dificuldades de proporcionar um acolhimento seguro aos animais.

Já a participação da sociedade, dos servidores públicos e dos conselhos de saúde tem ficado em segundo plano na gestão atual, haja vista a discordância e a dissintonia frequentes entre o que foi realizado pela Secretaria Municipal de Saúde e o que foi proposto pelos servidores públicos e a sociedade civil organizada nos diversos bairros de São Paulo. Há, ainda, um déficit financeiro significativo na Saúde, que já estaria alcançando 10% do orçamento previsto para este ano. É o chamado “rombo” das contas públicas um desafio para a próxima gestão. Quanto a este ponto, temos ausência de fiscalização efetiva, já tantas vezes apontada pelos órgãos de controle, nas ações dos parceiros e nas organizações sociais, onde é empregada boa parte dos recursos. Em nossa visão, não é possível esperar o prefeito sair do gabinete para enxergar tamanha desordem, tamanha falta de compromisso com as pessoas. Não bastassem as promessas não cumpridas e distorcidas que têm o objetivo de fazer com que as pessoas acreditem que houve cumprimento, mesmo que incomum, das metas propostas, há uma possível negligência na Saúde.

Considerando estes fatos, Celso Russomano será um prefeito que sairá do Gabinete para estar ao lado do povo, das famílias e dos pacientes, como sempre fez, exigindo a melhoria dos serviços públicos de saúde e reequilibrando os recursos financeiros. Para tanto não é necessário empreender nada mirabolante. O que precisamos fazer é com que o Sistema Municipal da Saúde em São Paulo trabalhe da forma como estabelece o SUS, com foco na prevenção e na atenção básica, e não da forma invertida como faz hoje, priorizando a emergência. Por exemplo: uma pessoa que sofre de doença crônica, como diabetes ou hipertensão, representa um custo reduzido para o poder público quando tratada na prevenção, em relação ao custo de um tratamento em caso de AVC ou coma diabético, que pode chegar a R\$ 2.500,00 por dia, que é o valor da internação em uma Unidade de Tratamento Intensivo – UTI.

Com a economia gerada pela priorização da prevenção, podemos investir os R\$ 9,4 bilhões de orçamento da saúde de forma mais eficiente, com a contratação mais médicos e outros profissionais da saúde, com melhoria de salário, com mais dignidade no plano de carreira, além de dispor de recursos para melhorar a infraestrutura e os equipamentos, criando, assim, um sistema de saúde de qualidade.





DIRETRIZES PARA OS DESAFIOS NA SEGURANÇA

Nosso maior desafio é integrar a gestão de todas as instituições de segurança pública que operam em São Paulo para que trabalhem em conjunto dentro de uma mesma inteligência estratégica

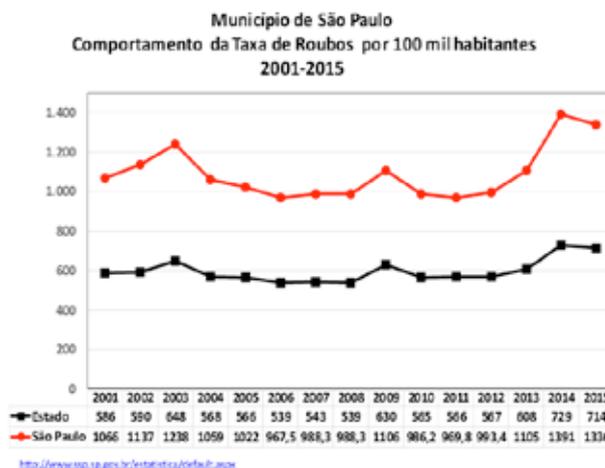
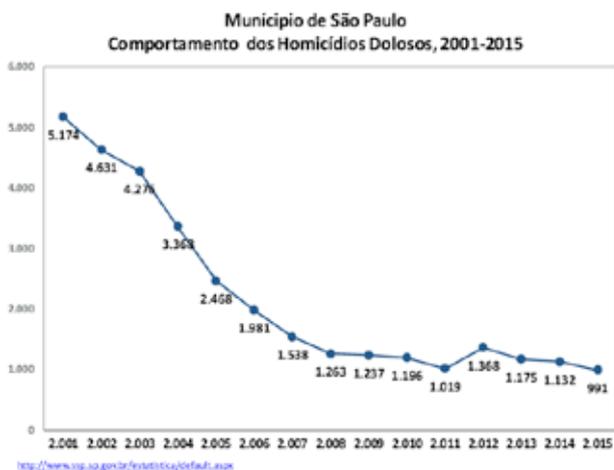
Segundo o relatório “Human Security Now”, da Organização das Nações Unidas (ONU) - 2003, a Segurança é um bem público que tem como centro o cidadão “sem distinção de classe social, preferência política, raça, etnia, gênero ou identidade sexual”. O mesmo documento traz o que seriam as seis principais ameaças à segurança do cidadão: crime de rua, crime organizado, violência e criminalidade exercida pelos e contra os jovens, violência de gênero, violência ilegal por atores estatais e corrupção. Todos os dias, os paulistanos ainda convivem com homicídios, assaltos, roubos, furtos, estupros, violência doméstica, tráfico, entre outras ocorrências criminais.

Desta forma, embora a Segurança Pública seja responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, vamos atuar de maneira coordenada com a esfera estadual, principalmente para implementar efetivas estratégias sociais e de serviços públicos que contribuam com a melhoria da segurança dos cidadãos. Esta proposta visa não só agir de forma reativa contra o crime e a violência, mas, também, implementar ações preventivas que promovam a construção do tecido social, valorizando a tolerância e o respeito pela lei.

As informações divulgadas pelo “ObservaSampa” re-

fletem uma redução no número de homicídios nos últimos anos. A taxa de homicídios dolosos registrou uma queda significativa de 49,2 para cada 100 mil habitantes, em 2001, para 8,6 em 2015. Em termos absolutos, é uma diminuição de 5.174 para 991 casos de homicídios dolosos, respectivamente. Embora esse dado seja positivo, ainda existe o desafio de superá-lo até que atinja níveis de segurança que garantam a proteção física e material da população. Vale, ainda, lembrar que, em nossa cidade, as maiores vítimas de homicídios são jovens de 15 a 24 anos e que a taxa de vitimização em 2010 (último dado disponível) atinge 83,34 por cada cem mil habitantes. Os jovens negros e pardos lideram essas estatísticas, onde os jovens brancos aparecem em menor número. Esse dado demonstra desigualdade e falta de oportunidades sociais e de inclusão de parte da população.

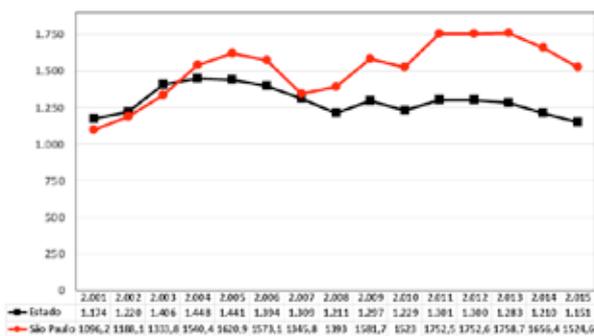
Outro desafio que temos de enfrentar é o aumento dos casos de roubos e de furtos. Os roubos têm crescido de forma significativa: quase 40% no período 2010-2015, ao passar de 110.909 a 154.706 no último ano. Consequentemente, a taxa de roubos foi de 986,2 para 1.336 casos por cada 100 mil habitantes. Em comparação com o estado de São Paulo, que tem 714 casos por 100 mil habitantes, a capital paulista apresenta, infelizmente, um superior e preocupante índice.



Da mesma forma os furtos aumentaram 53% nos últimos 15 anos na cidade, passando de 115.380 para 176.579 casos registrados. Assim, para 2015, a taxa é de 1.524,6 por cem mil habitantes, valor acima do que é estipulado para o Estado de São Paulo com 1.151 a cada 100 mil habitantes. Os furtos e roubos de veículos - segundo delito de São Paulo com maior incidência em termos relativos - têm diminuído nos últimos anos, mas continuam sendo preocupantes, já que as frações são maiores na cidade do que no estado. Outro fenômeno de violência comum em terras paulistas é o roubo de celular. Em linhas gerais, roubos e furtos acontecem com maior incidência nas seguintes localidades de São Paulo: Consolação, Vila Mariana, Bela Vista, Pinheiros, Ipiranga, República, Butantã, Rio Pequeno, Liberdade e Itaim Bibi.

Enfrentar o problema da violência contra mulheres, crianças e adolescentes é outro grande desafio de São Paulo. Em 2012 (último dado disponível no “ObservaSampa”), foram registrados 1.744 casos de violência doméstica contra o público infantil e jovens. Conseqüentemente, a taxa de atendimento nos postos do Sistema Único de Saúde (SUS) a crianças e adolescentes (entre 0 e 17 anos) vítimas de violência sexual cresceu entre 2011 e 2014, passando de 26,73 para 28,62 casos a cada cem mil habitantes. As subprefeituras com maiores taxas de atendimentos em 2014 quanto a esta problemática foram Parelheiros (87,38), Vila Maria/Vila Guilherme (63,73), Itaim Paulista (57,36), Jaçanã/Tremembé (56,59), Casa Verde/Cachoeirinha (37,95), Capela do Socorro (34,43) e Cidade Tiradentes (34,18).

Comportamento da Taxa de Furtos por 100 mil habitantes 2000-2015

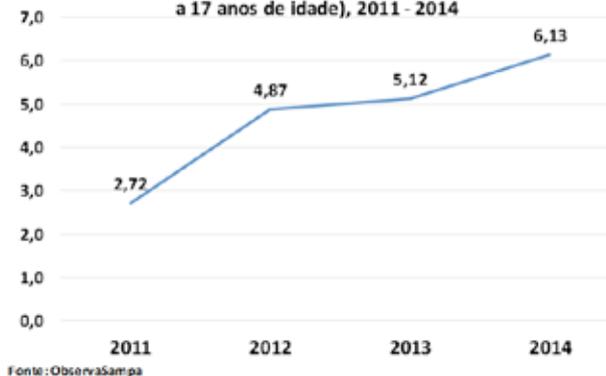


<http://www.saopaulo.sp.gov.br/estatistica/indicadores>

A taxa de mortalidade de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) por agressão aumentou também: passando de 2,72 para 6,13 a cada cem mil habitantes, entre 2011 e 2014. As subprefeituras com taxas mais altas de mortalidade de crianças e adolescentes por agressão são Aricanduva/Formosa/Carrão (12,38), Freguesia do Ó/Brasilândia (11,36), São Miguel (11,32), Campo Limpo (9,52), Guaianases (9,34), Piri-

tuba (9,11), Cidade Tiradentes (8,20), Itaim Paulista (7,82), Sapopemba (7,77) e Vila Maria/Vila Guilherme (7,24).

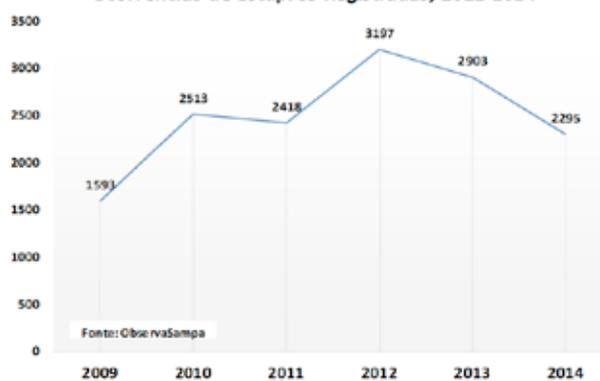
Município de São Paulo: Taxa de Mortalidade de Crianças e Adolescentes por Agressão (por 100 mil habitantes de 0 a 17 anos de idade), 2011 - 2014



Fonte: ObservaSampa

No caso dos óbitos de mulheres vítimas de agressão, a taxa em 2012 foi 2,63 a cada cem mil mulheres. As subprefeituras com mais casos registrados foram Jabaquara (6,09), Ermelino Matarazzo (5,68), Freguesia do Ó/Brasilândia (4,33), Parelheiros (4,08), M'Boi Mirim (3,76), Itaim Paulista (3,69), Guaianases (3,66) e Moóca (3,32). A quantidade de estupros registrados na Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo aumentou 44% entre 2009 e 2014 - registrando 1.593 e 2.295 casos, respectivamente.

Município de São Paulo Ocorrências de Estupros Registradas, 2011-2014



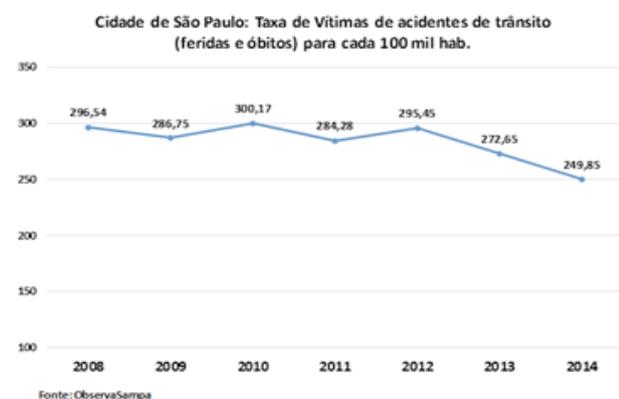
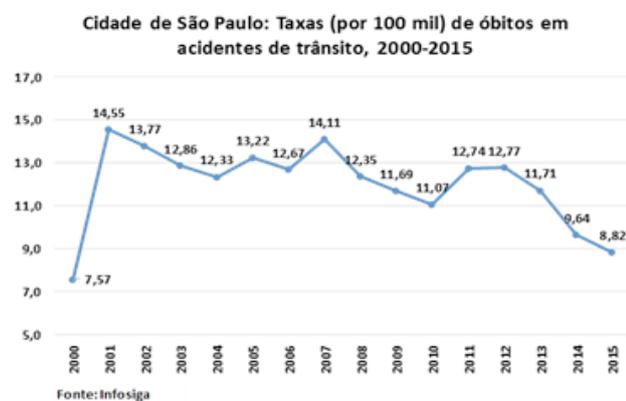
Fonte: ObservaSampa

A violência no trânsito na cidade de São Paulo será outro grande desafio para o governo municipal, embora tenha reduzido o índice de mortes neste setor nos últimos anos. Segundo dados do Sistema de Informações Gerenciais de Acidentes de Trânsito do Estado de São Paulo (Infosiga), em 2001 foram registrados 14,55 óbitos para cada 100 mil habitantes. Já em 2015, 8,82 mortes para cada 100 mil habitantes. Enquanto em 2015 morreram 1.119 pessoas no trânsito, entre janeiro e junho de 2016 o número de vítimas

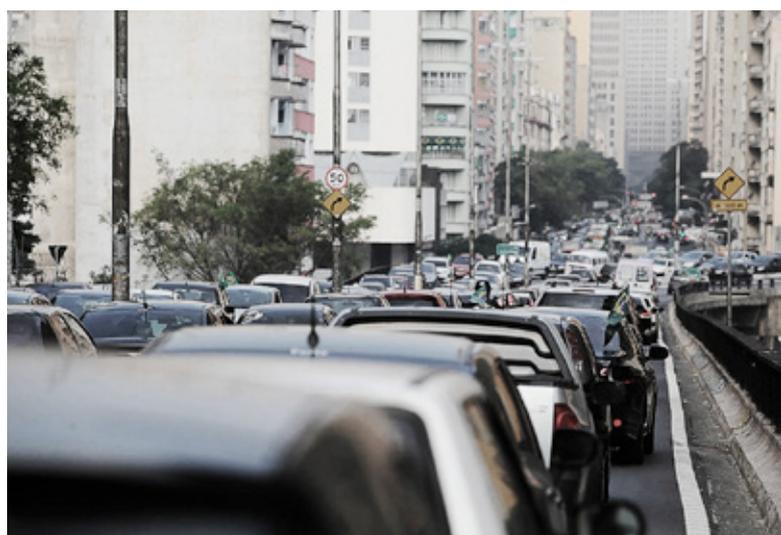
fatais foi de 476. Do total de mortes por acidentes de trânsito ocorridas nos 645 municípios do estado de São Paulo em 2015, a capital paulista teve maior índice, com 18,4%.

Dado importante: mais de 40% das vítimas fatais por acidentes de trânsito da cidade de São Paulo são crianças, adolescentes e jovens de zero a 29 anos. Por outro lado, o maior número de mortes é de pedestres e de motociclistas. Ao todo, em 2015 morreram 468 pedestres e 355 motociclistas. Praticamente, o município contabiliza 39 pedestres e 30 motociclistas mortos por mês. Somente de janeiro a junho de 2016, morreram 182 pedestres e 155 motociclistas em São Paulo. Esse triste resultado acompanha, infelizmente, o crescimento da frota de motos nos últimos 15 anos. No período 2002-2015, o aumento foi de 232%, segundo o Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).

Em relação às vítimas feridas e mortas em acidentes de trânsito, conforme aponta o “ObservaSampa”, houve uma queda de quase 16% na taxa para cada 100 mil habitantes. Em 2008 foi de 296,54. Já em 2014, 249,85.



A situação mais preocupante e crítica quanto à violência no trânsito, com direito a feridos e mortos, esbarra na questão da localidade. As subprefeituras que apresentam taxas mais altas de feridos e óbitos, por exemplo, são Santo Amaro, Pinheiros, Sé, Moóca, Lapa, Butantã e Vila Maria/Vila Guilherme. Os índices oscilam entre 327,22 e 644,68 a cada cem mil habitantes.



Município de São Paulo
Vítimas de Acidentes de Trânsito (Feridas e Óbitos) para cada 100 mil hab. por Subprefeitura em 2014

Subprefeitura	Taxa de Vítimas de acidentes de trânsito
Cidade Tiradentes	84,73
Sapopemba	97,1
Itaim Paulista	131,84
Ermelino Matarazzo	155,18
São Miguel	159,76
São Mateus	160,22
Pirituba	160,49
M Boi Mirim	168,33
Cidade Ademar	169,24
Parelheiros	172,75
Freguesia do Ó/Brasilândia	176,49
Itaquera	183,39
Perus	191,39
Jabaquara	198,79
Campo Limpo	199,78
Capela do Socorro	200,71
Jaçanã/Tremembé	200,92
Ipiranga	221,55
Vila Prudente	231,07
Guaianases	239,76
Penha	241,45
Casa Verde/Cachoeirinha	269,76
Aricanduva/Formosa/Carrão	269,88
Santana/Tucuruvi	306,12
Vila Mariana	313,95
Vila Maria/Vila Guilherme	327,22
Butantã	366,19
Lapa	385,6
Moóca	470,99
Sé	486,26
Pinheiros	542,92
Santo Amaro	644,68

Fonte: ObservaSampa



Torres A. Sampaio
Marc. Pinheiro

R. Tutoia
Jardins

TERMINO

HDI
www.voegol.com.br

Alaport Bus Service
Interponto
37303

TRUCKER 4x4

BSS 7031

CHN 10

ERI 10



DIRETRIZES PARA OS DESAFIOS NA MOBILIDADE URBANA

Nosso maior desafio é gerar desenvolvimento econômico sustentável nas regiões e bairros para descentralizar São Paulo e com isso diminuir o fluxo de trânsito na cidade

A Mobilidade Urbana de São Paulo é caracterizada pelo alto engarrafamento no trânsito em suas principais vias, elevado tempo desperdiçado em congestionamentos, excessiva motorização, escasso espaço viário urbano, elevada ocupação do espaço urbano, insuficientes opções de transporte público confortável e eficiente, cultura voltada à motorização individual (automóveis e motocicletas) e pouca valorização cultural do transporte não motorizado (bicicleta e deslocamentos a pé). Ainda se destacam baixa prioridade dada ao transporte coletivo, número excessivo de viagens entre São Paulo e municípios vizinhos, alta acidentalidade e conflitos no trânsito, exposição a níveis elevados de ruído, poluição atmosférica e estresse. Todos esses problemas comprometem a qualidade de vida da população da capital paulista, fazendo com que a Mobilidade seja um dos principais desafios a serem enfrentados nos próximos quatro anos. São Paulo tem 17 mil quilômetros de vias.

O índice de mobilidade (média de viagens diárias realizadas por pessoa) na cidade cresceu entre 1997 e 2012,

passando de 1,99 viagens/dia por habitante a 2,33. Entre 2002 e 2015, a frota total de veículos da cidade aumentou 80%. Segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), a frota passou de 4.213.988 em 2002 para 7.590.181 veículos. Especialmente o número de automóveis e de motocicletas não para de aumentar. A frota de motocicletas teve um crescimento alarmante de 232% nos últimos 13 anos, o que significa que foram acrescentadas 705.039 motos nesse período, passando de 303.592 para 1.008.631 motos.

O número de automóveis teve um aumento de 63,2%, significando um acréscimo de mais de 2 milhões de carros num período de 13 anos. Desse modo, nos dias de hoje, existe um carro para cada dois habitantes. Já a frota de ônibus tem 43.332 veículos. O número atual de quilômetros de corredores exclusivos de ônibus é insuficiente para atender a quantidade de ônibus que circulam pela cidade e que utilizam vias compartilhadas. Estima-se, segundo o Plano de Mobilidade de São Paulo de 2015, que “de um total aproximado de 4, 5 mil quilômetros de vias por onde circulam ônibus, aproximadamente 87% são em vias onde o espaço

é compartilhado com outros modos...” (página 15).

As informações anteriores mostram que persiste a preferência pelo uso intensivo do transporte individual. De acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo de 2015, no município são realizadas mais de 26 milhões de viagens por dia. As viagens individuais (principalmente por automóvel) representam 30,4% do total; as viagens por modo coletivo, 39% (principalmente por meio de ônibus e de metrô); e as viagens por modo não motorizado, 30,7%. A maior demanda de passageiros transportados no modo coletivo está nas linhas gerenciadas pela SPTrans, com 9,6 mil viagens/dia; seguida do metrô, com 4.340 mil via-

gens/dia. Por último vem o transporte ferroviário, pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), com 2.540 viagens/dia.

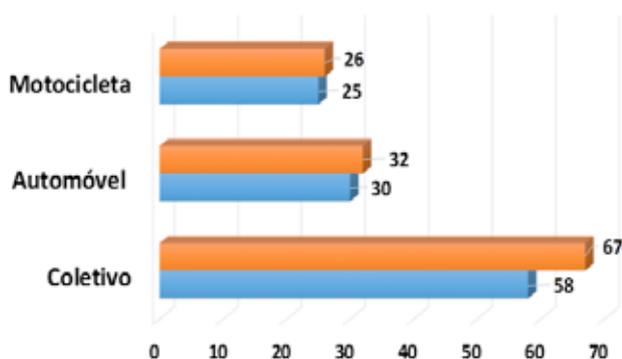
No entanto o maior crescimento da demanda de passageiros está registrado na CPTM. Entre 1997 e 2012, o número cresceu 60,35%. O metrô, no mesmo período, teve acréscimo de 50%. O problema é que esse aumento considerável de usuários no transporte público não acompanhou a expansão do sistema de transportes, afetando o deslocamento da população. Embora tenha sido inaugurada uma nova linha de metrô na cidade, isso é insuficiente diante das demandas da população.

Município de São Paulo: Frota de Veículos 2002-2015

Período	Frota Total de Veículos	Frota de Automóveis	Frota de Ônibus	Frota de Caminhões	Frota de Reboques	Frota de Motocicletas e Assemelhados	Frota de Microônibus e Camionetas	Frota de Veículos de Outro Tipo
2002	4.213.988	3.258.262	28.623	126.688	50.518	303.592	443.920	2.385
2003	4.382.907	3.375.774	31.149	128.056	52.350	337.146	455.993	2.439
2004	4.547.842	3.484.052	33.912	131.354	54.648	371.105	470.200	2.571
2005	4.752.092	3.612.574	34.171	134.290	57.346	419.497	491.525	2.689
2006	5.037.418	3.791.607	35.382	139.134	59.542	488.715	520.178	2.860
2007	5.392.692	4.009.301	37.550	144.808	62.376	576.838	558.914	2.905
2008	5.804.566	4.251.685	39.280	152.428	65.262	681.189	611.701	3.021
2009	6.140.189	4.475.032	39.049	151.733	67.919	741.262	662.164	3.030
2010	6.390.092	4.617.635	39.397	146.837	70.769	800.526	711.667	3.261
2011	6.622.324	4.739.236	40.828	142.725	73.836	853.638	768.564	3.497
2012	6.795.228	4.839.921	40.932	137.052	76.365	886.616	810.784	3.558
2013	7.010.508	4.971.813	41.037	135.137	78.830	919.692	860.364	3.635
2014	7.323.775	5.160.727	42.917	140.902	81.302	965.417	928.706	3.804
2015	7.590.181	5.318.961	43.332	146.844	83.672	1.008.631	984.765	3.976
% Crescimento	80,1%	63,2%	51,4%	15,9%	65,6%	232,2%	121,8%	66,7%

Fonte: Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN.

Município de São Paulo: Tempo médio (em minutos) de viagem por modo, 2007-2012

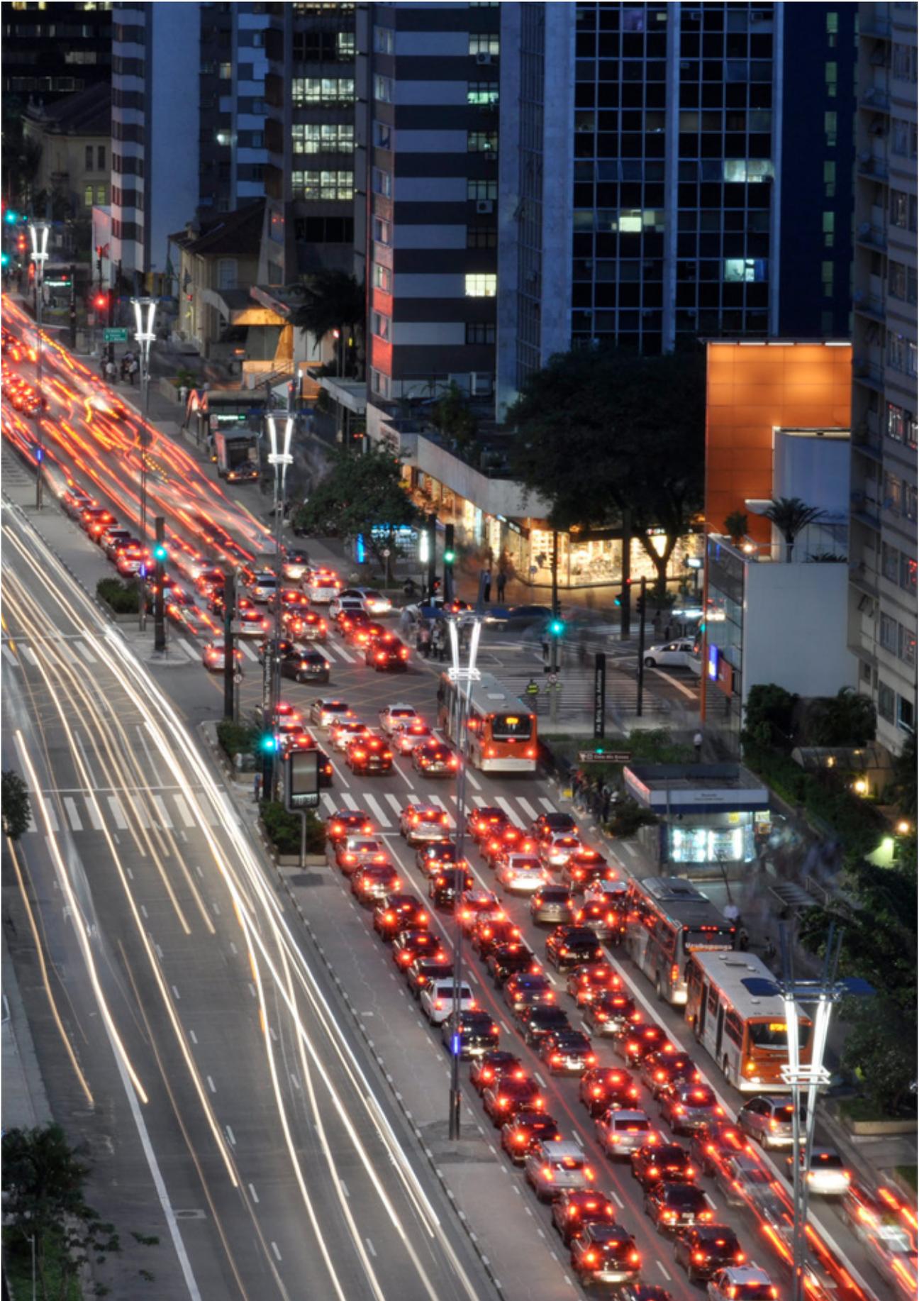


Fonte: Plano de Mobilidade de SP

2012 2007

O tempo médio de deslocamento diário em São Paulo aumentou em todos os modos motorizados de transporte. No período 2007-2012, o tempo médio em coletivo aumentou de 58 para 67 minutos; em automóvel, de 30 para 32 minutos, e, em motocicleta, de 25 para 26 minutos. Em 2014, foram transportados em média 9.888.114 passageiros por veículo da frota de transporte municipal em dias úteis. A frota média em operação do Sistema de Transporte Municipal abarca 13.557 veículos.





CARTEIRA DE TRABALHO
E
PREVIDÊNCIA SOCIAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO



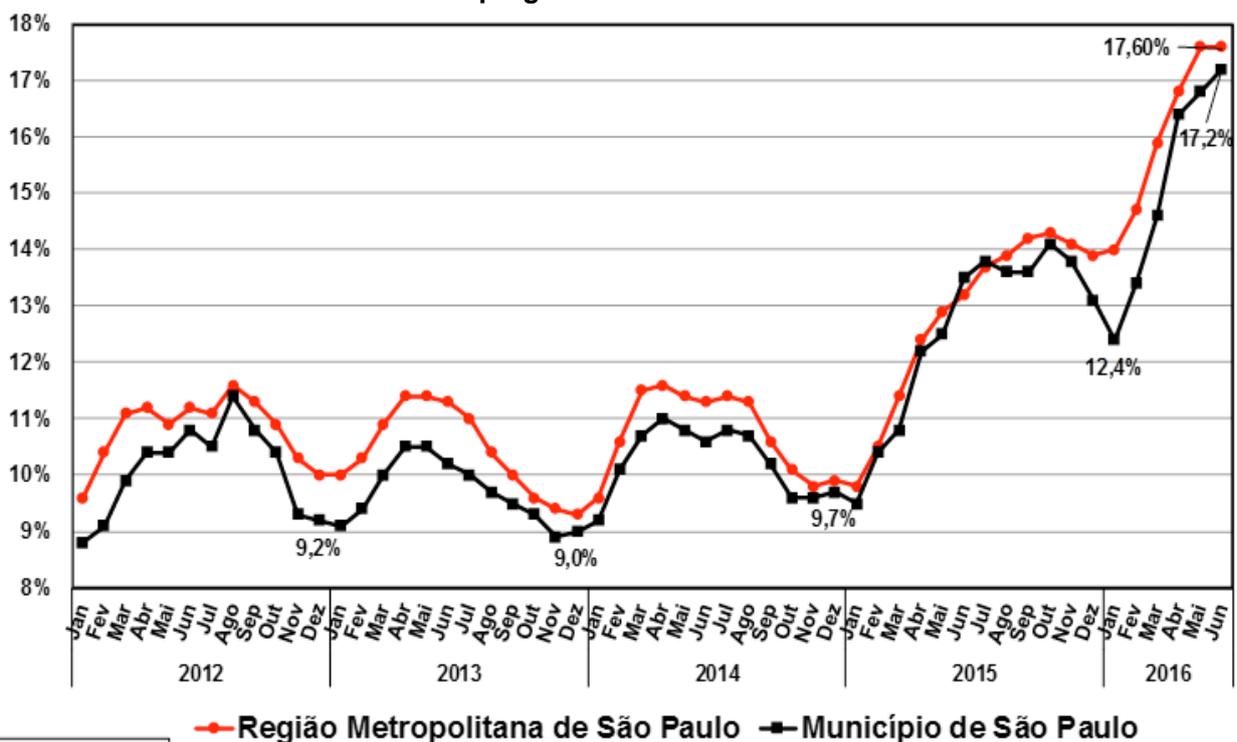
DIRETRIZES PARA OS DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, COMPETITIVIDADE E EMPREGO

Nosso maior desafio é gerar emprego e renda através da promoção do desenvolvimento econômico sustentável nas regiões e bairros, qualificação profissional e incentivo da tecnologia e da inovação.

O alto nível de desemprego que afeta os paulistanos é o maior desafio que devemos enfrentar no âmbito econômico durante o próximo governo. Como tem sido muito divulgado pelos meios de comunicação,

como reflexo da forte crise econômica pela qual atravessa o Brasil desde o fim de 2014, em São Paulo e na Região Metropolitana a taxa de desemprego aumentou de forma acelerada, chegando aos mais altos níveis dos últimos 12 anos.

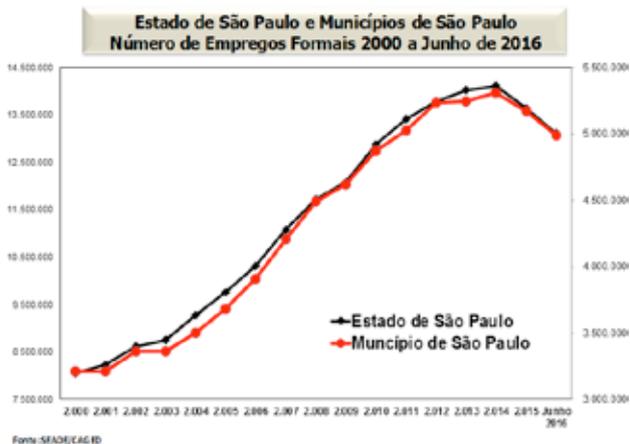
**Região Metropolitana de São Paulo e Municípios de São Paulo
Taxas de desemprego Mensal - SEADE / 2012 a 2016**



Fonte: SEADE

Efetivamente, de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego feita pelo Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a taxa de desemprego na capital, que em dezembro de 2014 era de 9,7%, saltou para 17,2% em junho de 2016 - um incremento de 7,5 pontos percentuais. A mesma tendência foi registrada na Região Metropolitana, onde a taxa de desemprego passou de 9,9% para 17,6%, no mesmo período. Com o aumento das demissões por parte das empresas, tanto na cidade como na Grande São Paulo, um número crescente de pessoas passou a procurar emprego na capital, fazendo com que a taxa de desemprego chegasse ao mesmo patamar registrado em novembro de 2004.

Como resultado das tendências anteriores, calcula-se que o desemprego atingiu neste mês 1, 1 milhões de habitantes de São Paulo. São quase 500 mil novos desempregados nos últimos 17 meses.



Indiscutivelmente, devemos enfrentar este grave problema social que afeta um número elevado de famílias paulistanas. Estar desempregado ou subempregado talvez seja uma das formas de exclusão mais severas e daninhas para as pessoas e suas famílias. A privação de renda agrava a situação de pobreza e miséria, contribuindo para os problemas de saúde, alimentação, educação e segurança pública e aumentando a dependência da ajuda pública. Quem mais sofre com essa situação são as pessoas socialmente mais vulneráveis, levando em conta o nível de qualificação, experiência, idade, gênero, raça e deficiência.

Temos consciência de que o problema é nacional e que depende das políticas macroeconômicas adotadas pelo governo federal e da resposta dos mercados nacional, regional e internacional. No entanto a prefeitura pode contribuir no enfrentamento, por meio de políticas de incentivos e de indução das atividades econômicas, principalmente

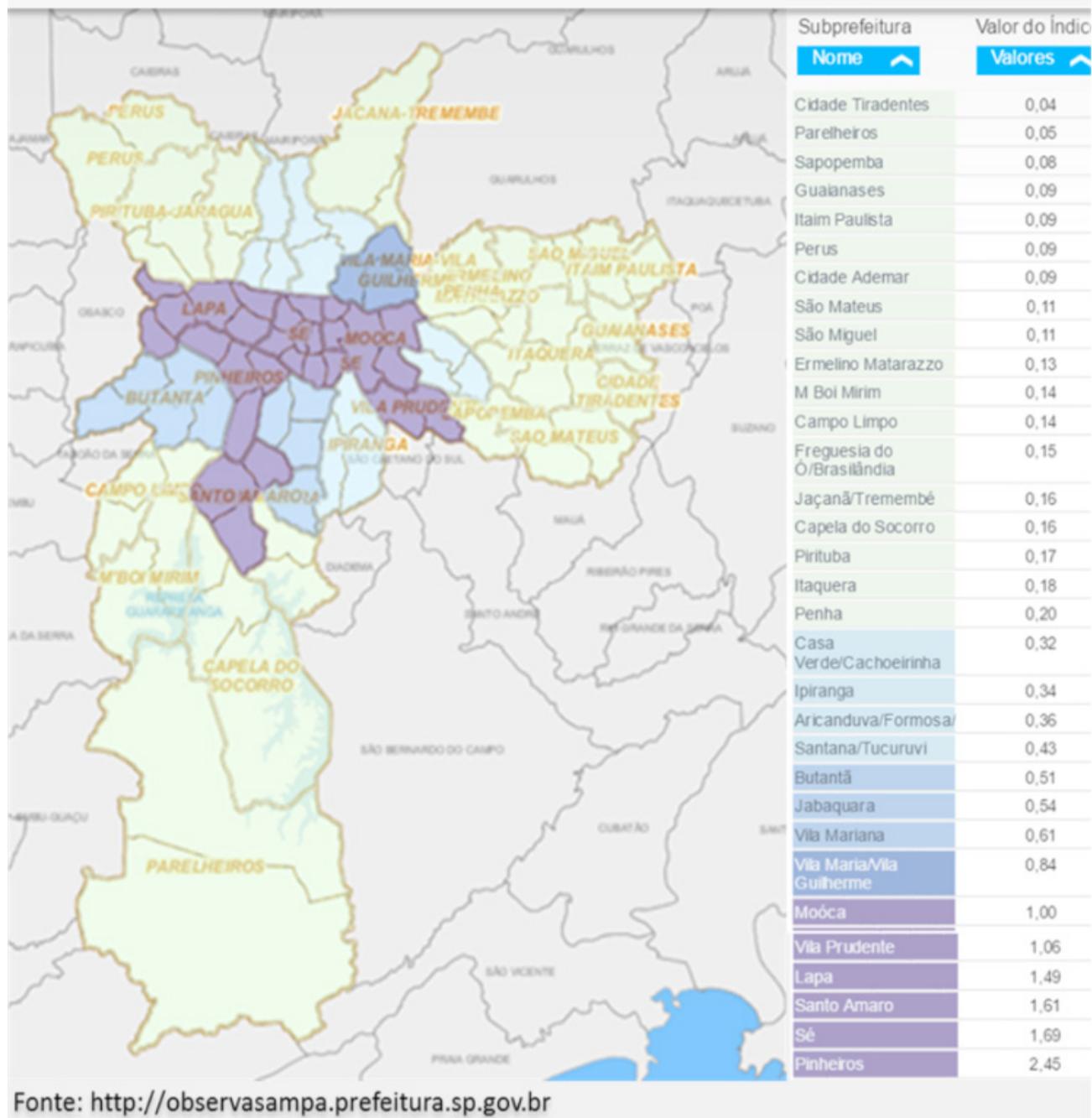
nas regiões onde não há promoção da descentralização econômica. É preciso, inclusive, investir num Plano Diretor que respeite as peculiaridades de cada região da cidade, bem como em programas de formação profissional.

O efeito da crise econômica pode ser claramente observado no comportamento do emprego formal. De acordo com dados do Seade e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), entre 2014 e junho de 2016, a quantidade de empregos formais no município passou de 5.308.401 para 4.989.913 trabalhadores. Assim, o estoque de empregos reduziu-se cerca de 6% com a eliminação de mais de 318 mil postos de trabalho em dois anos e meio. A participação da capital paulista no volume de emprego formal do estado de São Paulo é de 38% e ainda maior na Região Metropolitana, com quase 70%.

No ranking das dez maiores subprefeituras em termos de participação no emprego formal estão Pinheiros, Sé, Santo Amaro, Lapa, Vila Prudente, Moóca, Vila Maria/Vila Guilherme, Vila Mariana, Jabaquara e Butantã. Nessas regiões estão concentradas o maior número de empregos formais da cidade. Vale reforçar que algumas encontram-se dentro dos limites do centro corporativo metropolitano, sendo localidades com altos rendimentos domiciliares per capita.



Município de São Paulo Concentração do Emprego Formal por Subprefeitura em 2012 (Empregos formais / População em Idade Ativa)



O Brasil perdeu 1.765.024 postos de trabalho entre junho de 2015 e junho de 2016. Entretanto, no mesmo período, a perda no estado de São Paulo foi de 538.830 empregos formais; na Região Metropolitana, de 302.671 empregos; e na capital paulista, 178.261 – ainda segundo o Caged. Desta forma, o município teve 10% de perda em postos de trabalho no Brasil; 33,1% no Estado e 58,9% na Região Metropolitana.

Em nosso município, todos os setores econômicos mostram saldo negativo (contratações x desligamentos) entre junho de 2015 a junho de 2016, totalizando 178.261 perdas de postos de trabalho – conforme aponta o Caged. O setor Serviços teve a maior perda de vínculos empregatícios (67.034 empregos com carteira assinada), respondendo sozinho por 37,6% do total do saldo negativo. A

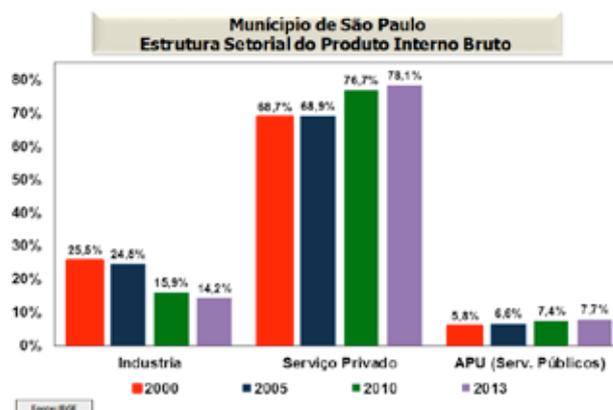
Construção Civil eliminou 43.427 postos de trabalho; a Indústria registrou 35.694 perdas; o Comércio, 31.718; e o setor Agropecuário, 388.

O setor terciário, que corresponde às atividades de comércio de bens e à prestação de serviços, é responsável por 85,6% do emprego formal na capital paulista, num universo de 5.114.249 trabalhadores formais. O mapa do emprego revela que o segmento Serviços, que abarca 3.506.019 trabalhadores com carteira assinada, representa 68,5% do emprego na economia paulistana. Já o Comércio, com 873.536 trabalhadores formais, responde por 17,1% do emprego total do município. A Indústria tem 8,7% de participação e o setor da Construção Civil, 5,6%.

São Paulo é responsável por 11% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, por 33% do PIB do estado e, de forma importante, por 60% do PIB da Região Metropolitana. Se a capital paulista fosse um país, seria o quinto maior mercado da América do Sul, depois do Brasil, Argentina, Colômbia e Venezuela, e ocuparia a 37ª posição das maiores economias do mundo, segundo estudos da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP). Isso mostra a grande potencialidade de que nosso município dispõe para o desenvolvimento socioeconômico.

Todavia, em longo prazo, se acentua a tendência de terceirização na economia da metrópole. Essas transições geram tanto oportunidades quanto ameaças, e nós temos de ter capacidade para lidar com as consequências positivas e negativas desse sistema, pensando, sempre, no que é melhor para promover emprego, renda e, sobretudo, desenvolvimento social sustentável e equitativo para nosso município.

Na análise dos dados da estrutura setorial do PIB, é evidente que a indústria vem perdendo espaço na participação da geração de riqueza na economia do município. Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e

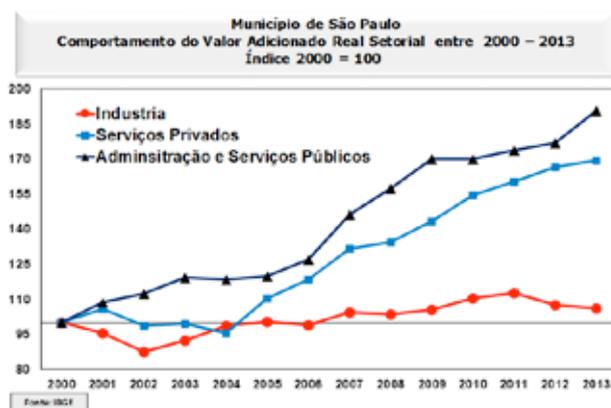


Estatística (IBGE), entre 2000 e 2013, a participação da Indústria paulistana no PIB recuou 11,3 pontos percentuais, passando de 25,5% para 14,2%. Esses resultados explicam a queda da taxa de participação do emprego industrial no emprego total, passando de 16% no ano 2000 para 8,7% em junho de 2016.

Por outro lado, o setor de Serviços Privados lidera a economia da cidade, já que, nos últimos 13 anos, cresceu cerca de dez pontos e aumentou sua participação de 68,7% para 78,1%. Dessa forma, o setor terciário apresentou uma taxa média de crescimento real do PIB de 6,1%, no período 2009-2011, para 2,8% entre 2012 e 2013.

Um aspecto fundamental para o dinamismo da economia de uma cidade é sua competitividade. Um município competitivo tem capacidade de maximizar a produtividade, garantir o desenvolvimento sustentável, gerar riqueza e melhorar o bem-estar de sua população por meio da geração de um ambiente físico, tecnológico, educacional, social, ambiental e institucional propício para atrair investimento estrangeiro, penetrar nos mercados nacional, regional e internacional de bens e de serviços, atrair mão de obra qualificada, atrair fluxo de turismo em maior quantidade e qualidade e criar condições para a realização de eventos de hierarquia internacional.

A revista "América Economia Intelligence" divulga todos os anos o ranking das 52 melhores cidades para se fazer negócios na região latino-americana. O estudo tem como base o Índice de Competitividade Urbana (Icur), que abarca os oito indicadores que as empresas levam em consideração quando vão instalar seus negócios numa cidade: marco social e político, marco e dinamismo econômico, serviços para empresas, serviços para executivos, infraestrutura e conectividade, capital intelectual e economia do conhecimento, sustentabilidade e meio ambiente e poder da marca. No ranking de 2016, São Paulo apresentou queda de cinco pontos na classificação geral. A cidade caiu para o quarto lugar, perdendo um posto em relação a 2015 e



dois postos em relação a 2011 e 2012. Especificamente, a queda é atribuída tanto à deterioração da dinâmica política e social quanto à recessão econômica mais longa em décadas, que, hoje, aflige o País. Encontrar a estabilidade econômica e social é um desafio para o próximo governo, a fim de se elevar a competitividade da cidade.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou a pesquisa “Brazil Competitiveness Profile”, com o objetivo de gerar um mapa de competitividade de 558 microrregiões do Brasil por setores de produtividade. Para avaliar o nível de competitividade, o estudo levou em conta 14 indicadores, agrupados em seis categorias: capital humano, qualida-

de de vida, instituições, ambiente de negócios, mercado e recursos naturais. O ranking é liderado pela cidade de São Paulo, que obteve o primeiro lugar nas categorias capital humano e de mercado; no entanto tem o ambiente de negócios, qualidade de vida e recursos naturais menos desenvolvidos em comparação com outras cidades líderes do ranking. Segundo o levantamento, a capital paulista precisa potencializar sua competitividade, já que há enormes desigualdades que não melhoram a qualidade de vida dos mais pobres, a qualidade da educação básica é deficiente, há baixa qualidade no transporte público, além de deficiente gestão do setor público e um sem número de deficiências na seara do meio ambiente.

**Ranking de Competitividade das 10 Primeiras Microrregiões do Brasil Segundo a FGV
2015**

Ranking	Total	Capital Humano		Qualidade de Vida			Intituições	Ambiente de Negócios
		Educação Básica	Educação Superior e Vocacional	Infraestrutura Social	Sustentabilidade	Saúde	Desempenho do Setor Público	Logísticas
1	São Paulo	Fernandópolis	São Paulo	Brasília DF	Jaguaraão	São Paulo	Caxias do Sul	Guarulhos
2	Campinas	Marília	Jundiaí	São Paulo	Serras de Sudeste	Tupã	Bacia de São João	Rio de Janeiro
3	Florianópolis	Jundiaí	Campinas	Campinas	Cachoeira do Sul	Passo Fundo	Guaporé	Campinas
4	Porto Alegre	São Carlos	São José dos Campos	Florianópolis	Santiago	Barbacena	Sananduva	Porto Alegre
5	Curitiba	Jales	Sorocaba	Curitiba	São Jerônimo	Jaú	Erechim	Salvador
6	Jundiaí	Araçatuba	Brasília	Santos	Campanha Central	São João da Boa Vista	Montenegro	São Paulo
7	Guarulhos	Conselheiro Lafaiete	Osasco	Maringá	Lajeado-Estrela	Moji Mirim	Campo Grande	Curitiba
8	Rio de Janeiro	São José dos Campos	Marília	Jundiaí	Erechim	Marília	Passo Fundo	Recife
9	Caxias do Sul	Bauru	Belo Horizonte	Londrina	Vacaria	Porto Alegre	Macaé	Fortaleza
10	São José dos Campos	São José do Rio Preto	Fernandópolis	São José dos Campos	Campanha Meridional	Uberlândia	Ijuí	Belém
11	Piracicaba	Barbacena	Limeira	São Carlos	Campanha Ocidental	Piui	Gramado-Canela	Brasília
12	Bauru	Juiz de Fora	Santa Maria	Bauru	Cerro Largo	Blumenau	Campanha Meridional	Florianópolis
13	Osasco	Catanduva	Porto Alegre	Ribeirão Preto	Caxias do Sul	Passos	Santa Maria	Belo Horizonte
14	Sorocaba	Campinas	São Carlos	Rio Claro	Santo Angelo	Sananduva	Jaguaraão	Natal
15	Joinville	Itajubá	Rio de Janeiro	Osasco	Sananduva	Serrana	Cassilândia	Foz do Iguaçu
16	Ribeirão Preto	São João da Boa Vista	São José do Rio Preto	Piracicaba	Não-Me-Toque	Cruz Alta	Santa Rosa	Ribeirão Preto
17	São José do Rio Preto	Nova Friburgo	Piracicaba	Sorocaba	Santa Rosa	Ijuí	Barra do Piraí	Manaus
18	São Carlos	Limeira	Votuporanga	São José do Rio Preto	Montenegro	Cerro Largo	Santiago	São José do Rio Preto
19	Brasília	Guaratinguetá	Bauru	Guarulhos	Guaporé	Botucatu	Vale do Paraíba	Presidente Prudente
20	Maringá	Piracicaba	Ribeirão Pret	Marília	Litoral Lagunar	Florianópolis	Itaguaí	Bauru

Ranking	Ambiente de Negócios			Mercados			Recursos Naturais	
	Logísticas	Sofisticação de Negócios	Inovação	Tamanho do Mercado	Bens do Mercado	Mercado de Trabalho	Recursos Energeticos	Recursos Estractivos e Sagricultura
1	Guarulhos	Jundiaí	São Paulo	São Paulo	São Paulo	Itajaí	Boquirá	Alto Teles Pires
2	Rio de Janeiro	Osasco	Campinas	Rio de Janeiro	Itajaí	Chapecó	Janaúba	Paranatinga
3	Campinas	São Paulo	São Carlos	Belo Horizonte	Guarulhos	Joinvill	Astorga	Primavera do Leste
4	Porto Alegre	Campinas	São José dos Campos	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Barra	Tesouro
5	Salvador	Florianópolis	Macaé	Porto Alegre	Joinville	São Miguel do Oeste	Assis	Arinós
6	São Paulo	Blumenau	Ribeirão Preto	Campinas	Londrina	Alto Teles Pires	Ituverava	Parecis
7	Curitiba	Joinville	Jundiaí	Brasília	Rio de Janeiro	Joaçaba	Ibiapaba	Canarana
8	Recife	Brasília	Botucatu	Salvador	Blumenau	Blumenau	Litoral Lagunar	Sudoeste de Goiás
9	Fortaleza	Curitiba	Florianópolis	Osasco	Caxias do Sul	Entorno de Brasília	Guanambi	Pires do Rio
10	Belém	Bauru	Osasco	Recife	Itapecerica da Serra	Alta Floresta	Baixo Curu	Cassilândia
11	Brasília	Maringá	Rio de Janeiro	Fortaleza	Campinas	Xanxerê	Bom Jesus da Lapa	Alto Taquari
12	Florianópolis	Criciúma	Piracicaba	Vitória	Uberlândia	Cassilândia	Litoral de Camocim e Acaraú	Norte Araguaia
13	Belo Horizonte	Porto Alegre	Itapecerica da Serra	Santos	Curitiba	Parecis	Marília	Alto Araguaia
14	Natal	Caxias do Sul	Moji Mirim	Goiania	Serrana	São Bento do Sul	Tupã	Colorado do Oeste
15	Foz do Iguaçu	Guarulhos	Guarulhos	São José dos Campos	Piracicaba	Concórdia	Ouirinhos	Aripuanã
16	Ribeirão Preto	Sorocaba	Bauru	Guarulhos	Vitória	Sinop	Itapemirim	Wenceslau Braz
17	Manaus	São José dos Campos	Rio Claro	Sorocaba	Ponta Grossa	Primavera do Leste	Alto Médio Canindé	Astorga
18	São José do Rio Preto	São Carlos	Belo Horizonte	Mogi das Cruzes	São Bento do Sul	Arinós	Porecatu	Nhandeara
19	Presidente Prudente	Ribeirão Preto	São José do Rio Preto	Florianópolis	Criciúma	Criciúma	São Raimundo Nonato	Cianorte
20	Bauru	Limeira	Sorocaba	Ribeirão Preto	Linhars	Araranguá	Montes Claros	Vale do Rio dos Bois

Fonte: BRAZIL COMPETITIVENESS PROFILE, May 2015. FGV



O DESAFIO
DE UMA
SÃO PAULO
INTELIGENTE
E INOVADORA

Nosso maior desafio é que a inteligência e a inovação se transformem em qualidade de vida dos paulistanos

O Brasil é hoje o país com maior concentração urbana do mundo: 87% das pessoas vivem em cidades. Em 2050, esse número será de, aproximadamente, 94%, superando Estados Unidos e México. O relatório “State of the World’s Cities” (2013), da Organização das Nações Unidas (ONU), afirma que o motor da prosperidade econômica será “o dinamismo e a intensa vitalidade das cidades”. Assim, para a ONU, serão os centros urbanos, não os países, que vão comandar a geração global de riquezas. Mas, para isso, é preciso incorporar uma nova visão na metrópole: o desenvolvimento de cidades inteligentes e inovadoras. Uma cidade inteligente e inovadora é aquela que, aliada ao uso do conhecimento e da tecnologia, desenvolve práticas rápidas e eficientes num ambiente de sustentabilidade, visando à solução de problemas urbanos em áreas como Serviços Públicos, Segurança, Trânsito, Meio Ambiente, Educação, Saúde e Gestão Municipal.

Realizado pela Sator e pela empresa Urban Systems, o ranking “Connected Smart Cities” traz as 50 cidades mais inteligentes do Brasil. Segundo o documento, em 2016, São Paulo alcançou o topo entre 700 municípios. Os indicadores mais notáveis para a capital paulista são Mobilidade e Acessibilidade, em razão da construção de ciclovias, de faixas de ônibus e da existência de metrô e de trem; Tecnologia e Inovação, por conta de infraestrutura de comunicação e os Fab Labs; e Empreendedorismo, em razão do tamanho do mercado, de acesso e de infraestrutura. No entanto nas áreas Saúde, Governança, Educação, Economia e Energia os resultados não são os melhores. Isso implica um desafio para o município, no qual vamos trabalhar a fim de atingir altos níveis de qualidade no que reside uma cidade inteligente e inovadora.

Nesse contexto, São Paulo, a cidade mais global do Brasil e a sétima maior do mundo, tem enormes desafios urbanos, e a integração de serviços e de tecnologias inovadoras em benefício da população é um caminho sem volta. Infelizmente, hoje, São Paulo não aproveita todo o potencial

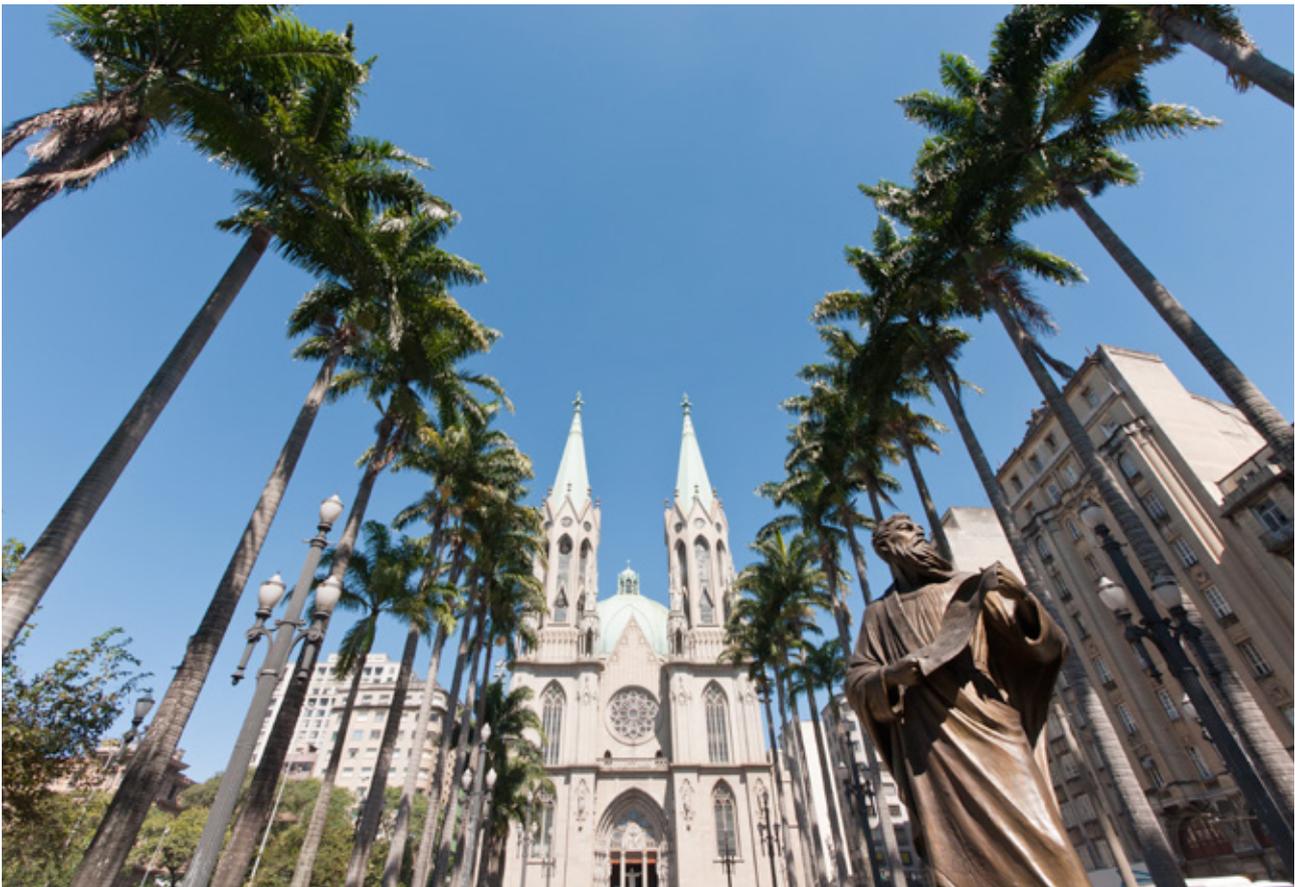
que as novas tecnologias oferecem. A Saúde, a Educação, a Segurança e o Transporte poderiam ser muito melhores se tivessem uma boa gestão dos recursos disponíveis e fizessem uso do conhecimento e das tecnologias existentes. O resultado da ineficiência do poder público em administrar o município faz com que quase 70% dos paulistanos aceitem se mudar da cidade, segundo pesquisa do Ibope e da Rede Nossa SP. Outra pesquisa, realizada pelo Vox Populi nas oito maiores capitais do Brasil, apontou o atual prefeito de São Paulo como o pior do país. São Paulo tem de mudar de direção e incorporar, definitiva e integralmente, a tecnologia e a inovação nos próprios serviços públicos, bem como na gestão da cidade, melhorando a qualidade de ambos.

Apesar de ser relativamente novo, o conceito de Cidade Inteligente já se consolidou como tema primordial na discussão global sobre o desenvolvimento sustentável e movimentou um mercado global de soluções tecnológicas que pode chegar a R\$ 1,5 trilhão até 2020. Atualmente, cidades de países emergentes investem bilhões de dólares em produtos e serviços inteligentes para sustentar o crescimento econômico e as demandas materiais da nova classe média.

Também teve início um novo ciclo de competitividade, em que as cidades concorrem entre si, globalmente, como pólos de atração de cidadãos qualificados e de geração de negócios e de oportunidades. Nesse mundo moderno e globalizado, o nível de qualidade de vida de uma cidade a torna eficiente, mais que inteligente. E, para ser inteligente, primeiro ela precisa ser digital. Tanto o governo quanto a sociedade precisam, em primeiro lugar, compreender que um Wi-Fi livre em praças e pontos de ônibus não é indicativo de que a cidade está mais inteligente. “Digital” não significa, necessariamente, “inteligente”. E pontos de conexão sem fio e abrigos de ônibus tecnológicos fazem parte da primeira categoria, ao menos enquanto estiverem funcionando separadamente. Só quando ocorre uma conexão entre várias dessas iniciativas é que se pode considerar o surgimento de um ecossistema inteligente.

Em São Paulo isso não acontece. A falta de estrutura de Tecnologia da Informação (TI) dificulta o trabalho dos servidores públicos e prejudica a população. Em algumas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e nos Atendimento Médicos Ambulatoriais (Amas), os formulários dos pacientes ainda são feitos em papel. Quando um cidadão chega na UBS, faz vários exames e é encaminhado para um especialista na AMA. Contudo chega até o local sem nada para apresentar. Desta forma, o médico que vai atendê-lo não tem acesso ao histórico e acaba pedindo os mesmos exames já realizados. Com um sistema informatizado, isso não acontece. É preciso integrar as informações usando





a Internet e a Intranet, permitindo, assim, que qualquer médico acesse o prontuário do paciente que está sendo atendido.

Tão importante quanto essa integração no sistema é o sigilo das informações dos pacientes. Recentemente, a gestão do atual prefeito deixou expostos na rede mundial de computadores dados pessoais e, até mesmo, detalhes do prontuário médico de pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ficaram disponíveis informações como nome completo, Cadastro de Pessoa Física (CPF), telefone e endereço, expondo os cidadãos e cidadãs de São Paulo a ataques de diversas naturezas. De acordo com uma portaria publicada em 2009 pelo Ministério da Saúde, os usuários do SUS têm direito ao sigilo e à confidencialidade de todas as informações pessoais. Sendo assim, a administração municipal não pode cometer deslizes dessa magnitude.

A Educação também enfrenta problemas em São Paulo. Nem todas as escolas da rede municipal, por exemplo, contam com Internet e na periferia não há acesso. A São Paulo do século 21 precisa disponibilizar Internet gratuita para todos, e nós podemos fazer isso por meio de uma parceria público-privada. O esforço colaborativo entre a iniciativa privada e os governos pode gerar prosperidade

para São Paulo e seus habitantes. Sem desenvolver as habilidades certas, nossos jovens terão seu futuro comprometido, o progresso tecnológico não vai se traduzir em crescimento econômico e São Paulo vai enfrentar uma grande dificuldade para ficar na frente neste mundo indiscutivelmente hiperconectado.

Nosso compromisso é liderar uma grande transformação nos serviços públicos, deixando em cada um deles uma única marca: a qualidade. Para conquistar essa qualidade nos serviços prestados à população, São Paulo precisa ser uma cidade eficiente. Essa é a nossa meta. E, para atingi-la, nosso trabalho vai se apoiar no tripé habitabilidade, eficiência e sustentabilidade, gravitando em torno de um centro de gestão e de controle administrado por uma equipe de técnicos que será lotada na Prefeitura de São Paulo. Teremos uma governança baseada em instrumentos de inovação tecnológica, telecomunicações, informação ao cidadão e habilidade para resolver problemas. A relação do poder público com os cidadãos paulistanos é, sistematicamente, há muito tempo, de descaso e de desrespeito. Chegou a hora de mudarmos essa triste realidade e passarmos a governar para o bem das pessoas, especialmente para aquelas que mais precisam, dando a elas oportunidades para se desenvolverem num mundo cada vez mais competitivo, digital e tecnológico.



DIRETRIZES DO
PROGRAMA DE
GOVERNO **PARA**
FAZER SÃO PAULO
FUNZIONAR

DIRETRIZES PARA FAZER A SAÚDE DE SÃO PAULO FUNCIONAR

I) DIRETRIZ ESTRATÉGICA

Garantir a universalização, humanização, democratização e a redução das desigualdades regionais dos serviços municipais de Saúde, os quais deverão ser prestados com resolutividade, eficiência, eficácia e continuidade, tendo como foco a prevenção e a vigilância na Saúde, por meio da integração efetiva entre a atenção básica de saúde, a atenção especializada, a atenção hospitalar e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), de modo que o cidadão tenha um fluxo de atendimento adequado e de qualidade.

II) DIRETRIZES ESPECÍFICAS

A) Fortalecer e melhorar o sistema de atenção básica de saúde do município de acordo com os princípios da saúde da família e de integralidade, qualidade, equidade e participação social, por meio da conclusão das 22 Unidades Básicas de Saúde (UBSs) inacabadas; implantação, reforma e melhoria das UBSs já existentes, segundo as necessidades da população; aprimoramento do programa de manejo de doenças crônicas, com foco na redução do índice de internações por condição sensível à atenção básica; ampliação e valorização das Equipes da Saúde da Família (ESFs) e dos agentes comunitários; qualificação do acolhimento na rede básica de saúde e garantia de acesso aos medicamentos e insumos de uso ambulatorial;

B) Ampliar, melhorar e modernizar a rede de urgência e de emergência, instituindo em todas as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Pronto-Socorros (PSS) a classificação de risco, com maior resolutividade e acolhimento humanizado, mediante a finalização das 13 UPAs não construídas e a reforma de seis UPAs já programadas e que ainda não foram edificadas; reforma e melhoria dos PSS hoje existentes, de acordo com as necessidades regionais; reorganização das ações da rede de urgência e de emergência, com foco no aproveitamento das ambulâncias atualmente inativas; aumento do número de bases e incremento de recursos humanos, especialmente médicos; aprimoramento do sistema de atendimento pré-hospitalar mediante diretrizes e protocolos do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), objetivando a redução do tempo de resposta no atendimento das urgências; integração entre o sistema municipal de urgência e de emergência com os governos estadual e federal, com a finalidade de aprimorar os planos preventivos e reativos para situações de urgência e de emergência em eventos de massa;

C) Ampliar, melhorar e qualificar o acesso da população às ações e serviços da atenção especializada de saúde, com o propósito de reduzir o tempo de espera, visando à eficiência e à resolutividade dos procedimentos médicos, mediante a conclusão das 11 unidades da Rede Hora Certa inacabadas e a substituição de sete unidades modulares existentes por sete unidades que serão construídas, ampliando o acesso a atendimento médico especializado e a exames; modernizar o sistema de gestão do agendamento para consultas médicas e exames especializados, estruturando, assim, o sistema da rede de atenção especializada ambulatorial na Secretaria Municipal de Saúde;

D) Garantir o acesso universal, com equidade e integralidade, à rede de atenção hospitalar municipal, promovendo a continuidade do cuidado ao paciente por meio da articulação com os demais níveis de atenção básica e o atendimento humanizado e de qualidade, mediante a reativação do Hospital Sorocabana, para a atividade de internação, com direito à ampliação de 150 leitos do Sistema Único de Saúde (SUS); conclusão, com o apoio de recursos estaduais e federais, dos três hospitais prometidos pela atual gestão e que não foram entregues em Parelheiros, Vila Matilde e Brasilândia, os quais vão permitir a ampliação de 1.021 novos leitos; fortalecimento da assistência domiciliar, para a otimização do uso dos leitos existentes; recuperação das instalações físicas das unidades existentes, para a melhoria das condições de operação dos hospitais de São Paulo; valorização e ampliação dos profissionais de saúde, especialmente os médicos; e informatização dos sistemas de gestão da rede hospitalar do município;

E) Fortalecer e ampliar os serviços de vigilância em saúde, com a finalidade de prevenir e controlar, de forma eficaz, os determinantes riscos e danos à saúde da população de São Paulo; fortalecimento das ações contra vetores, especialmente o *Aedes Aegypti*, a fim de se reduzir a incidência de Dengue, de Zika Vírus e de Chikungunya no município; ampliação das campanhas de esclarecimento sobre hepatite virais, Influenza H1N1 e de outras doenças transmissíveis; fortalecimento do Centro de Controle de Zoonoses, de modo a acolher com dignidade cães e gatos, incentivando o processo de adoção; integração do sistema de Vigilância em Saúde com os demais sistemas de saúde municipal; aprimoramento da cobertura vacinal; e fortalecimento dos programas da saúde do trabalhador;

F) Garantir o acesso à assistência farmacêutica na rede mu-

nicipal de saúde, nos diferentes níveis de atenção, por meio da implantação de um sistema logístico, com direito à distribuição informatizada dos medicamentos, de modo a impedir a ausência de remédios nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs);

G) Melhorar e assegurar a articulação e a concretização de parcerias com a Secretaria Estadual da Saúde, especialmente no setor regulatório, para o incremento de exames, de cirurgias e de procedimentos, reduzindo, assim, o tempo de espera do cidadão;

H) Ampliar a participação da população, dos conselhos de saúde e dos servidores públicos na gestão da saúde, garantindo, desta forma, o fortalecimento e o apoio permanente ao Conselho Municipal de Saúde, na garantia das atribuições do colegiado no controle social do segmento;

I) Avaliar, monitorar e fiscalizar, com maior transparência e efetividade, os recursos empregados no atendimento efetuado pelas Organizações Sociais de Saúde (OSSs), com direito à proposta de apoio por parte dos órgãos de controle, como Tribunal de Contas e Ministério Público (MP);

J) Valorizar os servidores públicos da Saúde, proporcionando um plano de carreira digno e melhores salários, de modo a incrementar o provimento do quadro de profissionais do segmento, especialmente os médicos, propondo novas estratégias na jornada de trabalho, bem como atualização profissional;

K) Modernizar a gestão da Saúde com foco na melhoria dos sistemas de planejamento, de execução, de avaliação, de melhoria contínua e de comunicação, informatizar o fluxo de informações com foco na melhoria do desempenho assistencial e criar um núcleo de inteligência em saúde para o apoio à tomada de decisões estratégicas, táticas e operacionais;

L) Fornecer condições adequadas para a implantação de protocolos clínicos em todos os níveis da assistência médica pública municipal;

M) Aprimorar o modelo de atenção à saúde bucal, ampliando sua abrangência e melhorando a qualidade dos tratamentos de reabilitação e de prevenção de cárie e de doença periodontal;

N) Despender esforços para que haja revolução no atendimento às pessoas com deficiência, com foco no diagnóstico, tratamento e acompanhamento das principais patologias, tendo como objetivo a reinserção e a inclusão social das pessoas com deficiência, em todos os estratos sociais;

O) Avançar no fortalecimento dos programas de aten-

ção em saúde dirigidos aos grupos populacionais prioritários e de alto risco, como crianças, mulheres, gestantes, idosos e dependentes químicos;

P) Implantar o Sistema Integrado de informação do Paciente - SIP, iniciando com um grande cadastramento dos usuários do Sistema Público de Saúde, fazendo com que o paciente, ao ser atendido por qualquer profissional da saúde, no âmbito municipal, já tenha acesso ao seu histórico clínico, que conterà informações como tipo sanguíneo, fator RH, calendário de vacinas, alergias a medicamentos, exames laboratoriais, exames de imagens, medicamentos utilizados, passagens anteriores em consultas, cirurgias, entre outras, as quais serão atualizadas constantemente em cada novo atendimento. O cadastramento inicial poderá ser realizado via Internet, por meio de rede segura e eficiente, disponibilizada pela Prefeitura Municipal.

Q) Enfrentar o grande desafio da Saúde: lutar contra a falta de qualidade

O município de São Paulo tem mais de mil equipamentos de saúde. No entanto não se aplicam critérios de qualidade nos estabelecimentos, nem nos processos, nem no atendimento ao cidadão. Nosso propósito é avaliar a saúde por meio da qualidade dos serviços. O que temos como premissa básica é encarar o maior desafio do sistema público de saúde, ou seja, FAZER FUNCIONAR. A proposta de mudança está na busca pela real produtividade dos estabelecimentos de saúde por meio da implantação de um programa de qualidade que vai oferecer maior desempenho quantitativo e qualitativo de todo o sistema. Hoje, esses modelos de qualidade já integram a gestão de mais de 70 países, conforme publicação da Organização Pan-Americana de Saúde (2014).

Com base em programas já consagrados, a proposta é buscar a máxima eficiência e eficácia dos estabelecimentos por meio da implantação de metodologias que enxuguem processos administrativos burocráticos e morosos, bem como otimizar o modelo de atendimento, aumentando a eficiência e a qualidade. Para tanto, é preciso instituir um fluxo contínuo de atendimento, que o otimize a partir da classificação de risco, baseada na condição clínica do paciente e na estrutura do serviço por ele buscado.

O primeiro passo para se tratar a fragilidade do sistema é conhecer a fundo este problema. Assim, num primeiro momento, vamos realizar um grande mapeamento de todas as unidades de saúde, verificando instalações, equipamentos, estruturas, quadro de colaboradores, entre outros aspectos, para identificarmos a existência de fragilidades, visto que, muitas vezes, pensamos que se trata apenas de falta de recurso financeiro, de material ou de recursos humanos. Contudo, comumente, vemos milhões de reais do dinhei

ro público sendo jogados fora por meio de medicamentos vencidos, equipamentos em desuso e sem a devida manutenção, gastos desnecessários com compras emergenciais, alto índice de absenteísmo ou por meio de profissionais subutilizados, pela inexistência de um sistema que permita que exerçam suas funções com aproveitamento em 100% de suas capacidades técnicas. A complexidade de um sistema de saúde é enorme. São, aproximadamente, 60 a 70 setores, interagindo e trabalhando simultaneamente, para que possamos prover uma assistência de qualidade ao cidadão. Sendo assim, a proposta é entender em que momento destas interações estão os principais entraves e as oportunidades de melhoria, para que, então, criemos ações efetivas. Esta é a grande diferença! Gestões anteriores, simplesmente, criaram planos de governo quantitativos e não se comprometeram a fazer o que já existe funcionar de verdade.

Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) dão conta de que até 17% dos pacientes internados sofrem eventos adversos evitáveis que acabam por prolongar o tempo de internação, gerando custos para o sistema de saúde. No Brasil, ainda não temos este número, mas estima-se que pode superar 25%. Na contramão desta triste realidade, vamos implementar em São Paulo um modelo de qualidade que vai oferecer à esfera municipal um Programa de Segurança do Paciente, que terá como objetivo central obter maiores benefícios com os menores riscos ao paciente e ao menor custo. Erros sistêmicos na prestação da assistência hospitalar geram custos de milhões de reais todo ano, vale ressaltar. Nosso programa de qualidade tem como objetivo avaliar a eficiência dos recursos destinados à Saúde e a qualidade dos serviços prestados.

As bases dessa iniciativa estão pautadas nas diretrizes de qualidade e de segurança propostas pela OMS e têm em seu escopo os seguintes itens

- *Definir uma Política de Ética e Compliance;*
- *Implantar Política de Qualificação de Fornecedores (para a aquisição de materiais e de medicamentos, bem como para a contratação de serviços);*
- *Criar centros informatizados de distribuição de materiais e de equipamentos, bem como padronizar o modelo de gestão;*
- *Implantar um núcleo de qualidade e de segurança dentro da Secretaria Municipal de Saúde;*
- *Atualizar o conjunto de normas de funcionamento dos estabelecimentos de saúde;*
- *Propor um sistema integrado de Gestão de Risco Municipal;*
- *Elaborar um sistema de notificação de eventos que impactem o paciente;*
- *Criar protocolos para o uso de máquinas e de equipamentos médicos conforme reitera a própria OMS;*
- *Construir uma Rede Municipal de Hospitais Sentinelas, tanto para a administração direta quanto para as Organizações Sociais de Saúde (OSSs);*
- *Implantar pesquisa de percepção da cultura de segurança para os profissionais de saúde;*
- *Definir protocolos clínicos de atendimento para as patologias de maior incidência, risco ou custo;*
- *Reduzir a um mínimo aceitável o risco de dano associado ao cuidado de saúde;*
- *Reduzir as infecções em ambientes hospitalares e centros assistenciais;*
- *Promover medidas de segurança para a realização de cirurgias;*
- *Evitar erros com medicamentos;*
- *Evitar a troca de pacientes na realização de qualquer procedimento assistencial;*
- *Criar controles efetivos para a administração de fármacos altamente letais (caso da vaselina, por exemplo);*
- *Incluir o tema Qualidade e Segurança nos treinamentos e cursos para toda a rede;*
- *Definir uma sistemática de acompanhamento dos principais indicadores de qualidade assistencial em todos os níveis do sistema de saúde;*
- *Reorganizar o quadro de pessoal;*
- *Treinar, com frequência, os profissionais de saúde.*

O que está em pauta é a criação de um modelo de gestão assistencial em todas as esferas do sistema de Saúde de São Paulo, visto que algumas publicações da OMS trazem que a má gestão tem uma responsabilidade grande na ineficiência do sistema. Com isso, queremos munir os gestores com informações que serão disponibilizadas a partir de um grande mapeamento que será realizado. Faremos o maior mapeamento do sistema público de saúde da história de São Paulo. Todo esse programa será gerido por profissionais com base em indicadores e modelos de auditorias que complementam esse programa de qualidade.

DIRETRIZES PARA FAZER A EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO FUNCIONAR

I) DIRETRIZ ESTRATÉGICA

Garantir o direito, o acesso e a permanência na educação pública municipal, com direito à qualidade, inclusão, pertinência, transparência e equidade mediante ampliação e melhoria dos serviços, benefícios, programas e projetos educacionais que contribuam para o desenvolvimento individual e social dos paulistanos.

II) DIRETRIZES ESPECÍFICAS

A) Garantir a ampliação da cobertura e a melhoria da qualidade dos serviços de creche na rede pública municipal dirigidos às crianças de 0 a 3 anos, priorizando o incremento da oferta de vagas por meio da construção e da ampliação da infraestrutura, de acordo com as necessidades de cada bairro da cidade de São Paulo; assegurar que novas creches sejam construídas a partir de projetos arquitetônicos e mobiliários adequados à faixa etária citada acima, incluindo critérios de acessibilidade; garantia de equipamentos e materiais que permitam o atendimento com qualidade; reforma e aprimoramento da rede física dos Centros de Educação Infantil (CEIs); redução na relação educando/docente no atendimento de crianças de 0 a 3 anos; promoção de propostas pedagógicas que assegurem o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos físico, intelectual e social; ampliação e valorização do quadro de servidores que atendem as crianças entre 0 e 3 anos; e aprimoramento dos serviços psicossociais e de saúde na rede pública municipal de educação infantil;

B) Garantir a manutenção da universalização e o aprimoramento no atendimento das crianças de 4 a 5 anos na rede pública municipal de educação infantil por meio da melhoria e da manutenção da infraestrutura física das escolas e demais unidades de ensino infantil; implantação planejada e progressiva da educação integral; fornecimento de material escolar e didático de qualidade, no prazo certo; diminuição do número de crianças por classe aos níveis recomendados, principalmente em classes que tenham alunos de inclusão, a fim de garantir ensino de qualidade; implantação, reforço e continuidade de projetos educacionais na pré-escola; ampliação e valorização do quadro de servidores e docentes da rede pública municipal de educação infantil, através de um processo contínuo

de qualificação; melhorias nos serviços psicossociais e de saúde dirigidos às crianças da pré-escola e ampliação e melhoramento dos programas de reforço escolar e atendimento especial das crianças vulneráveis com a finalidade de evitar o atraso e a evasão escolar;

C) Assegurar aos alunos da rede municipal de ensino fundamental a formação necessária que permita seu desenvolvimento individual e social, garantindo a universalização do atendimento, a regularização do fluxo escolar, a redução dos índices de repetência e de evasão escolar mediante a manutenção e a melhoria física da rede escolar; implantação planejada e progressiva do ensino de tempo integral; diminuição do número de alunos por classe, segundo os níveis recomendados, a fim de garantir um ensino de qualidade; promoção de ações de busca ativa de crianças e de adolescentes que estão fora da escola, em parceria com órgãos públicos pertinentes à área; ampliação e melhoria da oferta de serviços educacionais dirigidos às comunidades indígenas; ampliação e valorização do quadro de servidores e docentes da rede pública municipal de ensino fundamental; aprimoramento das políticas e programas de prevenção de todo tipo de discriminação, violência, bullying e preconceito; implantação, reforço e continuidade de projetos e ações educacionais voltadas à melhoria da qualidade do ensino fundamental; promoção e fortalecimento do acesso à prática esportiva e a programas de promoção cultural; ampliação e melhorias dos programas de reforço escolar e de atendimento especial voltados aos alunos vulneráveis, com a finalidade de evitar o atraso e o abandono escolar; melhoria dos serviços psicossociais e de saúde dirigidos às crianças e aos adolescentes atendidos nas escolas de ensino fundamental;

D) Melhorar a oferta e a qualidade dos serviços de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos (Eja) na rede pública municipal de Educação, com o propósito de garantir o acesso igualitário aos serviços de alfabetização e de educação àqueles que não puderam estudar na idade regular, mediante a adequação dos modelos pedagógicos às novas realidades do município; preparação dos alunos ao mercado de trabalho com a integração do Eja com o ensino técnico e programas de formação profissional incluindo no currículo escolar disciplinas que permitam ao aluno do EJA identificar oportunidades de trabalho e garantir mais competitividade para concorrer a vagas de

emprego; descentralização do processo de matrícula a fim de garantir que o aluno escolha a unidade educacional mais próxima da sua residência; priorização da Eja, bem como de outros programas e projetos igualmente importantes, como Eja Modular, Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (Cieja) e Centro Municipal de Capacitação e Treinamento (CMCT) para possibilitar o desenvolvimento de modelos pertinentes às necessidades dos alunos, visando à permanência e à redução da evasão escolar; implantação de projetos complementares das áreas de Esporte, Cultura e Educação Ambiental nas atividades pedagógicas da EJA; fornecimento oportuno de material escolar didático adequado à EJA e melhoria nos investimentos na parceria com o Movimento de Alfabetização (MOVA-SP) como estratégia eficaz no combate ao analfabetismo e à inclusão nas oportunidades de trabalho.

E) Assegurar aos alunos com deficiência, altas habilidades ou superdotação o acesso igualitário a serviços de ensino e formação integral, que atendam suas necessidades educacionais e psicossociais especiais, zelando pela inclusão, permanência e conclusão do ciclo escolar, nos mais distintos níveis e modalidades de ensino da rede municipal de educação; ampliação e reforço dos centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria que permitam o apoio eficaz e oportuno das atividades desenvolvidas pelos docentes com os alunos com deficiência ou altas habilidades ou superdotação; melhoria das condições de acessibilidade na infraestrutura física da rede municipal de educação; garantia da oferta de educação bilíngue em Língua Brasileira de Sinais aos alunos com deficiência auditiva, bem como a adoção do sistema braille de leitura para cegos; promoção de formação continuada na perspectiva da educação inclusiva aos educadores que atuam no ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado; ampliação e melhoria nas salas de recursos multifuncionais a fim de garantir o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar dos alunos com deficiência ou necessidades educacionais e psicossociais especiais; promoção do desenvolvimento e da oferta de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia que visem à melhoria dos processos de ensino, de aprendizagem e de autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social e produtiva dos alunos com deficiência, bem como o fortalecimento das ações de acompanhamento e de monitoramento do acesso à escola e da qualidade do atendimento da educação especial;

F) Em parceria com governo federal, governo do Estado, empresa privada e sociedade civil organizada, formular e implantar política municipal de educação profissional, que permita a formação técnica de jovens e de adultos em consonância com as políticas de promoção do desenvolvimento produtivo, do emprego e da renda;

G) Fortalecer e ampliar os programas e os projetos que possam melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis e modalidades da rede municipal de educação, visando à correção do fluxo escolar, redução da evasão e aprimoramento dos processos de aprendizagem mediante a implantação de um sistema de indicadores que possibilite a avaliação da qualidade da educação e a autoavaliação das unidades educacionais; promoção dos projetos político-pedagógicos das escolas; suporte técnico e financeiro à gestão escolar, garantindo recursos, autonomia e participação da comunidade escolar; realização de intercâmbios de experiências pedagógicas entre as unidades escolares; promoção da utilização de Tecnologia da Informação (TI) e de Comunicação nas práticas curriculares; desenvolvimento de atividades culturais e desportivas, dentro e fora da escola; ampliação dos acervos de livros e das atividades de leitura; desenvolvimento de políticas de combate à violência na escola e a todas as formas de exclusão e de discriminação; e promoção de programas que atinjam as metas nos índices nacionais e internacionais de avaliação da educação básica.

H) Fortalecer os programas e as ações de valorização dos profissionais do magistério da rede municipal de educação que contemplem a formação inicial e continuada por meio de cursos de formação, de graduação e de pós-graduação; estabelecimento de mecanismos de incentivo à fixação dos professores e da equipe técnica nas unidades educacionais, ou seja, garantir benefícios que possibilitem ao educador a permanecer na mesma escola; bem como a celebração de convênios ou de parcerias com instituições de ensino superior para o oferecimento de cursos e de programas especiais que disponibilizem formação específica na educação superior dos docentes que atuam na rede municipal de ensino;

I) Melhorar os serviços de alimentação escolar em todos os níveis e modalidades da rede municipal de educação, garantindo, assim, sua qualidade, formação de hábitos alimentares saudáveis e eficiência, transparência e fiscalização dos processos de aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

J) Garantir a entrega de material e de uniforme escolar a todos os alunos da rede municipal de educação de forma oportuna e com qualidade, no prazo certo;

K) Fortalecer os espaços e processos de participação e de controle social no planejamento e na gestão da rede municipal de educação, incentivando os grêmios, conselhos escolares e regionais, visando assegurar a democratização da política municipal de Educação, a transparência na aplicação dos recursos e a integração da comunidade escolar na gestão das unidades escolares.

DIRETRIZES PARA FAZER A SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO FUNCIONAR

I) DIRETRIZ ESTRATÉGICA

Em integração com os governos estadual e federal e em parceria com a sociedade civil, garantir a integridade física e bens dos cidadãos por meio do desenvolvimento e implementação de estratégias eficazes que contribuam para o melhoramento das condições de segurança pública e promoção da convivência cidadã no município de São Paulo.

II) DIRETRIZES ESPECÍFICAS

A) Formular a Política Pública Municipal de Segurança Pública e Convivência Cidadã, em ação conjunta com a sociedade civil organizada e com os governos estadual e federal, com o objetivo de viabilizar o planejamento, a gestão, o acompanhamento e a avaliação de estratégias integradas voltadas à prevenção e à repressão da violência, criminalidade e insegurança, além de reduzir os problemas de convivência cidadã no âmbito municipal;

B) Formular Planos de Segurança Pública e Convivência Cidadã por subprefeitura, seguindo as diretrizes da Política Pública Municipal de Segurança Pública e Convivência Cidadã, que reconheçam as especificidades e dinâmicas de insegurança pública que afetam cada um dos bairros e regiões, envolvendo a participação ativa dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (Consegs);

C) Em parceria com o governo do estado, promover o fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (Consegs) que operam na cidade, com o objetivo de apoiar o melhoramento de suas funções de análise, planejamento e acompanhamento à solução dos problemas comunitários relacionados à segurança pública na sua região;

D) Fortalecer a Guarda Civil Metropolitana por meio de reforço e capacitação de efetivos, melhoramento da capacidade organizativa e de atuação e fortalecimento dos sistemas de comunicação;

E) Em coordenação com os governos estadual e federal, fortalecer o planejamento, a gestão e a operacionalização integrada na Secretaria de Segurança Urbana entre a Guarda Civil Metropolitana, Consegs, Defesa Civil, Polícias Militar, Civil e Federal, subprefeituras, sociedade



civil paulistana e municípios da Grande São Paulo para melhorar a capacidade e efetividade na prevenção e repressão dos problemas de insegurança pública na cidade;

F) No intuito de transformar São Paulo como metrópole de referência em cidade inteligente em segurança pública, fortalecer e ampliar o sistema de monitoramento eletrônico a fim de responder de forma rápida e oportuna as ocorrências e eventuais incidentes e riscos de insegurança urbana;

G) Em parceria com o governo do estado, integrar os sistemas de informação e comunicação, inclusive os sistemas de radiofrequência, da Guarda Civil Metropolitana com o da Polícia Militar e demais órgãos relacionados à Segurança Pública e à gestão urbana;

H) Fortalecer o Observatório de Segurança e Violência através de sistemas de monitoramento e pesquisas realizadas diretamente com a população e as comunidades, além do melhoramento dos sistemas de informação existentes com o propósito de se tornar uma ferramenta estratégica e efetiva de suporte ao planejamento, gestão e a operacionalização das estratégias da Política Pública Municipal de Segurança Pública e Convivência Cidadã do município de São Paulo e dos planos de segurança pública e convivência cidadã por subprefeitura;

I) Aprimorar ações e serviços de prevenção, atendimento e tratamento da violência doméstica, em coordenação e integração da Secretaria de Segurança com as demais áreas da Prefeitura de São Paulo.

DIRETRIZES PARA FAZER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A GERAÇÃO DE EMPREGO DE SÃO PAULO FUNCIONAREM

I) DIRETRIZ ESTRATÉGICA

Promover o desenvolvimento econômico e sustentável do município de São Paulo visando sua regionalização, aproveitando as vocações produtivas da cidade e a inclusão produtiva da população economicamente ativa por meio do incentivo da tecnologia e da inovação e o fomento da formação e qualificação profissional, da economia solidária e de programas e projetos de geração de emprego e renda.

II) DIRETRIZES ESPECÍFICAS

A) Em coordenação e parceria com os governos federal e estadual, as universidades públicas e privadas, o setor empresarial, os institutos de pesquisa e a sociedade civil organizada, formular e implantar uma grande estratégia de desenvolvimento econômico e sustentável do município de São Paulo que permita identificar, enfrentar e aproveitar os novos desafios, ameaças e oportunidades trazidas pelas mudanças na estrutura produtiva da cidade, da região e do País, pela nova economia sustentada no desenvolvimento científico e tecnológico, pelos impactos da mudança climática e dos imperativos ambientais e as transformações demográficas e sociais em abrangência local, regional e nacional;

B) Em parceria com os governos federal e estadual, as universidades públicas e privadas e o setor empresarial, reforçar e avançar na estratégia dos polos tecnológicos e, especialmente, na concretização dos projetos de parques e polos tecnológicos paralisados, visando promover o desenvolvimento;

C) Incluir como princípio básico das políticas de promoção do desenvolvimento econômico e da geração de emprego e renda a descentralização da estrutura produtiva de São Paulo, promovendo o desenvolvimento econômico das regiões e seus bairros, integrando a implantação de infraestrutura urbana e tecnológica com incentivos a atividades específicas como telemarketing, hotelaria, gastronomia, turismo e demais vocações locais.

D) Em parceria com o governo estadual, os governos municipais da Grande São Paulo, o Sebrae, o setor empresarial e as universidades públicas e privadas, promover a identificação e estruturação de clusters e arranjos produtivos locais como um instrumento de fortalecimento dos processos de regionalização do desenvolvimento econômico do Município de São Paulo a fim de facilitar o diálogo estratégico entre os diferentes atores envolvidos no desenvolvimento produtivo da cidade; a revisão e o melhoramento das políticas de incentivo para atração de grandes empreendimentos de serviços de volta para São Paulo; a concentração de esforços regionais e locais em negócios e inovação; a construção de capacidades produtivas locais e regionais; a identificação de oportunidades de mercado e a articulação interinstitucional das políticas de geração de emprego e renda;

E) Dentro do conceito de Cidade Criativa, fortalecer os programas de promoção do desenvolvimento das atividades relacionadas aos bens e serviços criativos, como a indústria cultural em todas suas manifestações, como artesanato, design, moda, cinema e vídeo, editoração, softwares de lazer, rádio e TV, aproveitando as vocações existentes e melhorando os processos de capacitação e incentivo do empreendedorismo, da inovação tecnológica, do microcrédito e da ampliação do mercado;

F) Promover o empreendedorismo no segmento das micro e pequenas empresas através do fortalecimento de microempresas, identificação e incentivo de arranjos produtivos locais em articulação com a grande empresa e o setor público; o fortalecimento dos serviços de assessoria e capacitação na elaboração e gestão de planos de negócios; a formação para gestão de empreendimentos e negócios; o apoio técnico e jurídico para os processos de formalização e o acesso ao crédito;

G) Fortalecer e melhorar os serviços municipais de promoção e apoio à economia popular e solidária por meio da ampliação da Incubadora Pública de Empreendimen-



tos Econômicos Solidários; desenvolvimento e disponibilização de tecnologias nas unidades produtivas; fomento e apoio à organização de redes solidárias de produção e comercialização; desenvolvimento de pesquisa, inovação e apropriação de tecnologias nas unidades produtivas; apoio na abertura e na expansão de mercados e na disponibilização de crédito;

H) Ampliar e melhorar a política de geração de emprego e renda por meio da articulação dos Centros de Apoio ao Trabalhador com os programas de qualificação profissional, fomento das micro e pequenas empresas e demais ações de promoção do desenvolvimento econômico do município;

I) Em parceria com os governos federal e estadual e a empresa privada, desenhar e desenvolver o Sistema Municipal de Qualificação Profissional de São Paulo (SMQP) com a finalidade de fortalecer e articular os diferentes programas e serviços de formação profissional para que sejam voltados e direcionados às vocações econômicas atuais e potenciais da cidade e às políticas municipais de geração de emprego e renda;

J) Promover a racionalização e a redução dos procedimentos e requisitos legais para implantação e gestão de empreendimentos produtivos;

K) Em coordenação com o Conselho Municipal de Turismo, promover a formulação e a implantação do Plano de Turismo Municipal com o propósito de consolidar a indústria turística como um elemento de geração de emprego e de desenvolvimento social, econômico e cultural;

L) Fortalecer e expandir o projeto Circuito de Compras com ações integradas de qualificação, fomento ao empreendedorismo, divulgação e comunicação pública, melhoramento da infraestrutura pública e do transporte urbano e garantia de segurança pública.

M) Promover o turismo de fim de semana com o propósito de aproveitar a enorme vocação da cidade para as mais diversas modalidades turísticas, como o turismo cultural, o turismo gastronômico, o turismo religioso, o turismo histórico, entre outras modalidades hoje existentes, como também fomentar a criação de novos empreendimentos por parte da população.

DIRETRIZES PARA FAZER A MOBILIDADE DE SÃO PAULO FUNCIONAR

I) DIRETRIZ ESTRATÉGICA

Promover na cidade de São Paulo uma mobilidade mais segura, sustentável, universal e eficiente, visando o melhoramento da qualidade de vida da nossa população e a competitividade econômica da cidade, através da promoção da descentralização econômica da cidade; a priorização dos serviços de transportes coletivos e não motorizados; a integração eficaz entre os diferentes modais de transporte; a redução da taxa de acidentes no trânsito e a defesa do meio ambiente.

II) DIRETRIZES ESPECÍFICAS

A) Viabilizar técnicas, e novas ações, para rever e melhorar os planos e projetos previstos no Plano de Mobilidade de São Paulo, que não está funcionando, bem como implementar as melhorias estratégicas no plano.

B) Formular e implantar uma estratégia de fortalecimento institucional da Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo - CET, com o objetivo que possa cumprir de forma eficaz suas atribuições institucionais de planejar e operar o sistema viário do município com segurança e fluidez do trânsito;

C) Ampliar e transformar a rede de ciclovias e ciclofaixas, num modal de transporte articulado ao sistema de transporte público coletivo, com disponibilidade de bicicletários nas estações de Metrô, CPTM, EMTU, terminais de ônibus e demais pontos estratégicos da cidade e com extensas campanhas de promoção do uso da bicicleta;

D) Revisar a política de redução de velocidade máxima nas Marginais da cidade e de implantação de radares e lombadas eletrônicas, de acordo com estudos técnicos executados pela CET, que visem efetivamente a redução de acidentes e melhorem os índices de congestionamento no trânsito;

E) Ampliar as faixas exclusivas de ônibus, à direita da via, e do transporte público em geral;

F) Expandir e melhorar os passeios e calçadas da cidade com o propósito de dar conforto, segurança, inclusão aos pedestres;

G) Expandir os terminais urbanos de integração e qualificar os existentes com o objetivo de melhorar a transferência do sistema e os pontos de conexão entre linhas e oferecer aos usuários do transporte público maior flexibilidade de destinos;

H) Fortalecer a articulação interinstitucional com os municípios da Grande São Paulo com o propósito de melhorar a integração e complementação das políticas de mobilidade na região;

I) Melhorar a circulação do transporte de carga no sistema viário da cidade de acordo com as diretrizes de uso e ocupação do solo;

J) Revisar a política de tarifas do transporte público com critérios de integralidade, equidade, eficiência, economia e sustentabilidade financeira, com a finalidade de diminuir o impacto no orçamento, preferencialmente das famílias de baixa renda, fomentar o comércio e a competitividade econômica nas distintas regiões da cidade e promover o incentivo ao uso do transporte público;



DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO PARA FAZER SÃO PAULO FUNCIONAR

Nos pontos anteriores, apresentamos os desafios que devemos enfrentar nos próximos quatro anos e um conjunto de diretrizes que constituem as propostas de minha candidatura à Prefeitura de São Paulo para o mandato 2016/2019. Com o presente documento, registramos nossa candidatura perante a Justiça Eleitoral, dando cumprimento ao estabelecido no inciso IX do Artigo 10 da Lei 9.504/1997, que regula o processo eleitoral.

A partir destas diretrizes, durante o período da campanha vamos dar continuidade à discussão e à definição democrática do conjunto de propostas que deverá constar em nosso Programa de Governo, que será apresentado em momento oportuno para que seja conhecido e debatido por todos os paulistanos. São propostas que deliberaremos de forma ampla com todos os setores da sociedade e com as comunidades das distintas regiões e bairros de São Paulo.

Tanto as diretrizes que apresentamos neste documento como as propostas que serão incluídas no Programa de Governo estarão fundamentadas nos valores e princípios da equidade, da justiça e da confiança social; na transparência; na sustentabilidade ambiental; no equilíbrio territorial e regional; na eficiência e na eficácia administrativa, bem como na governabilidade democrática.

Precisamente, governar São Paulo perante as grandes mudanças e os desafios do século XXI exige que nosso Programa de Governo tenha princípios sólidos, que nos permitam tanto definir os grandes objetivos e as metas que desejamos alcançar nos próximos quatro anos de governo como avaliar, constantemente, se estamos no caminho certo com relação ao enfrentamento dos principais problemas e necessidades que os paulistanos padecem.

Em linhas gerais, são os princípios de governo que permitem diferenciar uma gestão que efetivamente promove de forma equitativa o desenvolvimento do cidadão e das diferentes regiões da cidade de uma administração ineficaz, que deixa agravar os problemas sociais e deteriorar as condições de vida da população, especialmente dos setores mais vulneráveis e desprotegidos, que são os que mais precisam dos serviços públicos de qualidade.

Minha atividade política sempre teve como bojo a de-

fesa dos menos privilegiados, daqueles que precisam que seus direitos sejam garantidos e promovidos pelo poder público, pois não contam com as capacidades políticas, econômicas e sociais para defendê-los, para que possam, assim, superar as adversidades e iniquidades. Em respeito a este pensamento, as diretrizes de nosso Programa de Governo, as quais apresentamos neste documento, defendem que o desenvolvimento de São Paulo deva ser direcionado na busca permanente da equidade, da justiça e da solidariedade social.

Reconhecemos que o maior obstáculo para a construção da São Paulo que todos desejamos se encontra nas elevadas desigualdades e nos desequilíbrios sociais, econômicos e territoriais gerados como consequência de seu acelerado processo de urbanização e da ineficácia dos sucessivos governos municipais. Os cidadãos de São Paulo anseiam viver numa cidade mais desenvolvida, mais justa e equitativa. Desejam uma cidade que ofereça serviços de saúde de qualidade; uma cidade onde todos tenham garantidos os direitos à educação, à qualificação profissional, à segurança pública, à moradia digna, ao emprego, ao lazer, à cultura, ao transporte e aos demais serviços públicos que são essenciais para o desfrute de uma vida digna.

Nesse sentido, nosso Programa de Governo propõe resolver os obstáculos que impedem a construção de uma cidade socialmente equitativa, regionalmente equilibrada e ambientalmente sustentável, onde sua população possa desfrutar de condições de vida digna. Nossa atenção vai se concentrar nos setores mais desprotegidos e vulneráveis, que têm sido, historicamente, excluídos dos benefícios do desenvolvimento.

A construção deste projeto social passa pelo reconhecimento dos princípios definidos nestas diretrizes, as quais nortearam nossas ações e decisões, servindo de referência para toda a equipe de governo e demais membros da estrutura administrativa da Prefeitura de São Paulo. Igualmente, estes princípios serão as pautas gerais dos processos de discussão, formulação e gestão democrática das políticas públicas municipais, com direito à participação de todos os segmentos da sociedade paulistana.

Por fim, nesta última parte, apresentamos as diretrizes

estratégicas dos âmbitos temáticos que não foram detalhados nos pontos anteriores do presente documento e os quais estamos, neste momento, debatendo com equipes técnicas para a formatação de nosso Programa de Governo. Entre elas, destacamos a modernização institucional, a participação democrática e a valorização dos servidores públicos municipais, pois, sem uma prefeitura eficiente, uma sociedade atuante e participante e funcionários públicos motivados, não será possível enfrentar com eficácia

os problemas que afetam os paulistanos em todas as áreas. Desta forma, estamos cientes de que a complexidade das ameaças, as oportunidades e os desafios do desenvolvimento humano e sustentável de São Paulo nos obrigam a reconhecer que os dirigentes públicos necessitam lançar mão de ferramentas modernas de planejamento estratégico público. Não existe outra forma de governar com eficácia - somente enfrentando com eficácia as necessidades e os problemas demandados pela sociedade.

PARA RESOLVER É PRECISO CONHECER

Em mais de vinte anos de trabalho constante por toda a cidade de São Paulo, posso afirmar que temos pela frente dois grandes desafios:

- 1) *Ver o serviço público da cidade de São Paulo com o olhar da qualidade.*
- 2) *Transformar São Paulo na cidade das oportunidades.*

Além dos setores públicos detalhados anteriormente, as diretrizes do nosso plano de governo, tendo a cultura como elemento transversal, incluirão outros temas igualmente caros à população paulistana, como a inclusão e a assistência social, o esporte e o lazer, o desenvolvimento urbano e a manutenção da cidade, a sustentabilidade ambiental, a habitação, a modernização institucional e a valorização dos servidores públicos municipais.

Quando falamos na promoção dos direitos humanos e no investimento na proteção e assistência social no município de São Paulo, vemos que ainda há muito trabalho para se fazer. É necessária a criação de políticas sociais que promovam o enfrentamento efetivo das condições de pobreza e de desigualdade social, garantindo a todos os grupos, cidadãos e famílias paulistanas em situação de vulnerabilidade e de risco social, o acesso aos programas e aos benefícios da política municipal de Assistência Social de forma humanizada, equitativa, eficiente e com qualidade.

Precisamos oferecer uma infraestrutura que atenda o cidadão de forma plena e eficaz. É preciso trabalhar ainda no sentido de reverter os altos índices de desemprego, que acabam contribuindo para o aumento da vulnerabilidade social das famílias. Com mais acesso ao emprego, fortalecemos a economia e criamos condições para que o cidadão possa usufruir de bens e serviços, vivendo com oportunidades e mais dignidade.

A inclusão social também possui papel fundamental no processo de valorização do cidadão, por isso é essencial trabalharmos para ampliar, melhorar e garantir políticas públicas municipais nos âmbitos da equidade de gênero, do empoderamento feminino, da valorização da juventude, da terceira idade, de crianças e adolescentes, das pessoas com deficiência física e de luta contra todas as formas de discriminação, de desigualdade e de exclusão, com a finalidade de construir uma São Paulo mais justa, inclusiva e equitativa para que toda sua população tenha direito à igualdade de oportunidades como agentes participativamente ativos em todas as esferas da sociedade e que disponha de total liberdade para o exercício pleno de sua cidadania.

A cultura deve ser uma ação permanente na cidade de São Paulo, promovendo não apenas a produção, mas a distribuição de conteúdo através de eventos e programas para todo cidadão, inserindo-o nos processos de produção artística não apenas enquanto consumidor de bens materiais e imateriais da nossa cultura, mas também como coprodutor/autor, de forma democrática, equitativa e inclusiva, fomentando e fortalecendo, assim, as ações de desenvolvimento cultural em paralelo com as demais políticas públicas das áreas de Inclusão Social, Educação, Comunicação Social, Esporte e Lazer, desenvolvimento urbano e geração de emprego e renda, promovendo, assim, uma maior valorização da identidade cultural local

nas comunidades, respeitando toda a diversidade de conteúdos e movimentos artísticos presentes em cada região da nossa cidade.

Para promover o bem-estar do cidadão, é de suma importância o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para mais opções de esporte e lazer em toda a cidade. Com a oferta de programas que estimulem novos hábitos saudáveis e a prática esportiva regular, o paulistano poderá conduzir sua vida de forma mais equilibrada e participativa, melhorando, além da saúde, o convívio social, usufruindo dos espaços públicos em programações específicas para públicos diversos, desde o infantil até a terceira idade, envolvendo todos em atividades de esporte e lazer com as suas comunidades. Assim, fortalecemos um movimento dinâmico entre as pessoas, voltado para o bem-estar físico em todas as faixas etárias, trabalhando continuamente para oferecer cada vez mais qualidade de vida ao nosso cidadão, em sintonia com as demais políticas públicas voltadas para o trabalho social e que visem resgatar a valorização de cada indivíduo.

Continuando na esfera social, percebemos, também, que os problemas causados pela alta concentração populacional em nossa cidade são potencializados pela carência de planejamento urbano. Essa flagrante falta de gestão acaba ocasionando não só crescentes problemas de mobilidade urbana, desafio que mais se evidencia no cotidiano da população, mas também dificuldades de acesso aos serviços públicos de modo geral.

Para que toda a população tenha garantido seu direito aos serviços sob a responsabilidade da prefeitura, é preciso promover o equilíbrio regional, contemplando todos os bairros com políticas de enfrentamento às desigualdades socioterritoriais e de inclusão social e produtiva para os paulistanos. É necessário implantar programas e projetos de modernização da infraestrutura e dos serviços urbanos, conforme as diretrizes definidas no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

Outro desafio urbano relevante e que adentra pelo tema da sustentabilidade ambiental é o saneamento básico e a universalização da destinação adequada dos resíduos sólidos. No Brasil, e também no município de São Paulo, os resíduos sólidos ainda são um grande problema ambiental, principalmente nos bolsões populacionais desordenados localizados nos bairros periféricos. A partir de 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos trouxe um conjunto abrangente de diretrizes para orientar a destinação adequada desses resíduos.

Apesar de ser apontada pelo Instituto Trata Brasil como a segunda melhor capital do país em saneamento básico, a

cidade de São Paulo não oferece cobertura da rede de esgoto sanitário para 4% dos seus imóveis, segundo dados da Sabesp e da própria prefeitura. Esse percentual, aparentemente pequeno, representa cerca de 200 mil imóveis da capital paulista. Até mesmo bairros centrais considerados ricos possuem imóveis notificados por lançamento irregular de esgoto.

Além disso, o município de São Paulo precisa intensificar e melhor coordenar suas atividades para usufruir, de forma sustentável, dos seus ativos naturais, abrangendo seus recursos paisagísticos e hídricos. Sobre esse último, a prefeitura precisa articular com o governo estadual para que este reforce seus esforços em prol da segurança do abastecimento, tanto humano quanto destinado às atividades produtivas. Vale lembrar que a capital paulista viveu recentemente uma das suas mais severas estiagens, comprometendo a quantidade e a qualidade da água fornecida à população. Em paralelo, a administração municipal precisa enfrentar de forma resolutiva outro desafio importante: os diversos impactos negativos causados por eventos naturais extremos em várias regiões da cidade, em especial as enchentes. A prefeitura precisa reduzir a vulnerabilidade da população paulistana aos alagamentos e melhorar sua capacidade de prevenção, de resposta e de recuperação diante desse problema natural.

Diante de todos esses desafios de ordem ambiental, para nos atermos apenas a alguns exemplos, faz-se urgente fortalecer e ampliar as políticas e os programas de preservação, de conservação, de fiscalização e de controle ambiental, definindo critérios para prevenir e conter a degradação e a poluição ambiental, bem como para promover o uso sustentável dos recursos naturais do município, de forma democrática, transparente e equitativa.

Muitos dos problemas ambientais vividos pelos paulistanos se devem ao crescimento populacional desordenado e desacompanhado das necessárias medidas no campo do planejamento urbano e de uma política habitacional igualitária em todos os bairros. No que diz respeito à habitação, o desafio para a cidade de São Paulo é reduzir o déficit habitacional e o número de ocupações irregulares. O poder municipal deve atuar para reduzir os entraves burocráticos e promover a regularização fundiária.

Devem fazer parte de um plano de governo responsável e preocupado com a situação de moradia da população ações que visem ampliar e melhorar os programas e projetos de habitação, de regularização e de urbanização, com a finalidade de garantir habitação digna, articulando a Política Municipal de Habitação com as políticas de Transporte e Mobilidade Urbana, de Desenvolvimento Urbano, de Assistência Social e de Sustentabilidade Ambiental.

Claro que nenhuma das diretrizes aqui apontadas poderá ser plenamente alcançada se não houver um esforço paralelo para promover a modernização institucional da prefeitura, suas secretarias e subprefeituras, a participação democrática das diferentes camadas da população, com a representação dos interesses de todos os grupos que a constituem, e a valorização dos servidores públicos municipais, que atuam como intermediários entre o cidadão e os seus direitos.

A administração municipal deve ter o compromisso de buscar ininterruptamente a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços públicos, reduzindo a burocracia e, portanto, o tempo de tramitação dos processos administrativos, aprimorando o atendimento às necessidades básicas do cidadão e ampliando a eficácia dos serviços que vão ao encontro dessas necessidades. A internet e os aparelhos de comunicação móvel devem ser considerados como importantes aliados da administração municipal no fortalecimento e na ampliação dos serviços públicos, conferindo maior agilidade e escala na forma como esses serviços são oferecidos e entregues à população. Outro grande desafio da administração pública paulistana é

promover o crescimento profissional e pessoal dos seus servidores públicos. Além de contribuir para o desenvolvimento dos servidores, essa diretriz está intimamente ligada à melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços oferecidos, pois, quanto maior for a capacitação e a motivação dos profissionais, melhores serão os resultados alcançados por seu esforço individual e, consequentemente, pelos serviços públicos como um todo.

Com isso em mente, nosso plano de governo deve prever a implantação de um processo de modernização institucional na Prefeitura de São Paulo mediante a aplicação de ferramentas de última geração e de alta direção, de planejamento e de gestão estratégica por resultados, com a finalidade de construir uma estrutura organizativa eficiente, flexível, descentralizada e centrada no enfrentamento dos grandes problemas aos quais os paulistanos são submetidos. É preciso, ainda, investir em ações que façam os funcionários públicos municipais serem respeitados, dignificados e valorizados. Com as diretrizes aqui traçadas, almejamos a construção de um plano de governo para toda a São Paulo, a fim de que a nossa cidade seja ainda mais justa, democrática e com melhores resultados para todos os seus cidadãos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diretrizes aqui apresentadas são o norte do nosso trabalho na construção de um plano de governo objetivo e eficiente, que venha ao encontro das reais necessidades da população e que tenha como finalidade principal apresentar soluções para os desafios que o município de São Paulo apresenta à gestão pública.

O fator determinante para o sucesso do plano de governo que estamos desenvolvendo e para a abrangência das suas ações é o conhecimento aprofundado dos bairros paulistanos e das mais diversas necessidades dos seus moradores. Há mais de duas décadas, nossos ouvidos estão atentos às necessidades da população e nosso trabalho tem se espe-

cializado em resolver, de fato, seus problemas. A convivência com as comunidades e as famílias paulistanas, a luta pela defesa dos seus direitos enquanto cidadãos e o atendimento às suas solicitações transformou nosso plano de governo numa consequência natural da nossa trajetória.

Nossas diretrizes são fruto desse conhecimento e o plano de governo que será em breve disponibilizado a todos é um reflexo da nossa disposição e iniciativa em resolver os problemas da nossa cidade e ajudar a criar uma São Paulo mais justa, democrática e que realmente funcione para o cidadão. Nosso grande trabalho é dar qualidade à gestão pública, com visão de longo prazo para os próximos 20 anos.

“NÓS VAMOS CUIDAR DA CIDADE DE SÃO PAULO COM O OLHAR DE QUEM USA O SERVIÇO PÚBLICO, E NÃO DE QUEM OFERECE”

Celso Russomanno



CELSO RUSSOMANNO